

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDREA POLENA

**UMA AVALIAÇÃO DO EFEITO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
PARANÁ NOS ANOS DE 2007 A 2014**

CURITIBA

2016

ANDREA POLENA

**UMA AVALIAÇÃO DO EFEITO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
PARANÁ NOS ANOS DE 2007 A 2014.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Educação, no curso de
Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andréa Barbosa Gouveia.

CURITIBA

2016

Catalogação na publicação
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Polena, Andrea.

Uma avaliação do efeito do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB) nos municípios do Estado do Paraná nos anos de 2007 a 2014. – Curitiba, 2016.
111 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Barbosa Gouveia
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

1. Educação - Políticas públicas. 2. Transferências constitucionais. 3. Educação de base. I. Título.

CDD 370

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação



PARECER

Defesa de Dissertação de Andrea Polena para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^a Dr.^a Andréa Barbosa Gouveia, Prof.^a Dr.^a Nalú Farenzena, Prof. Dr. Thiago Alves, arguiram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "UMA AVALIAÇÃO DO EFEITO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ NOS ANOS DE 2007 A 2014".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Andréa Barbosa Gouveia	<i>Andréa B. Gouveia</i>	<i>aprovada</i>
Prof. ^a Dr. ^a Nalú Farenzena	<i>Nalú Farenzena</i>	<i>APROVADA</i>
Prof. Dr. Thiago Alves	<i>Thiago Alves</i>	<i>aprovado</i>

Curitiba, 18 de março de 2016.

Prof.^a Dr.^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do PPGE

Prof.^a Dr.^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

Dedico este trabalho a todos que acreditam e lutam pela educação pública de qualidade e ao meu pai, Ferenc Polena (in memoriam), por ter me ensinado a nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Tenha a agradecer pela oportunidade de usufruir, em toda minha trajetória escolar, do Sistema Público de Ensino, o qual me possibilitou chegar até aqui.

Agradeço aos professores que marcaram minha vida, com seu exemplo, atitudes e incentivo. Considero importante a primeira experiência escolar e, assim, quero agradecer a professora Nora (in memoriam), minha primeira professora, no então 1º ano do primário, e aos meus professores da educação básica, incansáveis guerreiros de profissão e de lutas por um ensino melhor.

Aos professores da graduação em Pedagogia, como a professora Gisele de Souza, que me incentivou a participar da seleção para Iniciação Científica, pois através desta oportunidade pude ter contato com a pesquisa, da qual me apaixonei. Professora Maria Célia Aires, por ser uma pessoa maravilhosa e por ter uma capacidade imensa de nos fazer mergulhar nas disciplinas em que ministrava mesclando conhecimento, poesia e sabedoria. À professora Lenita O. Ruggi, por me acolher como monitora em sua disciplina e por ter me ajudado a gostar um pouquinho da Sociologia.

Aos professores do mestrado, que foram excelentes e muito contribuíram na minha formação. À minha amiga Suellem, pelo incentivo, pelas conversas descontraídas, mas também pelos excelentes questionamentos, análises e “dicas” que enriqueceram minha dissertação. Aos colegas, Édina, Lusiane, Simony, Soeli e Vinícius que me ajudaram a “clarear” os pensamentos.

Aos professores doutores Thiago Alves e Nalú Farenzena, participantes da banca de qualificação, por suas importantíssimas contribuições.

Aos professores do NUPE, em especial à professora Adriana D. Silveira, por suas análises, quando o projeto ainda “engatinhava”.

À minha orientadora, professora Andrea Barbosa Gouveia, por sua valorosa contribuição no processo de amadurecimento desta dissertação, pelo seu trabalho incansável que me inspira e me incentiva e por acreditar em mim, mesmo no momento mais difícil da minha vida.

A CAPES, pelo auxílio financeiro.

Ao meu marido, Marcio, pelo apoio, incentivo e também pelas consultorias matemáticas.

À minha cunhada, Priscila, pelas dicas em estatística.

À minha mãe, Edite, pelo apoio de retaguarda.

Ao meu Deus, por tudo.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim
decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque
descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é
o decidir.

Cora Coralina

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de verificar os efeitos provocados pela implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) no atendimento da educação básica, nos municípios do estado do Paraná, em relação à ampliação da oferta e repasse de recursos entre os anos de 2007 e 2014. Parte-se de dois pressupostos: o primeiro, de que o FUNDEB, por ampliar o repasse às demais etapas e modalidades da educação básica, antes não contemplada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), e manter a condicionalidade do repasse de recursos de acordo com a oferta de matrículas, pode ter estimulado os municípios ampliarem a oferta na educação básica. O segundo, de que o porte dos municípios pode ser um fator interveniente na redistribuição dos recursos do FUNDEB. Para levantamento de dados de oferta e taxa de atendimento foram utilizados os arquivos de Turmas do Censo Escolar de 2007 a 2014 e dados do Censo Populacional de 2010. Para os recursos financeiros foram utilizadas as seguintes fontes: Finanças do Brasil (FINBRA) para os anos de 2007 a 2012, Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (SICONFI) para o ano de 2013 e Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos (SIOPE) para o ano de 2014. A oferta foi analisada a partir da dependência administrativa por etapa e modalidade, além de localização (urbana e rural) e regime de atendimento (parcial e integral). Os resultados apresentaram o aumento da oferta na educação infantil enquanto as outras etapas, em geral, apresentaram decréscimo. Na esfera privada, buscou-se observar o comportamento das matrículas das escolas conveniadas com o poder público e verificou-se que, no Paraná, as matrículas desse tipo diminuíram. Os dados financeiros foram analisados a partir da distribuição dos recursos por esfera administrativa e verificou-se que o estado recebe 53,65%, enquanto o conjunto de municípios recebe 46,35%. Posteriormente, foram feitas análises do Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (RL) e procurou-se identificar o perfil dos municípios que perdem recursos. Verificou-se que 52,4% dos municípios paranaenses possuem RL negativo, sendo que 96,65% dos municípios que perdem recursos estão na faixa de até 20.000 habitantes. Quanto à oferta de Educação Infantil destes municípios 31,1% possuem atendimento insuficiente, isto é abaixo de 25% de taxa de atendimento na creche e abaixo de 50% na pré-escola.

Palavras- chave: Políticas educacionais. Transferências constitucionais. Educação Básica.

ABSTRACT

This study has the purpose of identifying the effects caused by the implementation of FUNDEB in the service of Basic Education in the cities of Paraná state, in relation to the amplification of offering and transferring of funds between the years of 2007 and 2014. The study takes into consideration two assumptions: the first, that by amplifying the transferring of funds to other stages and modalities of Basic Education, which was not included in FUNDEF (Fund for Maintenance and Development of Primary Education and Recognition of the Teaching Profession), and by maintaining the conditionality of this transferring according to the offer of enrollments, FUNDEB may have stimulated the cities to amplify their offer in Basic Education. The second assumption relies on the fact that the size of the cities may be an intervening factor for the redistribution of funds from FUNDEB. For data collection of offering rate and service rate the file from Classes of 2007 to 2014 School Census and the 2010 Population Census were used. For the financial funds data the following sources were used: FINBRA (Brazil's Finances) for the years of 2007 to 2012, SICONFI (System of Public Sector Accounting and Fiscal Information) for the year of 2013 and SIOPE (System of Public Budget Information) for the year of 2014. The offer was analyzed from the administrative dependency by stage and modality, as well as localization (urban and rural) and service hours (part-time or full-time). The results presented an increase in the offer of Early Childhood Education where as the other stages have generally decreased. In the private sphere the study analyzed the enrollment behavior in schools accredited by the government and it verified that enrollments of that sort have decreased within Paraná state domain. Financial data was analyzed from the funds distribution per administrative sphere and the study verified that the state receives 53,65% of FUNDEB's funds, where as the group of cities receive 46,35%. Posteriorly, the cities were classified by population size, and through the analysis of FUNDEB's Net Transferring Results and the analysis of Social Prosperity index and Early Childhood Education service index, the study attempted to identify the profile of cities that are lacking funds. The study chose to analyze Early Childhood Education service index for its bigger demand and more valuable meaning. The research verified that 52,4% of Paraná cities have a negative FUNDEB's Net Transferring Results; moreover, it verified that 96,65% of the cities that are lacking funds have up to 20,000 inhabitants. As for the offer of Early Childhood Education in those cities, 31,1% are being offered insufficient service, this being less than 25% in Nursery School and less than 50% in Pre-school (Kindergarten).

Key-words: Education Policies, service rate, Basic Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	- PLANEJAMENTO DA PESQUISA	29
QUADRO 2	- ESCALA DE IMPLANTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB	39
QUADRO 3	- ALUNOS CONSIDERADOS NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB	40
QUADRO 4	- FATORES DE PONDERAÇÃO - 2007 A 2015	41
MAPA 1	- MUNICÍPIOS DO PARANÁ E FAIXA DO IDHM 2010	47
GRÁFICO 1	- MATRÍCULAS NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2007 A 2014	49
GRÁFICO 2	- DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ REDE ESTADUAL - 2007 A 2014	54
GRÁFICO 3	- DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ - REDE MUNICIPAL - 2007 A 2014	55
GRÁFICO 4	- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 2010 A 2014.....	59
GRÁFICO 5	- EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – 2010 A 2014.....	66
GRÁFICO 6	- DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO PARANÁ EM RELAÇÃO ÀS FAIXAS DE RL MÉDIO DOS ANOS DE 2007 A 2014.....	69
GRÁFICO 7	- DISPERSÃO DOS MUNICÍPIOS POR RANQUEAMENTO DE POPULAÇÃO DE 2007 E MÉDIA DA RL% DE 2007 A 2014. ...	72

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- IDHM - RANKING DO PARANÁ EM RELAÇÃO AOS ESTADOS BRASILEIROS NOS ANOS DE 1991,2000 E 2010	46
TABELA 2	- IDHM - RANKING DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – MELHORES E PIORES RESULTADOS NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010.....	48
TABELA 3	- DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ - REDE PRIVADA CONVENIADA - 2007 A 2014	50
TABELA 4	- CONTABILIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ PARA REPASSE DE RECURSOS DO FUNDEB - REDE PRIVADA CONVENIADA – 2009 A 2014	51
TABELA 5	- MATRÍCULAS NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO - 2007 A 2014.....	52
TABELA 6	- NÚMERO DE ESCOLAS NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO – 2007 A 2014	52
TABELA 7	- POPULAÇÃO DO PARANÁ POR FAIXAS DE IDADE DE 0 A 17 ANOS.....	58
TABELA 8	- TAXA DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS ANOS DE 2010 E 2014.....	60
TABELA 9	- MATRÍCULAS E ESCOLAS NA REDE PÚBLICA DO PARANÁ, POR REGIME DE ATENDIMENTO (PARCIAL E INTEGRAL) - 2007 A 2014.....	64
TABELA 10	- VALORES DE REPASSE EFETIVO DO FUNDEB – 2007 A 2014.	67
TABELA 11	- MUNICÍPIOS DO PARANÁ POR FAIXAS DE POPULAÇÃO – 2010	70
TABELA 12	- QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE POPULAÇÃO COM RECEITA LÍQUIDA ENTRE -80% E -10%, NOS ANOS DE 2007 A 2014.....	71
TABELA 13	- QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM RL% NEGATIVO, POR FAIXA DE POPULAÇÃO E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO EM CRECHE - TODAS AS REDES – 2014.	74
TABELA 14	- NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM RL% NEGATIVO, POR FAIXA DE POPULAÇÃO E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLA - TODAS AS REDES – 2014.....	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AEE	- Atendimento Educacional Especializado
Art.	- Artigo
ANPAE	- Associação Nacional de Política e Administração Escolar
BDTD	- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
c/aval.	- Com avaliação
CACS	- Conselhos de Acompanhamento e Controle Social
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQI	- Custo aluno qualidade Inicial
CAQ	- Custo aluno qualidade
CBE	- Câmara de Educação Básica
CEBAS	- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CF	- Constituição Federal
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CONAE	- Conferência Nacional de Educação
CONSED	- Conselho de Secretários Estaduais de Educação
DEA	- Análise Envoltória de Dados
DF	- Distrito Federal
DL	- Decreto Lei
DRU	- Desvinculação das Receitas da União
EC	- Emenda Constitucional
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
FINBRA	- Finanças do Brasil
FNDE	- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	- Fundo de Participação dos Estados
FPM	- Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBAM	- Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços
ICQ	- Índice de Condições de Qualidade
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDM	- Índice de Desenvolvimento Municipal
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPiexp	- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações
IPVA	- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ITCMD	- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doações de quaisquer bens ou direitos
ITRm	- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
IVS	- Índice de Vulnerabilidade Social
LC	- Lei Complementar
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDE	- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	- Ministério da Educação
NUPE	- Núcleo de Políticas Educacionais
Mult.	- Multisseriada

PIB	- Produto Interno Bruto
PNE	- Plano Nacional de Educação
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC-RIO	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REDALYC	- <i>Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal</i>
RL	- Resultado líquido das transferências do FUNDEB
RREO	- Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SICONFI	- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SIOPE	- Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
TCESP	- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TCU	- Tribunal de Contas da União
UCB	- Universidade Católica de Brasília
UERJ	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	- Universidade Federal da Bahia
UFC	- Universidade Federal do Ceará
UFG	- Universidade Federal de Goiás
UFLA	- Universidade Federal de Lavras
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNB	- Universidade de Brasília
UNDIME	- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESP	- Universidade Estadual Paulista
Uni	- Unificada
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
UNIR	- Universidade Federal de Rondônia
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
1.1.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
1.2.	JUSTIFICATIVA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	26
2.	DA VINCULAÇÃO DE IMPOSTOS AO FUNDEB	32
2.1.	ORIGENS DA VINCULAÇÃO CONSTITUCIONAL DE IMPOSTOS E A POLÍTICA DE FUNDOS	32
2.2.	DO FUNDEF AO FUNDEB	36
2.2.1.	<i>Fatores de Ponderação.....</i>	40
2.2.2.	<i>Escolas Conveniadas.....</i>	42
2.2.3.	<i>Os limites do FUNDEB e seu futuro.....</i>	43
3.	O ESTADO DO PARANÁ EM NÚMEROS.....	46
3.1.	PANORAMA DA OFERTA NA EDUCAÇÃO NO PARANÁ.....	48
3.1.1.	<i>Caracterização das matrículas por localização.....</i>	52
3.1.2.	<i>Caracterização das matrículas etapas e modalidades na rede estadual e municipal</i>	54
3.1.3.	<i>Matrículas do Paraná e as metas do PNE.....</i>	56
a.	<i>Educação Infantil.....</i>	58
b.	<i>Ensino fundamental</i>	61
c.	<i>Ensino Médio.....</i>	62
d.	<i>Educação Integral</i>	63
e.	<i>Educação de Jovens e Adultos</i>	64
f.	<i>Educação Profissional.....</i>	65
4.	RECURSOS DO FUNDEB NO PARANÁ	67
4.1.	ANALISANDO O RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (RL) NOS MUNICÍPIOS	68
4.1.1.	CLASSIFICANDO OS MUNICÍPIOS POR PORTE	69
4.2.	OFERTA E TAXA DE ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM O RL%	74
5.	CONCLUSÃO	76
6.	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICE 1 – QUADRO DE TESES E DISSERTAÇÕES.....	89
	APÊNDICE 2 – MATRÍCULAS NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2007 A 2014	92
	APÊNDICE 3A– TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 A 2010 – EM REAIS (1,00)	93
	APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 A 2014 – EM REAIS (1,00)	111

1. INTRODUÇÃO

As últimas três décadas apresentam diversas discussões sobre questões de financiamento da educação e este tem sido objeto de estudo de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Isto, em parte, se deve às mudanças administrativas e fiscais que têm ocorrido, além de tensionamentos e demandas da sociedade em relação ao direito à educação.

O financiamento da educação no Brasil, conforme a Constituição Federal (CF) de 1988, que reconheceu os municípios como entes federados dotados de autonomia político-administrativa, se dá de forma descentralizada e em regime de colaboração entre: União, estados e municípios.

A União, apesar de ter maior concentração de recursos, é prioritariamente responsável pelas instituições públicas federais de ensino, além de prestar assistência técnica e exercer função supletiva e redistributiva para as unidades subnacionais, por meio de transferências de recursos. A Educação Infantil e Ensino Fundamental são prioritários para os municípios, assim como, Ensino Fundamental e Ensino Médio, para os estados e Distrito Federal (DF). (BRASIL, 1988). Emendas constitucionais posteriores determinaram as transferências constitucionais entre as três esferas governamentais assegurando que, através de políticas públicas, houvesse a garantia de atendimento à população sob sua responsabilidade. (CRUZ, 2009, CASTRO, 2010).

A promulgação da Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) reafirmou os percentuais de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e estabeleceu em que devem ser utilizados estes recursos. Além disso, ao mesmo tempo em que as responsabilidades foram descentralizadas, houve maior concentração de decisões feitas pelo governo federal nas políticas educacionais (CRUZ, 2009, CASTRO, 2010, OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p. 17). A inserção do município como ente federativo agravou o descompasso entre recursos disponibilizados e suas responsabilidades na esfera educacional, gerando maior desigualdade inter e intrarregional, mesmo que a União tenha adotado ações supletivas e implementado mecanismos de transferências intergovernamentais. (OLIVEIRA; SOUZA, 2010).

A Emenda Constitucional (EC) nº14 de 12 de setembro de 1996, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que vigorou de 1998 a 2006. O FUNDEF era um fundo de natureza contábil, criado no âmbito de cada estado e que redistribuía recursos entre os governos estaduais e seus respectivos municípios utilizando critérios “para a divisão dos recursos vinculados, de modo

a que, minimamente, se articulassem aportes financeiros às respectivas responsabilidades”. (OLIVEIRA; SOUZA, 2010). Os objetivos centrais eram a universalização do Ensino Fundamental e a valorização de seu magistério.

A EC nº 53 de 19 de dezembro de 2006 substituiu o FUNDEF pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. É importante destacar que os avanços implementados no FUNDEB se deram por conta de embates e disputas políticas e com grande envolvimento da sociedade civil, diferentemente do FUNDEF que foi aprovado não levando em consideração demandas da sociedade.

O FUNDEB manteve boa parte das características do FUNDEF, porém, ampliou para a educação básica pública presencial, admitindo matrículas de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público, na pré-escola, creche e educação especial¹, também estabeleceu fatores de ponderação para cada nível e etapa da educação básica. A regra da complementação da União foi constitucionalizada, além de ampliar a expressão “profissionais do magistério” para “profissionais da educação básica”, sugerindo implantação de Planos de Carreira para remuneração condigna destes profissionais.

As características do FUNDEB e sua implementação despertaram interesse para o desenvolvimento desta pesquisa a partir de um contato com a área de políticas educacionais e financiamento de educação quando, no segundo ano da graduação, fui selecionada para uma bolsa de iniciação científica no Núcleo de Políticas Educacionais (NUPE), na Universidade Federal do Paraná (UFPR). A possibilidade de pesquisar na área de Políticas Educacionais e Financiamento foi um desafio que aceitei, buscando oportunidades de integrar à Pedagogia o gosto pela matemática e programação. A participação em pesquisas, em nível nacional, não só desenvolveram o interesse pelo tema como instigaram a continuar na área de pesquisa, por meio do mestrado. Dentre os trabalhos relevantes incluem-se, a pesquisa sobre os repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)² para os municípios da região metropolitana de Curitiba e participação na pesquisa sobre Índice de Condições de Qualidade (ICQ), onde tive a oportunidade de estudar sobre as condições de trabalho do professor e

¹ Alguns estados também têm convênio com o projeto Casa Familiar Rural que oferece formação de jovens do meio rural e pesqueiro, com Ensino Fundamental, Ensino Médio e técnico gratuito. No Paraná não há repasse de recursos para estes convênios.

² Pesquisas desenvolvidas entre 2009 e 2012 - “Recursos para a Educação na Região Metropolitana de Curitiba: caracterização dos gastos municipais em dois municípios” (2010), “A importância dos recursos do FNDE nos municípios de Almirante Tamandaré e Fazenda Rio Grande: aprofundamento da discussão de financiamento frente ao perfil dos alunos” (2011), “Qualidade no Ensino Fundamental: uma leitura das condições do trabalho do Professor” (2012).

atuei mais diretamente com software estatístico. Também houve a participação em pesquisas com gasto aluno/ano e em outra sobre custo aluno, na educação integral. As leituras sobre financiamento e política de fundos, feitas neste período, instigaram a verificar a ação do FUNDEB no Estado do Paraná.

Três pesquisas foram de vital importância e são tidas como norteadoras deste trabalho. A primeira é a pesquisa realizada pelo NUPE³ (GOUVEIA et al., 2003) que trata de estudos precedentes relativo à implementação do FUNDEF no Paraná. Este estudo nacional sobre o FUNDEF foi desenvolvido em rede integrada, nos anos de 2002 e 2003, por 12 estados brasileiros, com apoio da Associação Nacional de Política e Administração Escolar (ANPAE) e da Fundação Ford.

O objetivo básico deste estudo era a construção de uma análise comparativa da implantação do FUNDEF no estado do Paraná, abrangendo suas dimensões estadual e municipal e o significado deste fundo no conjunto dos recursos constitucionalmente vinculados à educação. Para isso, observaram-se os impactos desta política de financiamento na universalização e permanência dos alunos do Ensino Fundamental, além do atendimento à Educação Infantil, ao Ensino Médio e à EJA; também foram verificadas as modificações na remuneração dos trabalhadores em educação.

Utilizando o ano de 1996, como balizador, a pesquisa analisou 6 casos específicos, com mais profundidade, que seriam os municípios de Araucária, Curitiba, Londrina, Maringá e Porto Vitória, além da rede estadual. Por meio de visitas, para diagnóstico preliminar e levantamento de dados, a pesquisa incluiu entrevistas com diversos atores da administração municipal e estadual, além de dados da Secretaria de Estado da Educação e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS), em nível estadual. Também analisou Balanços Anuais, dos Relatórios de Trabalho, dos Orçamentos-Programa e dos Relatórios da Execução Orçamentária de 1996 a 2000.

Os resultados encontrados revelaram que apesar do crescimento nas receitas de transferências, estas não foram suficientes para compensar uma tendência decrescente da receita total. Segundo os pesquisadores, quem mantinha o fundo eram os 143 municípios que perderam recursos para o FUNDEF e não a administração estadual. Em relação à remuneração do magistério, o estudo verifica que no Paraná o fundo não havia promovido a sua valorização.

³ “A implantação e os impactos do FUNDEF no Estado do Paraná”. (GOUVEIA et al., 2003) .

A segunda pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM⁴ (BREMAEKER, 2007) e avaliou o possível impacto do FUNDEB, em especial os recursos e as alterações em relação ao FUNDEF. Em suas considerações, o autor apresenta o resultado de outro estudo “A influência do FUNDEF nas finanças municipais em 2002” em que verifica a perda de recursos em 39,3% dos municípios, sendo que 71% destes são municípios que possuem população abaixo de 10.000 habitantes. Segundo o autor, a lógica do FUNDEF e que se mantém no FUNDEB, contrariam a lógica de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)⁵ e a lógica social.

A lógica do FPM é a de entregar mais recursos para os Municípios de menor população, justamente pelo fato de que, em sua quase totalidade, estes Municípios são de base econômica rural e portanto [sic] sem grandes possibilidades de efetuar uma razoável receita tributária, já que são dados aos Municípios impostos de natureza eminentemente urbana.

O que está acontecendo é que a lógica do FUNDEF está contrariando a lógica do FPM, visto que os Municípios de pequeno porte demográfico estão recebendo menos recursos pelo fato de possuírem, por via de consequência [sic], poucos alunos, mesmo que sejam responsáveis por 100% dos alunos matriculados no seu Município. (BREMAEKER, 2007, p.23).

Para o autor, os municípios de pequeno porte estariam sendo penalizados na redistribuição de recursos do FUNDEF. Este resultado da pesquisa foi enviado à Casa Civil da Presidência da República e aos Ministérios da Educação, Fazenda e Planejamento, como um alerta para estudos durante a tramitação do FUNDEB, com o objetivo de evitar que estes danos tivessem continuidade.

A terceira pesquisa foi feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP⁶ (PERES et al., 2015) com o objetivo de avaliar o efeito redistributivo intraestadual do FUNDEB por meio da distribuição de recursos, em relação às características socioeconômicas dos municípios brasileiros.

Os autores consideraram um avanço a introdução da lógica de redistribuição dos recursos por aluno matriculado, independente da capacidade financeira individual da dependência administrativa na qual ele esteja sendo atendido (PERES et al., 2015, p.10) e, especificamente no FUNDEB, a ampliação para a educação básica e fixação de percentual para complementação da União. Os resultados da pesquisa apresentaram que a maioria dos

⁴ “O Impacto do Fundeb nas Finanças dos Municípios Brasileiros”. (BREMAEKER, 2007).

⁵ O FPM é uma transferência redistributiva feita pela União a todos os municípios brasileiros e está previsto no art. 159, I, b e d, da Constituição Federal de 1988. Os recursos são distribuídos aos municípios levando em consideração a população.

⁶ “Efeito redistributivo intraestadual do Fundeb: uma análise a partir de variáveis financeiras, socioeconômicas e educacionais dos municípios”. (PERES et al., 2015).

governos municipais brasileiros (59,7%) obteve acréscimo de recursos com o FUNDEB. Em contrapartida, o estudo destaca que a região sul apresentou o maior índice de municípios que perdem recursos (54,4%).

A análise, feita no estudo, levou em conta a situação socioeconômica dos municípios e, em geral, os municípios que recebem mais recursos líquidos do FUNDEB são os que apresentam piores características sociais. A pesquisa também verificou que municípios com menos de 10.000 habitantes são os que mais perdem recursos, assim como, municípios com menores redes educacionais. Outro achado importante é que os municípios com maior Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (RL)⁷ tendem a apresentar maiores taxas de analfabetismo. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), quanto maior o RL, menor tende a ser o IDEB da rede municipal, assim como a taxa de rendimento (aprovação) e as médias padronizadas na Prova Brasil.

Instigada pelas pesquisas já mencionadas anteriormente, esta pesquisa pretende analisar o FUNDEB nos municípios do estado do Paraná, nos anos de 2007 a 2014, atentando para a oferta e redistribuição de recursos levando em consideração o porte dos municípios. Este período foi escolhido por ser o ano de implementação do FUNDEB e até onde há disponibilidade dos dados do Censo Escolar. Buscou-se, desta forma, na revisão bibliográfica, estudos que analisam o FUNDEB em nível municipal em relação à oferta de matrículas e repasses de recursos.

1.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Uma grande quantidade de teses, dissertações, artigos e livros vêm, atualmente, debatendo o tema de vinculação de recursos e criação de fundos públicos para a educação. Diversos estudos de avaliação do FUNDEB podem ser encontrados, pois ele está em vigor desde 2007, e teve implementação total em 2009. Por opção pessoal, a revisão bibliográfica se deteve na seleção de teses e dissertações que envolvessem estudos de avaliação do FUNDEB em relação à oferta, qualidade e distribuição de recursos no período de 2007 a 2015.

O levantamento bibliográfico foi feito nas bases de dados Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*), Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital

⁷ RL é a diferença entre as receitas destinadas e as receitas recebidas do FUNDEB.

de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando o descritor FUNDEB (no título, resumo e palavras-chave). Foram encontrados 82 trabalhos. Após eliminação de repetições e assuntos não pertinentes à área de educação, restaram 49 trabalhos. Destes, os assuntos mais recorrentes foram estudos relativos à: remuneração dos profissionais da educação (10 trabalhos); controle social e gestão (14); qualidade (11); e, oferta e redistribuição de recursos financeiros (19 trabalhos), sendo que alguns se repetem na classificação, pois, analisam vários assuntos na mesma pesquisa.

Os trabalhos relevantes, em relação à temática escolhida, são os que estudam o FUNDEB a partir da redistribuição de recursos e oferta de matrículas nos municípios. Assim, estes trabalhos (19) serão apresentados a seguir, ordenados de forma crescente, a partir do ano de conclusão dos mesmos e por autor (ver Apêndice 1).

Dos 19 trabalhos selecionados, 11 trabalhos são da área de Educação, 3 são de Economia, 1 de Ciências Contábeis, 1 de Ciências Sociais, 1 de Direito Político e Econômico e 1 de Administração. Destes, 9 são de Doutorado e 11 de Mestrado Acadêmico.

De maneira geral, as teses e dissertações avaliam positivamente a implementação do FUNDEB e verificam suas limitações, conforme se apresentado a seguir.

Amorim (2007) analisou o FUNDEF e FUNDEB, seus avanços, limitações e potencialidades. Verificou que o FUNDEB não avançou no cálculo do valor aluno/ano e aumentou de forma pequena a colaboração da União para reduzir as desigualdades em nível estadual. Evidenciou que tanto o FUNDEF, como FUNDEB, prejudicaram os municípios de pequeno porte, pois suas características próprias não são consideradas e assim eles foram os que mais perderam. Além disso, a falta de clareza nas delimitações de cada esfera prejudicou os municípios, pois poderia haver mecanismos de ajuda técnica aos municípios menores. Considerou a criação da Comissão Intergovernamental, no âmbito do FUNDEB, mais democrática, pois permitiu que não só o Ministério da Educação (MEC) tomasse decisões, mas uma instância que conta com a participação das três esferas de governo. Nas conclusões, considerou que o FUNDEF contribuiu para a melhora de indicadores de fluxo e cobertura educacional no Ensino Fundamental, porém, o desempenho se apresentou insatisfatório. O trabalho constatou que maior desafio do FUNDEB, além de incluir as outras etapas e modalidades da educação básica, ainda é o de melhorar a qualidade da educação. Conclui sugerindo uma articulação entre o IDEB e o FUNDEB na distribuição dos recursos.

Borges (2007) analisou o impacto da implantação do FUNDEB nas finanças dos governos estaduais e municipais e seus efeitos sobre o atendimento quantitativo dado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001. O estudo visou comparar os resultados do

FUNDEF e projetar os valores do FUNDEB para os 5 primeiros anos. Os resultados obtidos verificam a tendência de que a implantação plena do FUNDEB poderia favorecer a redução de desigualdades e também assegurar ao conjunto dos municípios valores financeiros mais elevados, contudo com ganhos relativos aquém daqueles obtidos sob a vigência do FUNDEF até 2006. Porém, supõem poder ser corrigido por alterações nos fatores de ponderação das etapas/modalidades.

Butarelo (2007) analisou a municipalização do Ensino Fundamental nos municípios do estado de São Paulo, após a EC 14/1996, além da análise do município como entidade federativa e exame comparativo com a EC 53/2006, que cria o FUNDEB. A análise dos problemas que afetam a aplicação de recursos da educação pelos municípios foi feita sob a ótica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP). Acredita-se que a posição de dependência financeira que os municípios ocupam no sistema tributário nacional e a ausência de um pacto federativo cooperativo atinge a autonomia municipal. Segundo os registros efetuados pelo TCESP, a partir da criação do FUNDEF, há desvios significativos dos recursos vinculados à MDE, por parte dos municípios, e verificou que o cenário educacional evidencia a persistência dos velhos problemas: falta de recursos para a educação e, ao mesmo tempo, má aplicação dos recursos existentes. Conclui que a criação do FUNDEB, por si só, também não será suficiente para sanar os problemas referentes do financiamento da educação enfrentados pelo Brasil. Para a autora: ou melhora-se a relação federativa e aperfeiçoa-se o controle social, ou os mesmos erros serão repetidos.

Freitas (2009) analisou o FUNDEF e os primeiros anos de implantação do FUNDEB, buscando verificar como se dá o financiamento e os obstáculos para a concretização do direito à educação básica. Observou que o FUNDEF deixou lacunas na atuação mais intensa da União e há críticas em relação às responsabilidades que foram repassadas aos municípios, como entes federados, e que os mesmos não possuem condições para assumi-las. Levando em consideração os objetivos do FUNDEB que são: incentivar; assegurar; democratizar o acesso à educação básica; e, diminuir as desigualdades, constatou que houve melhor distribuição dos recursos entre os municípios e a instituição de um valor mínimo nacional anual por aluno. A crítica da autora ao FUNDEB é em relação à falta de transparência nos dados para efeito de controle, considerando-os obscuros e desatualizados.

Sousa (2009) analisou o impacto do atual financiamento da educação básica, via fundos públicos, e os reflexos nas políticas de valorização do magistério no município de Fortaleza. Os resultados revelaram que durante a vigência do FUNDEF o custo aluno/ano teve queda, além de uma municipalização acelerada do ensino e não houve aumento de

recursos, sendo que os já existentes não foram suficientes para uma educação de qualidade. Quanto ao FUNDEB, apesar de apresentar efeitos redistributivos com redução de desigualdades e incentivos do atendimento, não evidenciou elevação do custo-aluno em função dos fatores de distribuição para os diferentes segmentos da educação básica.

Lima (2010) analisou os impactos que ocorreram na passagem do FUNDEF para o FUNDEB em um município da Região Integrada do Entorno do Distrito Federal. Os resultados encontrados pela autora indicaram que na implantação do FUNDEB houve um aumento do repasse das verbas para o município, assim como, aumento no número de atendimentos na Educação Infantil. Também permitiu maior valorização dos profissionais desta etapa, assim como, maiores recursos para a capacitação dos professores, melhor remuneração e aumento no controle social dos gastos com a educação.

Santos (2010) avaliou a eficácia, a efetividade e a transparência dos investimentos e gastos executados na gestão político-administrativo-financeira, entre os anos de 2005/2006 (FUNDEF) e 2007/2008 (FUNDEB), nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. Os resultados comprovaram que os municípios analisados tiveram reduzidas as participações dos ganhos do FUNDEB se comparadas às recebidas do FUNDEF. Constatou que parte dos programas orçamentários alcançou a eficácia plena, assim como a efetividade das políticas públicas, enquanto a gestão financeira se revelou pouco transparente em relação às ações realizadas. A conclusão confirmou a hipótese apresentada pela pesquisa, ou seja, o financiamento público na educação municipal não foi suficiente para garantir o atendimento de todas as demandas existentes com eficácia, efetividade e transparência, com vistas à conquista de uma educação de qualidade desejada pela sociedade local.

Carvalho (2011) analisou as políticas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) adotadas no Brasil durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e as repercussões do seu financiamento, com destaque especial para o impacto do FUNDEB nessa modalidade educacional. Nos resultados, verificou alguns problemas, como: os fatores de ponderação que desestimulam a melhoria nos cursos de EJA; a possibilidade de utilizar os valores repassados para a EJA no ensino regular; a diminuição das matrículas nesta modalidade apesar do enorme contingente, as gritantes diferenças entre os estados no valor aluno-ano e a urgência em se adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) para que os alunos recebam igual valor independente da região em que estudam.

Cupello (2011) analisou de que forma uma maior disponibilidade de recursos para ser gasto em creche impactou na oferta dessa modalidade de ensino do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Os resultados evidenciaram que os municípios mais atentos aos

incentivos parecem ter direcionado mais seus investimentos na ampliação de oferta do que na qualidade do ensino e que o FUNDEB não impactou diretamente no aumento da oferta de matrículas em creches.

Nascimento (2011) analisou os movimentos e impactos provocados pelo FUNDEF e pelo FUNDEB na rede estadual de ensino de Goiás e nas redes dos municípios de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia e Trindade. Tendo como foco a movimentação e a municipalização das matrículas do Ensino Fundamental, a redistribuição dos recursos subvinculados pelos fundos, entre o governo do estado e os governos municipais e entre estes. Também analisou o cumprimento dos dispositivos legais e a adoção de políticas públicas que tenham como objetivo a valorização dos profissionais do magistério público da educação básica. Os resultados ressaltaram que a política de fundos foi a grande propulsora do processo de municipalização das matrículas no estado de Goiás, principalmente da primeira fase do Ensino Fundamental, ampliando os recursos recebidos pelos municípios na cesta do FUNDEF/FUNDEB; em contrapartida, houve a perda de recursos do governo do estado em consequência da queda do número de matrículas. Porém, verificou-se que o crescimento na receita não motivou a equivalente valorização dos profissionais da educação, seja na implementação de planos de carreira e remuneração, seja na implantação do piso salarial profissional nacional.

Ribeiro (2011), diferentemente das pesquisas anteriores, faz um estudo de caso no ano de 2010 investigando os impactos iniciais do FUNDEB na qualidade da Educação Infantil. Seu foco é a rede municipal de Fortaleza tendo como objetivo apreender as opiniões da gestão municipal sobre as diferenças entre a qualidade da Educação Infantil antes e depois da implantação desse fundo. Observou que a oferta da Educação Infantil em Fortaleza tem avançado, em especial, na ampliação do número de vagas e na melhoria da infraestrutura, além de mais contratações para esta etapa e mais qualidade na compra de materiais e alimentos. Considera que ainda permanece alguns desafios, como garantir o quadro de pessoal adequado para atendimento nas creches e pré-escolas. Os entrevistados consideraram que os novos recursos disponíveis e o seu melhor uso ocorreram pela vontade política da gestão, em especial da Secretaria de Educação, pela maior visibilidade da área em nível nacional, assim como, pela melhor formação dos profissionais e a ação dos movimentos sociais de defesa do direito da criança pequena, em especial o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Diniz (2012), com o objetivo de mensurar a eficiência da aplicação dos gastos em educação, procurou identificar relações empíricas que validassem a tese de que as

transferências condicionais da educação fundamental são desfavoráveis à eficiência da aplicação de recursos. Considera que as relações definidas no pacto federativo têm implicações nos resultados da educação na medida em que operam nas bases da negociação, principalmente pela matriz de transferência de recursos. Os resultados revelaram que, de maneira geral, as transferências intergovernamentais condicionadas e direcionadas à educação afetam negativamente a eficiência nos gastos públicos do ensino fundamental. A autonomia tem efeito positivo e há evidências empíricas de que os municípios considerados mais eficientes têm maior custo aluno, maior índice de desenvolvimento da educação básica e maior número de alunos matriculados.

Pereira (2012) analisou os primeiros resultados do FUNDEB no estado da Paraíba, especificamente nos municípios de João Pessoa e Cabedelo, no período de 2005 a 2010, investigando a divisão de responsabilidades entre as esferas de governo, no que concerne ao financiamento e à oferta da educação básica. Constatou que, no município de João Pessoa, o FUNDEB estimulou a ampliação da oferta na Educação Infantil, EJA e Educação Especial, elevando as receitas da educação. Em Cabedelo, porém, um movimento inverso foi registrado reduzindo recursos ao orçamento da educação, considerando que as deduções foram superiores às transferências recebidas, apesar da ampliação da oferta ano a ano. Parte do atendimento à Educação Infantil foi realizada em regime de colaboração com o estado e por meio de parcerias com o setor privado (creche). Em ambas as esferas, houve queda no atendimento ao Ensino Fundamental, com tendência à estabilidade da oferta. A pesquisa constatou que cada esfera de governo tem se responsabilizado pela oferta de vagas em sua área de competência e que o financiamento das atividades típicas em MDE dá-se de modo automático por intermédio das transferências constitucionais.

Santos (2012) analisou as mudanças ocorridas no atendimento às crianças de 0 a 3 anos entre 2005 e 2010 na cidade de Itabuna – São Paulo, avaliando o atendimento a estas crianças antes e durante a implementação do FUNDEB. O autor verificou que o FUNDEB, com a ampliação da cobertura para a educação infantil e a distribuição de recursos, incentivou o aumento da oferta de creche no município, contribuiu para o crescimento e a consolidação da gestão democrática e participativa e também na realização de uma política de melhoria da qualidade da oferta.

Fontinele (2013) verificou o impacto do FPM e do FUNDEB no desenvolvimento dos municípios cearenses no período de 2004 a 2008, buscou verificar se os recursos recebidos das esferas Federal e Estadual estavam sendo alocados de forma a atender à necessidade da população local na oferta dos serviços públicos, dentre eles a educação. Os

resultados encontrados assinalam para uma relação direta entre o aumento dos repasses e o desenvolvimento dos municípios cearenses. Em relação ao FUNDEB uma variação de 10% causaria um impacto de 2,083% no Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM). Desta forma, os resultados sugerem uma forte dependência dos municípios cearenses em relação aos repasses constitucionais para o desenvolvimento local.

Silva (2013) avaliou a eficiência na alocação dos recursos públicos na educação básica, nos municípios de Minas Gerais, utilizando os valores de gasto em educação per capita e receita líquida per capita em relação à taxa de atendimento por faixas de idade. Os resultados apresentaram que 84% dos municípios mineiros têm variados graus de ineficiência, sendo que apenas 2% são considerados eficientes. Destaca-se que dentre os 16 municípios eficientes, 11 são municípios com população abaixo de 50.000 habitantes e que estes têm reduzindo nível de atividade econômica e população de baixa renda. O autor ressalta que eficiência não quer dizer qualidade e, mesmo tendo recursos, alguns municípios não conseguiram atender à população de maneira eficiente.

Araújo (2014) estudou os municípios brasileiros e o efeito da política de fundos (FUNDEF/FUNDEB) na diminuição das desigualdades territoriais. O autor traz o resultado de quatro simulações visando contribuir para as discussões sobre o futuro dos fundos públicos para a educação, a primeira utiliza o padrão atual do FUNDEB com os fatores de ponderação da matriz do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e altera o papel da União visando o alcance do padrão mínimo de qualidade. A segunda utiliza os mesmos padrões da primeira, mas com a participação da União em 1% do Produto Interno Bruto (PIB). A terceira sugere um Fundo Único Nacional, com base no CAQi e participação mínima da União para efetivá-lo e a quarta também utiliza o Fundo Único Nacional, mas amplia a participação da União em 1% do PIB. Concluiu que sem a redefinição do papel da União e aumento na participação desta no financiamento da educação não é possível implantar um padrão mínimo de qualidade, tanto na manutenção do atual modelo quanto na implementação de um fundo único.

Lins (2014) avaliou o impacto dos gastos públicos municipais no desenvolvimento escolar, verificando se o ingresso dos recursos nos orçamentos dos municípios cearenses, advindo do FUNDEB e FPM, tem impactado o desempenho escolar. Os resultados mostram que quanto maior o recurso do FUNDEB, maior o aumento no IDEB. Adverte que outros fatores que não foram considerados podem ter influenciado o resultado.

Lima (2015) estudou o efeito do FUNDEB na Educação Infantil no município de Medianeira, no estado do Paraná. Usando a análise do ciclo de políticas o autor entende que o

FUNDEB tem sido aceito sem resistência pelos gestores, apesar da sociedade ainda não se envolver diretamente em sua fiscalização e controle. Constatou que o município em questão ganhou recursos com os mecanismos de redistribuição do FUNDEB e alertou para o futuro dos municípios quando finalizar este fundo.

Resumindo os achados na revisão bibliográfica, em relação à oferta e redistribuição de recursos, verifica-se que houve um consenso em relação a que haja maior participação da União no financiamento da educação e que, em alguma medida, o FUNDEB pode ter contribuído para a ampliação de oferta na Educação Infantil e influenciado na redução da oferta na EJA. Houve divergência nos resultados em relação ao aumento de recursos no repasse do FUNDEB para os municípios, pois, algumas condições, dentre elas o porte do município, pode ter influência sobre o ganho/perda de recursos. Em alguns estados, as pesquisas, verificaram aceleração na municipalização, a partir do FUNDEF, com aumento na vigência do FUNDEB.

As pesquisas analisadas no levantamento bibliográfico mostram a ausência de estudos em relação à oferta e distribuição de recursos do FUNDEB nos municípios paranaenses, constando apenas um que estuda o município de Medianeira.

O Paraná apresenta algumas características distintas no processo de municipalização. Diferentemente de outros estados do Brasil, que iniciaram este processo quando da implementação do FUNDEF, o Paraná, em 1993, alcançava 86% de seus municípios com os anos iniciais do ensino fundamental municipalizado. Este processo iniciou-se em duas vertentes: uma na década de 1970, fundamentada na Lei 5692/71 e outra na década de 1990, fundamentada na CF de 1988. (IPARDES, 1996).

O desenho da distribuição da oferta do ensino fundamental também se diferencia de outros estados, pois, no caso paranaense, a distribuição se faz de forma que o município se encarregue dos anos iniciais, enquanto o estado atende aos anos finais. (ZAMPIRI, 2014, p.87).

Desta forma, considera-se importante verificar se os municípios do Paraná apresentam resultados similares ou divergentes aos encontrados em outros municípios do Brasil e/ou peculiaridades que possam de alguma forma auxiliar nas análises do FUNDEB.

1.2. JUSTIFICATIVA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A avaliação de uma política pública “é um processo analítico que, por meio de investigação de uma série de informações, revela o curso ou desenvolvimento das atividades

inicialmente planejadas”. Visa analisar a pertinência, relevância, eficiência, eficácia e o impacto, medindo seus efeitos e levando em consideração os objetivos e metas traçados. (PERES; VIDAL, 2015, p.12)

Conforme Figueiredo & Figueiredo (1986) a avaliação de uma política pode ser classificadas como Avaliação de processo ou de impacto.

A Avaliação de processo pretende “acompanhar e aferir se os propósitos, estratégias e execução dos programas estão sendo realizados segundo as definições previamente estabelecidas” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986, p.112) e pode ser subdividida em avaliação de resultados ou metas e critérios (Eficácia objetiva), avaliação da metodologia de implantação e execução (Eficácia Funcional e/ou administrativa) e avaliação do esforço/resultado da análise do custo-benefício ou custo/resultado (Eficiência Instrumental e Eficiência Política).

A avaliação de impacto envolve análise das mudanças pretendidas nas condições sociais, pode ser de impacto objetivo (Efetividade objetiva), Impacto subjetivo (Efetividade subjetiva) e impacto substantivo (Efetividade substantiva).

Segundo Beloni (2007), entende-se que a avaliação de uma política pública tem a intenção de conhecer os aspectos positivos, apontar os equívocos e insuficiências e buscar contribuir para seu aperfeiçoamento, além de analisar os efeitos e resultados advindos de sua implementação.

Draibe considera que a avaliação de impacto envolve a análise das “[...] alterações ou mudanças efetivas na realidade sobre a qual o programa intervém e por ele são provocadas.” (DRAIBE, 2001, p.21)

As avaliações também podem ser feitas antes, durante ou após o término da política. Segundo Sechi (2013, p.63) na fase de implementação é que o desempenho das políticas públicas “são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou”.

Considerando os autores acima, a avaliação do FUNDEB se justifica, pois ainda está em andamento, mas já possui um tempo de implementação que dá condições de verificar seu desempenho, verificando os aspectos positivos e os problemas que apresenta. Esta verificação é necessária em amparada pela sua lei que no artigo 30, prevê que esta avaliação ocorra ao longo de sua vigência (14 anos). Além disso, a partir de 2020 há uma preocupação, de estudiosos da área, quanto ao destino do fundo com possíveis correções e continuidades que possa sofrer, estimulando pesquisadores a avaliarem o cumprimento dos objetivos do

FUNDEB. A delimitação da avaliação dos efeitos do FUNDEB, nesta pesquisa, se dá em relação à oferta e redistribuição de recursos.

Desta forma, esta pesquisa parte de dois pressupostos. O primeiro, que o FUNDEB possa ter, em alguma medida, estimulado os municípios a ampliarem a oferta da educação básica, pelo fato de ampliar o repasse às demais etapas e modalidades da educação básica, antes não contemplada pelo FUNDEF, e manter a condicionalidade do repasse de recursos de acordo com o número de matrículas. E o segundo, que o porte populacional dos municípios seja um fator interveniente em relação à redistribuição e repasse de recursos do FUNDEB.

Assim, este estudo pretende analisar os municípios do Paraná, em relação à diferença de porte populacional dos municípios visando encontrar possíveis relações de perdas/ganhos de recursos e visa responder a seguinte pergunta: Quais os efeitos provocados pela implementação do FUNDEB no atendimento a educação básica, nos municípios do estado do Paraná, em relação à ampliação da oferta e repasse de recursos entre os anos de 2007 a 2014?

As perguntas norteadoras são:

- O Paraná apresentou expansão de oferta da educação básica e, em caso afirmativo, em quais etapas e modalidades?
- Qual a característica de distribuição de recursos do FUNDEB nos municípios do Paraná?
- Existe, nos municípios paranaenses, alguma relação entre o porte populacional e os repasses de recursos do FUNDEB?

O objetivo geral deste trabalho visa analisar os efeitos da implementação do FUNDEB na partilha de recursos e ampliação da oferta na educação básica nos municípios do Estado do Paraná nos anos de 2007 a 2014.

Quanto aos objetivos específicos destaca-se:

- Avaliar o efeito do FUNDEB sobre o acesso à educação básica no Paraná por meio da evolução e distribuição das matrículas por etapa, modalidade, regime de atendimento e localização;
- Investigar as características de distribuição dos recursos do FUNDEB nos municípios do Paraná;
- Verificar se há possíveis relações de perdas/ganhos de recursos nos municípios, de acordo com faixas de população.

Para alcançar os objetivos propostos o trabalho pretende utilizar as seguintes informações e fontes de dados:

QUADRO 1 – PLANEJAMENTO DA PESQUISA

(continua)

Perguntas norteadoras	Objetivos específicos	Variáveis	Fontes	Método
O Paraná apresentou expansão de oferta da educação básica e, em caso afirmativo, em quais etapas e modalidades?	Avaliar o efeito do FUNDEB sobre o acesso à educação básica no Paraná por meio da evolução e distribuição das matrículas por etapa, modalidade, regime de atendimento e localização.	<ul style="list-style-type: none"> Número de matrículas por dependência administrativa, etapa, regime de atendimento e localização; Média de matrículas por turma; População por idade (0 a 17 anos); Taxa de atendimento. 	<ul style="list-style-type: none"> Microdados do Censo Escolar (INEP) - Arquivo de turmas de 2007 a 2014 no estado do Paraná; Dados do Censo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) de 2010; Estimativas populacionais enviadas para o Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade e sexo (Ministério da Saúde⁸). 	<ul style="list-style-type: none"> Os dados do Censo Escolar foram manipulados em software estatístico específico. Para análise foram excluídas as turmas de atendimento complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE) por serem matrículas duplicadas de alunos já contados nas turmas regulares⁹; A taxa de atendimento é calculada levando em consideração o número de crianças na faixa específica em relação às matrículas da mesma faixa etária; A projeção de faixa etária para 2014 foi feita levando em consideração a taxa de crescimento média anual, a partir da estimativa de 2012, em relação ao Censo de 2010. Foi elaborado a partir dados encontrados no site do Ministério da Saúde.

⁸ Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poppr.def>>. Acessado em: 15/01/2016

⁹ Importante observar a diferença entre os termos “aluno” e “matrícula”, pois um mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Como o trabalho utilizou o arquivo de turmas fica inviável a correspondência destes para contagem de aluno de tempo integral, como aqueles que frequentam turmas de atendimento complementar.

QUADRO 1 – PLANEJAMENTO DA PESQUISA

(conclusão)			
Perguntas norteadoras	Objetivos específicos	Variáveis	Fontes
Qual a característica de distribuição de recursos do FUNDEB nos municípios do Paraná?	Investigar as características de distribuição dos recursos do FUNDEB nos municípios do Paraná.	<ul style="list-style-type: none">Dados financeiros do FUNDEB¹⁰ (repasse de recursos);Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (RL).	<ul style="list-style-type: none">Site das Finanças do Brasil (FINBRA¹¹) para os anos de 2007 a 2012;Site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) - Consulta municípios por Estado / Receita / Transferências Multigovernamentais, para os anos de 2013 em diante;Site do FNDE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) – Relatórios Municipais - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal, utilizando o campo “Transferências de Recursos do FUNDEB”¹², para os anos de 2007 a 2014. Utilizado para correção dos dados inconsistentes.
Existe, nos municípios paranaenses, alguma relação entre o porte populacional e os repasses de recursos do FUNDEB?	Verificar se há possíveis relações de perdas/ganhos de recursos nos municípios, de acordo com faixas de população.		
		Método	
		<ul style="list-style-type: none">Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (RL) é a diferença entre as receitas destinadas e receitas recebidas do FUNDEB - disponibilizados no site do Tesouro Nacional STN – FINBRA e SICONFI;O percentual do Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (RL%) é igual a: $RL\% = (RR - RD) / RD * 100$Onde: RR= Receitas Recebidas RD= Receitas DestinadasOs dados financeiros inconsistentes foram corrigidos com as informações do site do FNDE - SIOPE.	

FONTE: Autora (2016)

FONTE: Autora (2016)

¹⁰ Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-consultas/repasse-de-recursos-do-fundeb>>.¹¹ Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais>.¹² Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do>>.

Para efeito de organização o trabalho é dividido em: introdução (item 1), 3 capítulos e conclusão. No primeiro capítulo (item 2) são apresentadas as origens da vinculação constitucional de impostos e a política de fundos, iniciando uma análise desde a CF de 1934 e os caminhos percorridos pela vinculação de fundos, até chegar aos dias atuais. Detêm-se na explicação detalhada do FUNDEB retomando algumas análises e mudanças ocorridas em relação ao FUNDEF. Para este capítulo foram utilizados manuais, documentos oficiais e artigos de conceituados autores, como: Martins (2009), Cury (2007), Oliveira (2010), Pinto (2007), Oliveira e Souza (2010), Arelaro e Gil (2006), Pinto e Carreira (2007), Verhine (2006), Adrião (2010, 2014), Abrúcio (2010), dentre outros

O segundo capítulo (item 3) apresenta a caracterização do estado do Paraná e diagnóstico da oferta por dependência administrativa, localização, regime de atendimento, distribuição das matrículas entre etapas e modalidades, nas redes Federal, Estadual, Municipal e Privada, com destaque para a Conveniada com o poder público, no contexto da educação paranaense. Além disso, apresenta a análise de algumas metas do Plano Nacional de Educação (PNE)¹³, as quais são de interesse desta pesquisa, que são as metas relacionadas à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e de tempo integral, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional.

O terceiro capítulo (item 4) faz uma e levantamento dos recursos advindos do FUNDEB e sua redistribuição entre as redes estadual e municipal e também uma análise dos dados coletados a partir da classificação dos municípios por faixa de população, buscando avaliar se há semelhanças ou divergências entre as faixas, taxa de atendimento e redistribuição de recursos. A análise das faixas de municípios foi feita pelo Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (RL). A partir da identificação dos municípios com resultados negativos faz-se, nestes, uma análise da taxa de atendimento na Educação Infantil.

A conclusão retoma as análises e resultados encontrados, procurando responder às perguntas e objetivos deste trabalho e encerra verificando lacunas e caminhos para novas pesquisas.

¹³ O PNE está previsto na CF de 1988 e estabelece diretrizes, metas e estratégias na área educacional, foi aprovado em junho de 2014 e tem vigência de 10 anos.

2. DA VINCULAÇÃO DE IMPOSTOS AO FUNDEB

A vinculação constitucional de impostos para o financiamento da educação vem de longa data e sofreu diversas transformações e descontinuidades. As constituições criadas a partir da década de 1930, as transformações ocorridas nos cenários político e sua repercussão no meio educacional, em especial no repasse de recursos via fundos, serão apresentadas a seguir.

2.1. ORIGENS DA VINCULAÇÃO CONSTITUCIONAL DE IMPOSTOS E A POLÍTICA DE FUNDOS

O fim da década de 1920 é marcado por crises e revoluções. Em 1930, inicia-se um novo período da história brasileira com o fim da Primeira República e início do Estado Getulista (que se estendeu até 1945). Neste ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e houve uma reorganização do sistema educativo de cima para baixo. (FAUSTO, 2002, p. 337). Destacam-se neste período as figuras de Francisco Campos e Gustavo Capanema, Ministros da Educação em diferentes períodos. Também é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1933), redigido por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Pinto, entre outros. Em 1933, o governo provisório realizou uma Assembléia Nacional Constituinte e em 1934 promulgou a Constituição que sugeria um país de regime democrático. (FAUSTO, 2002).

A CF de 1934 determinou a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, criou o PNE e a vinculação percentual para a educação, advinda da arrecadação dos impostos. (CURY, 2007). A União e os Municípios deveriam aplicar nunca menos de 10% e os Estados e DF nunca menos de 20%, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. O artigo 157¹⁴ determinava a formação de fundos de educação para a União, estados, DF e municípios. (BRASIL, 1934).

Três anos após a promulgação da CF de 1934, o golpe do Estado Novo frustrou as esperanças de continuidade do regime democrático. A CF de 1937 foi outorgada pelo

¹⁴ Art. 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei. § 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. (BRASIL, 1934)

presidente Getúlio Vargas, no Estado Novo, e é marcada por grande concentração de poderes no Executivo. Esta constituição trouxe uma concepção da educação pública voltada àqueles que não pudessem arcar com os custos do ensino privado e houve a retirada da vinculação constitucional de recursos para a educação. Mais tarde, diante de dificuldades financeiras na área educacional, foi implementado o Decreto Lei (DL) nº 4.958, de 12 de novembro de 1942, que instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário. Este fundo utilizava recursos vindos de tributos federais criados para esse fim, visando à melhoria do sistema educacional primário de todo o país. (BRASIL, 1937).

O auxílio federal dependia de assinatura de convênios com os estados, como o Convênio Nacional do Ensino Primário que foi acionado pelo DL 5.293 de 1º de março de 1943. (CURY, 2007). Em 30 de junho de 1943, foi assinado o DL 13.440 por 20 estados, DF e território do Acre, este ratificou o convênio fixando os percentuais de aplicação de recursos, sendo que a União deveria dar apoio técnico e concessão de auxílio federal, limitado, em cada ano, aos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário. Os estados contribuiriam com pelo menos 15% (com progressiva ampliação) da renda proveniente de seus impostos, na manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do seu sistema escolar primário¹⁵. (SÃO PAULO, 1943). Porém, somente com o DL 6.785, de 11 de agosto de 1944, o governo federal cria a fonte dos recursos para efetivação deste convênio, através da arrecadação de 5% sobre as taxas do imposto de consumo incidente sobre bebidas, com início a partir de 1º de janeiro de 1945. (CURY, 2007, p.40).

Após a queda de Getúlio Vargas, em 1945, o novo presidente, General Eurico Gaspar Dutra convocou a Constituinte e promulgou uma nova constituição que conquistou alguns avanços democráticos e retomou algumas características da CF de 1934.

A CF de 1946 voltou a vincular impostos para o financiamento da educação e a definiu como direito de todos, além de fazer distinção entre rede pública e privada, dispor a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e de repor, em termos federativos, a autonomia dos estados na organização dos sistemas de ensino. O artigo 169 estabeleceu que a

¹⁵ Cláusula 3ª Os Estados, signatários do presente Convênio comprometem-se a aplicar, no ano de 1944, pelo menos quinze por cento da renda proveniente de seus impostos, na manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do seu sistema escolar primário. Esta percentagem mínima elevar-se-á a dezesseis, a dezessete, a dezoito, a dezenove e a vinte por cento, respectivamente, nos anos de 1945, de 1946, de 1947, de 1948 e de 1949. Nos anos seguintes, será mantida a percentagem mínima relativa ao ano de 1949. Os Estados, que ora estejam aplicando, no ensino primário, mais de quinze por cento da renda proveniente de seus impostos, não diminuirão essa percentagem de aplicação em consequência da assinatura do presente Convênio. Todos os Estados se esforçarão no sentido de que as percentagens acima indicadas possam ser ultrapassadas. Participaram deste convênio 20 estados, o DF e o território do Acre. (SÃO PAULO, 1943)

União deveria aplicar nunca menos de 10%, e os estados, o DF e os municípios nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos em manutenção e desenvolvimento de ensino. (BRASIL, 1946).

Getúlio Vargas retorna ao poder, por meio de eleições diretas, em 1951, e em meio à crise política, em 1954, comete suicídio. Seu sucessor foi Juscelino Kubitschek, eleito em 1955, assume em 1956, e, apesar de algumas rebeliões golpistas, se manteve no poder até o final do mandato. Em 1960, Jânio Quadros foi eleito, porém, renunciou com apenas sete meses de governo, assumindo então João Goulart. (VAINER, 2010).

A LDB de 1961, Lei nº 4.024/61, foi promulgada pelo presidente João Goulart e reiterou a vinculação de impostos e estabeleceu, no artigo 92, a aplicação anual em manutenção e desenvolvimento de ensino por parte da União, em 12% de sua receita de impostos, no mínimo, e os Estados, DF e Municípios, 20%, no mínimo. Estabeleceu também um fundo para cada nível de ensino (VIEIRA; VIDAL, 2015, p.23), dispondo no artigo 93, parágrafos 1º e 2º, sobre o que são e o que não são despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE). (BRASIL, 1961).

Em 1º de abril de 1964, João Goulart sofreu um golpe militar que trouxe ao Brasil “o regime de maior desrespeito aos direitos individuais e de uma arbitrariedade jamais vista em sua história.” (VAINER, 2010, p. 179). Assumiu a presidência Humberto Castelo Branco que, em 1967, aprovou uma nova constituição.

A CF de 1967 aboliu a vinculação das verbas e limitou-se a determinar, somente a partir da EC 1/1969¹⁶, a aplicação por parte dos municípios, de 20% dos impostos no ensino primário de suas redes, sob pena de intervenção no não cumprimento da mesma. Assumiu também um caráter assistencialista e com marcante apoio à iniciativa privada. (VIEIRA; VIDAL, 2015).

Após 19 anos de ditadura militar inicia-se aos poucos um período de redemocratização que abre espaço para mudanças na legislação. A EC 24/83¹⁷, chamada Emenda Calmon, que só entrou em vigor em 1985 por meio da Lei 7348/85, veio repor a vinculação definindo que, anualmente, a União aplicaria nunca menos de 13% e os estados, o DF e os municípios, no mínimo 25% da receita resultante de impostos em MDE. (CURY, 2007).

¹⁶ Estabelecia no art.15 “§ 3º A intervenção nos municípios será regulada na Constituição do Estado, somente podendo ocorrer quando: [...] f) não tiver havido aplicado, no ensino primário, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal.

¹⁷ Alterou o art. 176 da Constituição de 1967, acrescentando o parágrafo 4.

Em 1985, o presidente José Sarney inicia debates para a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, visando elaborar e aprovar uma nova constituição.

A CF de 1988 desponta no período de consolidação da democratização da educação, com ampliação do acesso e universalização do ensino fundamental, em meio às discussões em torno da crítica ao centralismo da ditadura militar, na área educacional, e a busca da autonomia dos entes federados. (OLIVEIRA, 2010).

A CF de 1988 vem afirmar a educação como direito social, civil e político, o Ensino Fundamental como direito público subjetivo e o Ensino Médio como progressivamente obrigatório¹⁸. A vinculação de receitas para educação reaparece no artigo 212 e nos artigos 70 e 71 se redefine o que se enquadra ou não no conceito de MDE. (CURY, 2007; OLIVEIRA, 2010).

Após a aprovação da nova constituição houve “a necessidade de adequação da educação aos novos parâmetros legislativos, de forma a estabelecer um modelo educacional condizente com a realidade do país.” (CERQUEIRA et al., 2009).

Em 1988, o deputado Octávio Elísio apresentou na Câmara Federal um projeto fixando as diretrizes e bases nacionais frente à nova realidade da educação e da sociedade brasileira propondo uma ampliação dos recursos para educação pública. Inicialmente o deputado Jorge Hage é relator do projeto, em 1992, a partir daí iniciam-se discussões e modificações sob muita negociação partidária e participação da sociedade civil. Apesar de apresentar muitas modificações desde as primeiras proposições e depois de passar por muitas votações e diversos relatores, em 20 de dezembro de 1996, é aprovada a Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Nela se estabelece um prazo para a aprovação de um Plano Nacional de Educação (PNE) e é reafirmado o artigo 212 da CF de 1988, em relação à vinculação de recursos para a educação. (CERQUEIRA et al., 2009).

O artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) previa a criação de fundos e este foi implementado, inicialmente, por meio da EC nº14 de 12 de setembro de 1996, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que vigorou de 1998 a 2006, e, posteriormente, a EC nº 53 de 19 de dezembro de 2006 que substituiu o FUNDEF pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007.

¹⁸ Foi alterada pela EC 14/96 para “progressiva universalização do ensino médio gratuito”.

A criação do FUNDEF, segundo alguns especialistas em política, se deu em um processo fechado incluindo políticos, burocratas e grupos de interesses, e apesar de alguma participação da sociedade civil e movimentos sociais, estas ficaram fora dos debates e decisões. (MARTINS, 2009). Mesmo assim, sua criação foi considerada, por alguns especialistas, inovadora e representou um grande avanço na vinculação de recursos para a educação, atuando como um “critério mais razoável para a divisão dos recursos vinculados, de modo a que, minimamente, se articulassem aportes financeiros às respectivas responsabilidades”. (OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p. 17). Apesar de não ser consenso entre todos os pesquisadores que a política de fundos seja a melhor opção para a educação, é inegável, segundo Arelaro e Gil (2006), que a vinculação de recursos, no âmbito educacional, têm sido positiva. O texto dos autores traz visões diferentes em relação à política de fundos, porém, ambos concordam que um dos grandes problemas enfrentados pela área de educação é a falta de recursos, porém, divergem em relação aos fundos. Arelaro (ARELARO: GIL, 2006) acredita que os fundos engessam a ação dos orçamentos públicos e não respeita as especificidades de cada município, além disso, a redistribuição poderia ser prejudicial para alguns municípios que possuem boas gestões e que no processo podem perder recursos, outro fator seria o estabelecimento de valores mínimos, que tem-se mostrado ineficiente passando a ser o teto e não o ponto de partida.

2.2. DO FUNDEF AO FUNDEB

O FUNDEF foi implementado como fundo de natureza contábil, com subvinculação de 60% dos recursos em MDE, para a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no Ensino Fundamental.

No FUNDEF, o repasse de verbas era feito exclusivamente para o Ensino Fundamental público, excluindo EJA¹⁹, redistribuídos de modo automático de acordo com o número de matrículas apuradas no censo escolar do ano anterior. Esta distribuição era feita no âmbito de cada estado, com redistribuição apenas entre estados e respectivos municípios. Considerava fatores de ponderação de acordo com os níveis de ensino (1ª a 4ª séries e 5ª a 8ª séries) e tipos de estabelecimento (escolas rurais e Educação Especial), porém estes fatores só

¹⁹ O veto foi feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na Emenda Constitucional 14/1996.

passaram a vigorar a partir de 1999 (Decreto nº 3.326, de 31 de dezembro de 1999)²⁰ e foram alterados em 2005 (Decreto nº 5.374, de 17 de fevereiro de 2005)²¹. Havia um acompanhamento exercido pelos CACS, em todas as esferas federativas. Instituiu a complementação da União utilizando um parâmetro de gasto por aluno em cada estado que não poderia ser inferior a média nacional, porém, este dispositivo não foi atendido de maneira satisfatória. Segundo Oliveira e Souza (2010, p.27) “O não cumprimento da lei do Fundef por parte da União representou tanto uma redução do potencial equalizador do mesmo quanto foi um obstáculo importante no processo de negociação do Fundeb”. Araújo critica esta posição da União.

A União contribui com menos recursos para a educação do que os municípios, apesar da sua capacidade de mobilizar recursos ser muito maior, isso porque a maior parte de suas receitas advém das contribuições sociais e econômicas (13% do PIB), das operações de crédito, (quase 30% do PIB), e da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que fica com cerca de 20% das receitas de impostos e contribuições. (ARAÚJO, 2006, p. 108).

Apesar de avanços, algumas críticas podem ser feitas ao modelo do FUNDEF. Pelo fato de supor que os recursos já eram suficientes, bastando apenas um melhor gerenciamento dos mesmos, não agregou novos recursos, além de pouco contribuir para aumentar a eficiência de gestão do sistema e da qualidade do ensino. (PINTO, 2007).

Outro fator limitador foi o atrelamento das políticas de financiamento aos impostos, sendo este sua maior fonte de recursos. Farenzena (2001) chama de “estabilidade relativa” o fato dos recursos serem condicionados pelas flutuações da economia e das políticas fiscais ordenadas pelo governo. Alguns fatores podem ser prejudiciais como: a estagnação econômica, isenções fiscais e reformas e ajustes econômicos que podem significar a diminuição dos recursos destinados às políticas públicas e sociais e prejudicar o planejamento e a execução dos orçamentos. Além disso, o fato do FUNDEF apenas contemplar o ensino fundamental, prejudicou as políticas universalizantes para toda a educação básica. (JESUS, 2011).

O FUNDEB, com vigência estabelecida para o período de 2007 a 2020 e implantado a partir de 1º de janeiro de 2007, foi criado pela EC nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº

²⁰ Em 1999 foram estabelecidos os seguintes fatores de ponderação: 1,00 para os alunos da 1ª a 4ª séries, nas escolas urbanas e rurais e 1,05 para os alunos da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e classes de educação especial, nas escolas urbanas e rurais.

²¹ Em 2005 os fatores de ponderação foram alterados para: 1,00 para os alunos das séries iniciais das escolas urbanas; 1,02 para os alunos das séries iniciais das escolas rurais; 1,05 para os alunos das quatro séries finais das escolas urbanas; 1,07 para os alunos das quatro séries finais das escolas rurais; e, 1,07 para os alunos da educação especial do ensino fundamental urbano e rural.

11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao FUNDEF (que vigorou entre 1998 - 2006). Diferentemente do processo de tramitação e aprovação do FUNDEF, que como já dito, foi com pouca participação da sociedade civil, a criação do FUNDEB iniciou-se pouco depois da implementação do FUNDEF e se deu de forma mais coletiva. Diversas entidades se manifestaram e houve uma participação mais significativa. Em 2004, o Ministério da Educação (MEC) organizou colóquios para a discussão no novo fundo. Foram também organizadas audiências públicas com grande participação da sociedade civil e entidades representativas (UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, CONSED - Conselho de Secretários Estaduais de Educação, Campanha Nacional Todos pelo Direito à Educação e outros). (MARTINS, 2009).

O FUNDEB manteve boa parte das características do FUNDEF, porém, com ampliação para a educação básica pública presencial, admitindo matrículas de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o Poder Público na pré-escola, creche e Educação Especial²².

Da mesma forma que o FUNDEF, o FUNDEB é um fundo especial de natureza contábil de âmbito estadual, isto é, existe um fundo para cada estado e um para o DF, totalizando 27 fundos.

O FUNDEB é composto por recursos vindos de impostos e transferências dos estados, DF e municípios, vinculados à educação (art. 212 da CF de 1988), além de uma complementação da União, com recursos federais, exercendo função supletiva e redistributiva sempre que um estado não alcance o mínimo nacional por aluno, sendo aplicado exclusivamente na educação básica. O quadro 2 apresenta os percentuais de contribuição de recursos para composição do fundo, além de sua origem.

²² Alguns estados também têm convênio com o projeto Casa Familiar Rural que oferece formação de jovens do meio rural e pesqueiro, com ensino fundamental, médio e técnico gratuito. No Paraná não há repasse de recursos para estes convênios.

QUADRO 2 - ESCALA DE IMPLANTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB.

Ufs	Origem dos recursos	Contribuição à formação do Fundo			
		2007	2008	2009	2010 a 2020
Estados, DF e municípios	FPE, FPM, ICMS, Lei Complementar (LC) 87/96 e IPlexp ^(*)	16,66%	18,33%	20%	20%
	ITCMD, IPVA, ITRm e outros eventualmente instituídos ^(*)	6,66%	13,33%	20%	20%
União	Complementação federal ^(**)	R\$ 2 bilhões	R\$ 3 bilhões	R\$ 4,5 bilhões	10% da contribuição total de Estados, DF e municípios

FONTE: FNDE.

NOTAS: (*) Inclusive receitas correspondentes à dívida ativa, juros e multas relacionadas aos respectivos impostos.

(**) Valores originais, a serem atualizados com base no INPC/IBGE.

A regra da complementação da União foi constitucionalizada e vetou o uso do Salário Educação para este fim. O cálculo da complementação do FUNDEB possuía valores fixos para os três primeiros anos de vigência, com os devidos ajustes inflacionários, e a partir do quarto ano a União deveria contribuir com 10% de toda a arrecadação dos 27 FUNDEBs permanecendo este percentual até seu fim, previsto para 2020.

A distribuição dos recursos se dá de forma automática e periódica e é de responsabilidade da União e dos estados, com a participação dos agentes financeiros do fundo (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal). A distribuição é realizada com base nas matrículas efetivadas nos âmbitos de atuação prioritária, conforme art. 211 da CF de 1988. Não há movimentação de recursos entre os estados, ficando o recurso dentro do próprio estado em que foi arrecadado, diferentemente dos municípios, que perdem ou ganham recursos para municípios dentro do mesmo estado.

Destes recursos permanece a subvinculação de pelo menos 60% (sessenta por cento) destinadas ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício²³ na rede pública. São considerados profissionais do magistério professores e os profissionais que exercem atividades de suporte e assessoramento pedagógico, em apoio à docência, incluindo-se: direção ou administração escolar; planejamento; inspeção; supervisão; orientação educacional e coordenação pedagógica. (BRASIL, 2007).

²³ Compreende os profissionais em atuação efetiva no desempenho das atividades ou funções do magistério, com vinculação contratual regular (temporário ou permanente), definida em instrumento próprio, com o ente governamental que o remunera. Eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação contratual existente, como férias, licença gestante ou paternidade, licença para tratamento de saúde, entre outras, não o descaracteriza. (FNDE, 2008)

Os recursos dos fundos são distribuídos, no âmbito de cada estado considerando os alunos atendidos:

QUADRO 3 – ALUNOS CONSIDERADOS NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

Etapas	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil (creche e pré-escola); • Ensino Fundamental (de oito ou de nove anos); • Ensino Médio.
Modalidades	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino regular; • Educação especial; • Educação de jovens e adultos; • Ensino profissional integrado.
Localização da Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Zona urbana; • Zona rural ou do campo⁴.
Regime de atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo integral; • Tempo parcial (matutino e vespertino ou noturno).
Esfera de atuação	<ul style="list-style-type: none"> • Pública (Federal, Estadual ou Municipal); • Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o poder público.

FONTE: Adaptado do Manual do FUNDEB - FNDE (2008).

Algumas questões são consideradas polêmicas e merecem uma análise mais detalhada, dentre estas podemos considerar os fatores de ponderação, as escolas conveniadas e a transitoriedade do FUNDEB, com prazo de término em 2020.

2.2.1. Fatores de Ponderação

A distribuição dos recursos do FUNDEB, por alunos matriculados, leva em conta fatores de ponderação que são publicados pelo MEC e definidos pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para Educação Básica de Qualidade. Esta Comissão é composta por onze membros, sendo cinco representantes dos estados, indicados pelo CONSED, cinco representantes dos municípios, indicados pela UNDIME e um representante do MEC. Esta comissão define os fatores de ponderação aplicáveis entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino e fixa, anualmente, o limite de apropriação de recursos e a parcela de complementação da União a ser distribuída por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica. (FNDE, 2008).

A cada ano de vigência do FUNDEB pode haver mudanças nos fatores de ponderação para o repasse de recursos. Importante observar que os fatores de ponderação podem redirecionar os recursos ou alterar seu peso relativo nas matrículas.

Os fatores de ponderação podem variar 30% para cima ou pra baixo, sempre considerando o Ensino Fundamental séries iniciais urbano parcial com o fator 1,0 (art. 10, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.494/2007). Desta forma, o menor fator seria 0,7 e o maior 1,3. Sendo que a partir de 2010 não há mais fatores 0,7, como pode se observar no quadro 4.

QUADRO 4 - FATORES DE PONDERAÇÃO - 2007 A 2015

Etapas, modalidades e segmentos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Creche Integral		1,1	1,1	1,1	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3
Creche Parcial	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	1,0
Pré Escola Integral		1,15	1,2	1,25	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Pré Escola Parcial	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
E. F. Séries/Anos Iniciais Urbano	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
E.F. Séries/Anos Iniciais Rural	1,05	1,05	1,05	1,05	1,15	1,15	1,15	1,15	1,15
E. F. Séries/Anos Finais Urbano	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
E. F. Séries/Anos Finais Rural	1,15	1,15	1,15	1,15	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
E. F. Integral	1,25	1,25	1,25	1,25	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
E. Médio Urbano	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,25	1,25
E. Médio Rural	1,25	1,25	1,25	1,25	1,25	1,3	1,3	1,3	1,3
E. Médio Integral	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
E. Médio Profissional	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação Especial	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
AEE ²⁴		1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
EJA Com avaliação no processo	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
EJA Profissionalizante	0,7	0,7	0,7	1,0	1,0	1,2	1,2	1,2	1,2
Indígenas e Quilombolas	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2
Creche Conveniada Integral		0,85	0,95	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Creche Conveniada Parcial		0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pré-escola Conveniada Integral		1,15	1,2	1,25	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Pré-escola Conveniada Parcial		0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Educação Especial Conveniada		1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2

Fonte: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (2015)

Legenda: EF - Ensino Fundamental; E- Ensino; AEE - Atendimento Educacional Especializado; EJA - Educação de Jovens e Adultos

Os fatores de ponderação, em alguns casos, têm tido correções ao longo do período, sendo que a EJA profissionalizante foi a que apresentou a maior taxa de crescimento no período (71,4%), seguido da Creche Integrada Conveniada (29,1%) e a Creche Parcial (25%). O desvio padrão dos fatores varia de 0,20, em 2007, até 0,15, em 2015, demonstrando a ocorrência de uma aproximação dos índices nos últimos anos.

Estudos revelam que os fatores de ponderação atuais, mesmo com alterações recentes, não correspondem ao custo real por aluno em algumas etapas e modalidades de ensino. Por exemplo, a creche integral (fator 1,3 a partir de 2012) teria um custo de pelo menos o dobro do custo aluno das séries iniciais do Ensino Fundamental. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em estudo realizado para determinar o CAQi

²⁴ AEE - Atendimento Educacional Especializado - para efeito de distribuição dos recursos do FUNDEB é considerada a dupla matrícula dos estudantes do ensino regular da rede pública. Decreto nº 7611/11.

(CARREIRA; PINTO, 2007) chegou a uma razão de 2,4 vezes entre o custo da creche em tempo integral e o custo das séries iniciais do Ensino Fundamental parcial. Também são discutíveis os fatores da escola rural (ou do campo)²⁵ devido a turmas reduzidas que geram poucos recursos, muitas vezes induzindo as escolas a terem turmas multisseriadas ou a fechamento de escolas, gerando longos percursos para acesso dos alunos aos estabelecimentos de ensino. (VERHINE, 2006; PINTO, 2007, CARREIRA; PINTO; 2007).

Um dos impactos da diferenciação dos fatores de ponderação é que podem induzir os municípios a pressionarem as escolas a aumentar o número de alunos por turma (PINTO, 2007). Há também a discussão de que os critérios para o cálculo dos fatores de ponderação deveriam ter padrões mais lógicos:

Por isso, acreditamos que os fatores de ponderação devem estar, antes de mais nada [sic], associados de forma objetiva às condições em que a oferta se dará, pautando-se por critérios como: duração da jornada do professor e do aluno, nível de formação dos profissionais, razão alunos/turma, presença de laboratórios, bibliotecas, entre outros insumos. (PINTO, 2007, p 893).

Apesar de ainda necessitar de mais estudos para avaliação do impacto dos fatores de ponderação na distribuição dos recursos, o incremento nos últimos anos pode ter corrigido alguns dos problemas apontados por Pinto (2007).

Outro assunto polêmico foi a abertura de distribuição de recursos para o setor privado, com a inclusão das escolas conveniadas que será discutido a seguir.

2.2.2. Escolas Conveniadas

O FUNDEB considera, para distribuição dos recursos, as matrículas das escolas privadas conveniadas com o poder público e o recurso é repassado para as prefeituras com base no número de alunos das etapas de creche, pré-escola (municípios e DF) e educação especial (municípios, estados e DF), atendidos por estas instituições.

Para que a instituição conveniada esteja habilitada a receber os recursos do FUNDEB é necessário: a) Estar credenciada junto ao Órgão competente (art. 10, inciso IV e parágrafo único, e art. 11, inciso IV, da Lei nº 9.394/96); b) Comprovar igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos; c) Ter finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros no atendimento em creches, pré-escola ou educação especial, conforme o caso; d) Atender a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino; e)

²⁵ A partir de 2014 é alterada a nomenclatura de “rural” para “do campo”, porém nesta dissertação optou-se por apenas utilizar o termo “rural”.

Possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), dentre outras. (FNDE, 2008).

Os repasses às escolas privadas conveniadas ao poder público são muito questionados. Uma das preocupações seria em relação ao aumento de matrículas nestas instituições e um acomodamento dos municípios em relação à oferta da etapa da Educação Infantil, além disso, a Educação Especial nas escolas desta categoria têm um forte apoio da sociedade e disputam acirradamente este benefício. (PINTO, 2007; MARTINS, 2008). Adrião (2014) acredita que a falta de capacidade política, institucional e financeira dos municípios podem tender a repassar para a esfera privada sua responsabilidade de atendimento educacional, em especial na Educação Infantil. Outro agravante é que a captação de recurso se dá de forma independente ao destino do recurso, então desta forma:

Tal situação pode induzir municípios com pouca capacidade financeira ou com um atendimento educacional estatal frágil, a captar recursos via matrículas da rede pública e destiná-los, prioritariamente, às instituições conveniadas, tendo em vista que os custos deste atendimento são, geralmente, bem inferiores aos praticados pela rede direta. (ADRIÃO, 2010, p.13)

No capítulo 3 serão analisadas estas matrículas, nos municípios paranaenses, e se de fato, houve ou não, um aumento neste segmento.

O item a seguir traz uma inquietação, por parte dos pesquisadores quanto aos rumos do FUNDEB.

2.2.3. Os limites do FUNDEB e seu futuro

O FUNDEB tem um prazo de vigência, no caso, finda em 2020. E, apesar de muitos especialistas considerarem a política de fundos como um caminho para a redistribuição dos recursos em educação, há uma grande preocupação em relação a esta política ainda permanecer nas Disposições Transitórias, não tendo sido incorporado na Constituição Federal, prejudicando, inclusive, a definição de planos de carreira do magistério. (MARTINS, 2008; GOUVEIA; SOUZA, 2015).

Apesar da proximidade do fim do FUNDEB ainda permanecem alguns problemas que já foram citados, como as desigualdades inter e intraregionais e a ausência de implementação de recursos por parte da União para não só complementar os valores mínimos, mas de alguma forma ampliar os valores para que haja um ensino de qualidade. (ABRÚCIO, 2010).

Algumas sugestões de aprimoramento quanto às questões de fragilidade do FUNDEB foram apresentadas na Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014 e são as seguintes:

- I) a complementação anual da União ao fundo avance para um patamar equivalente a 1% do PIB/ano;
- II) a composição contábil do fundo seja ampliada, incorporando outras fontes de recursos, como taxas e contribuições sociais, e não apenas impostos, como ocorre hoje;
- III) o fundo deixe de ser limitado pelo atual sistema de balizas, que limitam os fatores de ponderação a uma escala de 0,7 a 1,3, permitindo a substituição do atual modelo de gasto ou custo aluno/ano por uma política de CAQi;
- IV) a modalidade da EJA seja tratada com plena isonomia financeira;
- V) seja fortalecido o papel fiscalizador dos conselhos de acompanhamento e de avaliação do Fundeb, considerando a composição e suas atribuições legais e a formação adequada dos conselheiros;
- VI) o número de matrículas em creches conveniadas seja congelado e essa modalidade de parceria seja extinta, sendo obrigatoriamente assegurado o atendimento da demanda diretamente na rede pública;
- VII) o número de matrículas em educação especial, ofertadas por organizações filantrópicas, comunitárias e confessionais parceiras do poder público seja congelado e, finalmente, essa modalidade de parceria seja extinta em 2018, sendo obrigatoriamente assegurado o atendimento da demanda diretamente na rede pública, na perspectiva da educação inclusiva. (CONAE 2014, p.108 e 109).

O documento também sugere que o FUNDEB se transforme em um Fundo Nacional e que os valores do custo aluno/ano sejam ajustados para o maior valor praticado no país levando em consideração cada etapa e modalidade da educação básica pública. (CONAE 2014, p.109).

O Item 3 das sugestões da CONAE está relacionados a uma proposta defendida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que desde 2002 vem articulando com a sociedade civil e pesquisadores uma proposta para uma educação de qualidade, e que em 2006 apresentou o conceito do CAQi.

O CAQi é o custo mínimo necessário para que sejam disponibilizados os insumos materiais e humanos visando a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. O CAQi, foi aprovado em 5 de maio de 2010, na Resolução 08/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CBE). Esta resolução normatiza os padrões mínimos de qualidade da educação básica nacional. O CAQi também consta na meta 20 do PNE recentemente aprovado. Conforme documento final da conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014 (CONAE, 2014, p.103) o CAQ e o CAQi deveriam ter sido homologados até maio de 2015 para implementação em 2016. A estratégia 20.6 do PNE (Lei 13.005/2014) define que o CAQi deverá ser estabelecido até junho de 2016.

É importante ressaltar que o CAQi pode ser implementado mesmo durante a vigência do FUNDEB, pois não interfere no mecanismo de redistribuição de recursos, mas amplia o montante a ser distribuído, com maior participação da União.

É de suma importância que os 10% do PIB, aprovados pelo PNE, sejam implementados e que o CAQi possa ser posto em prática viabilizando um ensino de qualidade e que, futuramente, possa ser implantado também o CAQ, garantindo uma educação de qualidade, próxima a dada nos países desenvolvidos, a todos os brasileiros e brasileiras, independente do estado ou região em que se encontrem.

3. O ESTADO DO PARANÁ EM NÚMEROS.

O estado do Paraná possui 399 municípios e, de acordo como Censo de 2010, uma população de 10.444.526 habitantes, destes 14,66% vivem na zona rural. (IBGE, 2010). O estado representa apenas 2,3% do território nacional e ocupa a quinta economia do país, participando com 5,8% do PIB nacional. (IBGE, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)²⁶ do Paraná cresceu 47,73%, no período de 1991-2010 (0,75), ficando em 5ª colocação entre os estados brasileiros e classificando-se com “Alto desenvolvimento humano”. Observa-se, na tabela a seguir, que o índice que mais cresceu foi o IDHM - Educação.

TABELA 1 – IDHM - RANKING DO PARANÁ EM RELAÇÃO AOS ESTADOS BRASILEIROS NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010

Ranking IDHM PARANÁ	Ano	IDHM	IDHM - Renda	IDHM - Longevidade	IDHM - Educação
6 °	1991	0,51	0,64	0,68	0,30
6 °	2000	0,65	0,70	0,75	0,52
5 °	2010	0,75	0,76	0,83	0,67
Taxa de crescimento (%)		47,73	17,55	22,24	124,16

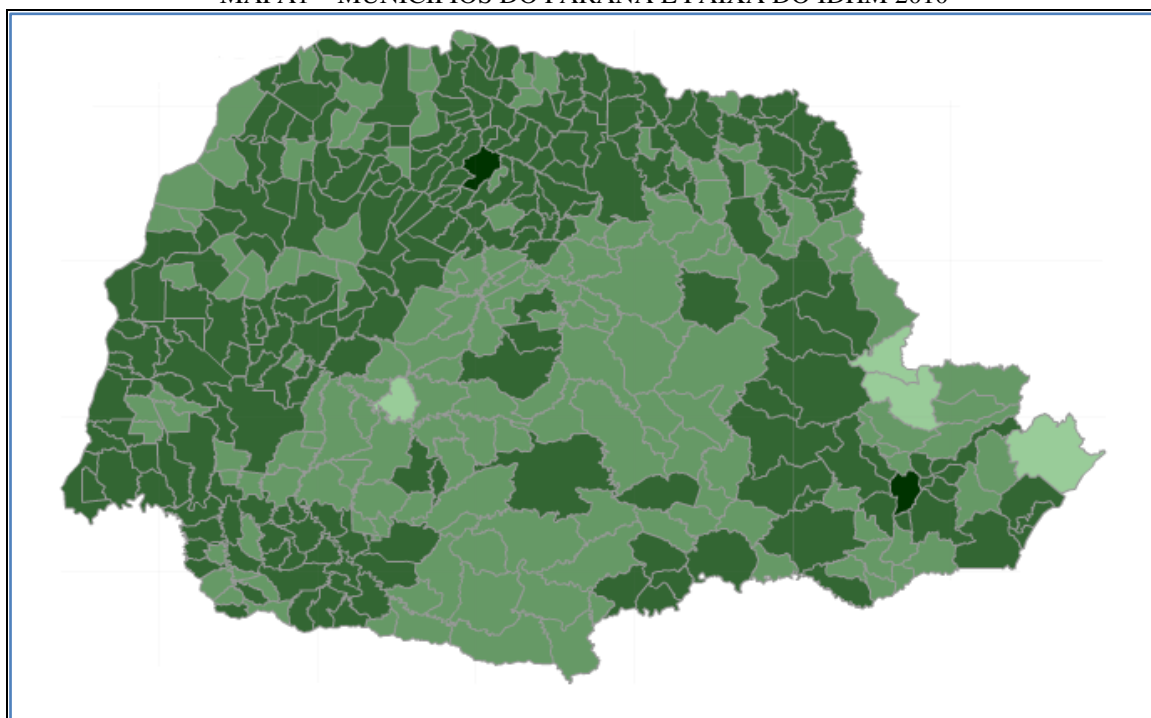
FONTE: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios (2013)²⁷.

Entretanto, constata-se que 40,3% das cidades paranaenses possuem IDHM inferior à média nacional (0,73), conforme se verifica no mapa 1. No Brasil, 89% dos municípios estão nesta condição e evidenciam que a concentração de renda no país e as desigualdades não são só regionais, mas ocorrem dentro de um mesmo estado.







²⁶ IDHM - compreende indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, sendo considerado de 0 a 0,499 – muito baixo; de 0,500 a 0,599 – baixo; de 0,600 a 0,699 – médio; de 0,700 a 0,799 – alto e de 0,800 para cima – muito alto. (Atlas de Desenvolvimento humano Brasil).

²⁷ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>

MAPA1 – MUNICÍPIOS DO PARANÁ E FAIXA DO IDHM 2010



FONTE: Modificada de IBGE (2010)²⁸

Legenda:		Municípios	%
	0 a 0,49 – muito baixo	-	-
	de 0,50 a 0,59 – baixo	4	1,0
	de 0,60 a 0,69 – médio	157	39,3
	de 0,70 a 0,79 – alto	236	59,1
	de 0,80 até 1,00 – muito alto	2	0,5
	ausência de valor	-	-

Os municípios paranaenses que apresentam os menores IDHM, classificados como “Baixo”, são Doutor Ulysses, Cerro Azul, Laranjal e Guaraqueçaba e os maiores, classificados como “Muito alto”, pertencem a Curitiba e Maringá. O restante ocupa as faixas de “Médio” e “Alto” IDHM.

²⁸ Elaborado com o auxílio do cartograma Webcart, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/webcart/>.

TABELA 2 – IDHM - RANKING DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES – MELHORES E PIORES
RESULTADOS NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2010

Ranking nacional em 2010	Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Taxa de crescimento 1991 a 2010 ²⁹
0010 °	Curitiba	0,640	0,750	0,823	28,59%
0023 °	Maringá	0,608	0,740	0,808	32,89%
4467 °	Guaraqueçaba	0,323	0,430	0,587	81,73%
4515 °	Laranjal	0,261	0,419	0,585	124,14%
4786 °	Cerro Azul	0,297	0,450	0,573	92,93%
5253 °	Doutor Ulysses	0,227	0,377	0,546	140,53%

FONTE: PNUD (2013).

Curitiba aumentou o IDHM em 28,59% de 1991 para 2010 e hoje está como 10ª melhor cidade do Brasil, Maringá ocupa a 23ª colocação entre os municípios brasileiros e também tem um crescimento no IDHM, em relação a 1991, de 32,89%. As duas cidades ficam muito à frente da média nacional (0,73) e estadual (0,75) de 2010. No extremo oposto se encontra Doutor Ulysses que apesar de apresentar uma alta taxa de crescimento no período de 1991-2010 (140,53%), ainda está muito distante da média do estado. Conforme relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), tanto Doutor Ulysses, como Cerro Azul e Guaraqueçaba fazem parte da Mesorregião Metropolitana de Curitiba e têm em comum o isolamento com a Grande Curitiba, além disso, possuem grande parte da população na região rural. (IPARDES, 2004, p.47). O outro município, Laranjal, se localiza na Mesorregião Centro-Sul Paranaense, e também é essencialmente rural. Todos os quatro municípios apresentaram altas taxas de crescimento, porém, ainda demonstram as enormes desigualdades que existem dentro de um mesmo estado.

Para melhor verificar de que forma o FUNDEB atendeu os municípios paranaenses é importante verificar a oferta de matrículas e taxa de atendimento.

3.1 PANORAMA DA OFERTA NA EDUCAÇÃO NO PARANÁ

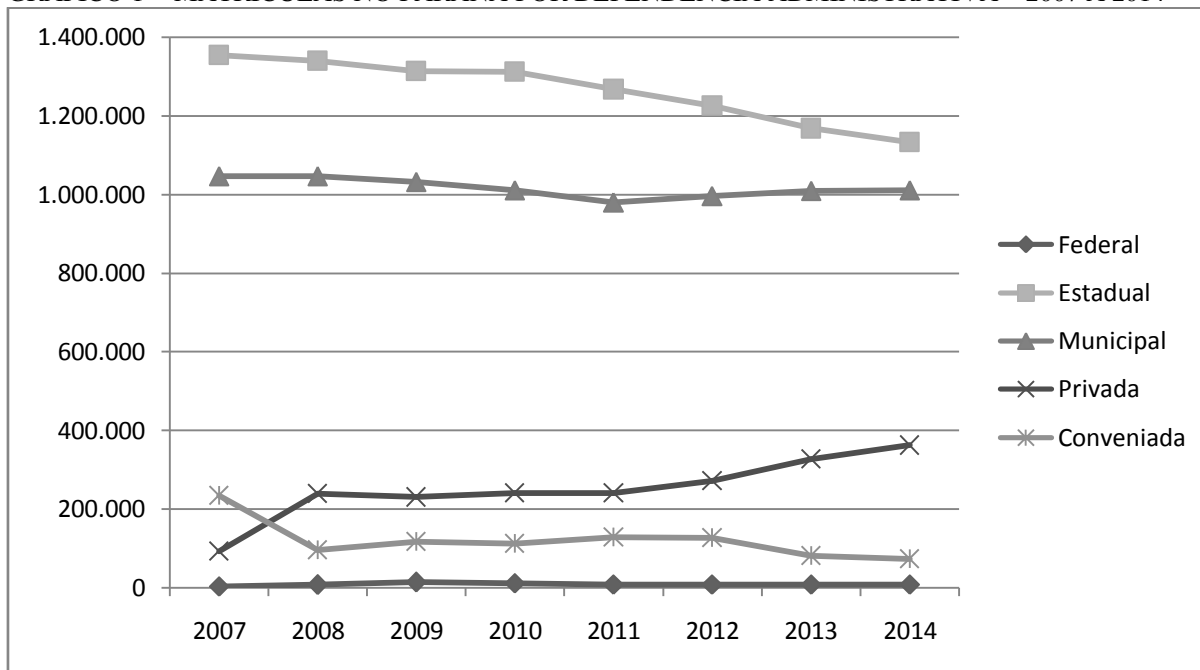
Em 2014, o Paraná possuía 2.586.577 matrículas totais³⁰ e no período de 2007 -2014 apresentou um decréscimo de 5,28%. O gráfico 1 apresenta a evolução destas matrículas por dependência administrativa. Para melhor análise, a rede Privada foi subdividida em

²⁹ Taxa de crescimento= (((IDHM 2010) - (IDHM 1991)) / (IDHM 1991))*100.

³⁰ Esta pesquisa utiliza os arquivos de Turmas do Censo Escolar de 2007 a 2014 e para contagem das matrículas foram eliminadas as turmas de atendimento complementar e de atendimento educacional especializado (AEE), por se tratarem de turmas de contraturno, sendo matrículas de alunos já considerados na turma regular.

Conveniada com o poder público, por se tratar de matrículas que podem receber recursos do FUNDEB, porém, é importante ressaltar que somente recebem este benefício matrículas de Educação Especial, creche e pré-escola que tenham comprovado alguns critérios, junto ao poder público com o qual mantém convênio.³¹ (FNDE, 2008).

GRÁFICO 1 – MATRÍCULAS NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2007 A 2014



FONTE: INEP - Censo Escolar – Microdados Turmas - 2007 a 2014.

Podemos observar que o maior volume de matrículas, em todos os anos, se encontra nas dependências Estadual e Municipal, sendo que em 2014 elas representavam 43,77% e 39,07%, respectivamente, do total de matrículas do estado. A rede Federal representava 0,32%, tendo pouquíssimo impacto nas matrículas paranaenses. A rede Privada, incluindo as Conveniadas, representava 16,84%, em 2014.

Observam-se oscilações nas matrículas das redes Federal, Estadual e Municipal. As taxas de crescimento negativas, das redes Estadual (-16,36%) e Municipal (-3,49%),

³¹ Os critérios que devem ser comprovados são, conforme manual do FUNDEB: oferecer igualdade de condições de acesso, de permanência na escola e de atendimento gratuito a todos os seus alunos; finalidade não lucrativa e aplicação dos seus excedentes financeiros no atendimento em creches, pré-escola ou educação especial, conforme o caso; que asseguram, no caso de encerramento de suas atividades, a destinação de seu patrimônio ao poder público ou a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional que realize atendimento em creches, pré-escola ou educação especial; f que atendem a padrões mínimos de qualidade definidos pelo órgão normativo do sistema de ensino a que pertencem, inclusive, obrigatoriamente, terem aprovados seus projetos pedagógicos; que dispõem de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou, na ausência do Cebas, que dispõem de credenciamento regularmente expedido pelo órgão normativo do sistema de ensino, com base na aprovação do projeto pedagógico. (FNDE, 2008, p.11)

impactam sobre o volume total de matrículas no período (-5,28%). Chama atenção a diminuição de matrículas ocorrida no ano de 2011, foram 3.786 matrículas a menos na rede Federal e 44.154 na rede Estadual, distribuídas, principalmente, no Ensino Fundamental e na EJA. O mesmo ocorreu na rede Municipal com redução de 30.838 matrículas. As causas desta diminuição não foram detectadas nesta pesquisa demandando outros estudos.

Na rede Privada há dois movimentos distintos, a Não conveniada apresenta crescimento contínuo, tendo aumentado em 289,6% no período. Enquanto que a Conveniada com o poder público tem um decréscimo de 68,54%, no período. Verifica-se que o crescimento na rede Privada acontece independente do convênio com o poder público e este pode ser o reflexo do crescimento econômico que ocorreu no período e/ou aumento do poder aquisitivo das famílias, além de possível ausência do Estado no atendimento à demanda por creche e pré-escola, em alguns municípios.

Por ser um debate importante na área de Políticas Educacionais, optou-se por verificar as matrículas da rede privada conveniada com o Poder Público (estadual e/ou municipal) considerando apenas as da Educação Infantil e Educação Especial. Especialistas acreditavam que a implementação do FUNDEB, devido ao fator de ponderação ser baixo para as creches e pré-escola parcial, poderia ser um estímulo para que os municípios aumentassem os convênios (PINTO, 2007) dando impulso às escolas privadas conveniadas com o Poder Público a assumirem a responsabilidade do Estado. A tabela 3 apresenta esta distribuição de matrículas e sua evolução.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ - REDE PRIVADA CONVENIADA - 2007 A 2014

Ano Censo Escolar	Educação Infantil				EE	Total
	Creche	Pré-Escola	Uni.	Mult.		
2007	26.028	38.067	317	96	24.050	88.558
2008	18.925	19.539	19		19.411	57.894
2009	22.272	21.261	96		17.260	60.889
2010	20.766	20.286	40		16.263	57.355
2011	21.496	23.300	54		15.897	60.747
2012	18.728	19.915	186		31.747	70.576
2013	17.016	16.355	49		33.229	66.649
2014	15.836	13.768	21		33.145	62.770

FONTE: INEP - Censo Educacional – Microdados - 2007 – 2014.

LEGENDA: Uni. – Unificada; Mult. – Multisseriada; EE – Educação Especial.

Verifica-se que nos municípios paranaenses na rede privada conveniada com o Poder Público não houve aumento deste convênio, mas um decréscimo de 54%, nas matrículas da Educação Infantil, porém, na Educação Especial houve um significativo aumento de 27,4%.

Para melhor observar o movimento de matrículas das escolas conveniadas, buscou-se as matrículas contabilizadas pelo FUNDEB, utilizando para isso o Relatório de matrículas da educação básica disponibilizado pelo FNDE, de acordo com portarias³². Desta forma, verifica-se que em 2007 não houve repasse de recursos para as matrículas da rede conveniada e as quantidades contabilizadas para os anos de 2008 e 2009 eram referentes ao Censo Escolar de 2006, respeitando a proporção de 2/3 e 3/3, conforme legislação. Por isso, somente pode aferir o crescimento das matrículas contabilizadas a partir de 2009, conforme o gráfico a seguir.

TABELA 4 – CONTABILIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ PARA REPASSE DE RECURSOS DO FUNDEB - REDE PRIVADA CONVENIADA – 2009 A 2014

Ano Censo Escolar	Creche Tempo Integral	Creche Tempo Parcial	Pré- escola Integral	Pré- escola Parcial	Ed. Especial
2009	14.575	1.383	13.689	2.420	13.692
2010	16.213	1.906	13.689	2.420	11.632
2011	14.656	2.338	13.689	2.420	11.753
2012	15.289	1.752	11.502	3.939	11.340
2013	12.887	890	10.361	2.525	28.500
2014	13.135	867	11.021	2.218	30.074
% Crescimento 2009-2014	-10%	-37%	-19%	-8%	120%

FONTE: FNDE – 2009 – 2014. Autora (2016)

Verifica-se, na tabela 4, que as matrículas da rede conveniada diminuíram e que na Educação Infantil as matrículas integrais se sobressaem às parciais, no entanto, o movimento de crescimento nas matrículas da Educação Especial traz certa preocupação, ficando em 120%, nas contabilizadas pelo FUNDEB, no período de 2009-2014. Em 2014, 81% das matrículas consideradas para repasse do FUNDEB, em Educação Especial, foram de escolas privadas conveniadas.

Segundo Peroni (2013), o poder público historicamente desresponsabilizou-se da Educação Especial e com a possibilidade de repasse de recursos do FUNDEB, dentre outros, para as escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, através de convênio com o poder público, fortaleceu estas entidades e se retirou ou diminuiu consideravelmente sua execução de políticas, passando-as para a sociedade civil.

³² **2009** - As matrículas consideradas na pré-escola tempo integral e parcial nas instituições conveniadas, tem como base o Censo Escolar 2006, conforme preceitua o Artigo 13, §§ 1º e 2º, I e II, do Decreto nº 6.253/2007; **2010** - PORTARIA MINISTERIAL 1721 07/11/2011; **2011** - PORTARIA MINISTERIAL 538-A 26/04/2010; **2012** - Portaria Interministerial nº 1.495, de 28/12/2012; **2013** - Portaria Interministerial nº 16, de 17/12/2013; **2014** - Portaria Interministerial nº 15, de 25/11/2014.

Outra forma de avaliar a evolução das matrículas é por localização urbana e rural e será o tema do próximo tópico.

3.1.1 Caracterização das matrículas por localização

Levando em consideração a localização urbana e rural pode-se verificar que há diferença em relação ao comportamento das matrículas dentro de cada dependência administrativa. Para esta análise serão apresentadas duas tabelas que devem ser analisadas em conjunto, uma com as matrículas e outra de escolas por localização de acordo com a esfera de atuação.

TABELA 5 – MATRÍCULAS NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO - 2007 A 2014

	Federal		Estadual		Municipal		Privada		Conveniada	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2007	2.985	249	1.290.098	63.572	952.782	94.271	92.061	865	232.574	1.269
2008	7.102	164	1.273.102	66.247	958.287	88.383	237.749	1.013	94.894	1.185
2009	13.699	130	1.248.909	64.860	942.640	88.857	229.108	1.098	115.577	1.140
2010	11.735	174	1.237.125	74.183	926.251	84.818	239.457	979	111.985	699
2011	8.035	88	1.201.184	65.970	904.823	75.408	239.921	798	127.906	807
2012	8.526	46	1.160.190	64.844	924.766	71.795	271.040	809	126.127	714
2013	8.014	19	1.107.030	60.767	939.417	69.485	325.322	1.530	81.380	229
2014	8.189	10	1.074.137	58.083	943.284	67.263	360.673	1.366	73.379	193

FONTE: INEP - Censo Educacional – Microdados - 2007 – 2014.

Para melhor observar o crescimento, ou não, das redes, a tabela 6 apresenta o número de escolas por dependência administrativa e localização.

TABELA 6- NÚMERO DE ESCOLAS NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO – 2007 A 2014

	Federal		Estadual		Municipal		Privada		Conveniada	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2007	11	1	1.683	401	3.672	1.411	380	5	1.452	13
2008	12	1	1.690	423	3.699	1.330	1.149	10	780	9
2009	16	1	1.702	417	3.694	1.279	1.107	8	872	10
2010	22	1	1.682	452	3.730	1.219	1.137	9	853	7
2011	23	1	1.702	432	3.790	1.145	1.085	7	917	8
2012	27	1	1.703	435	3.878	1.104	1.236	7	846	7
2013	26	1	1.721	426	3.969	1.055	1.368	9	758	3
2014	25	1	1.727	422	4.044	990	1.452	8	719	2

FONTE: INEP - Censo Escolar – Microdados - 2007 – 2014.

A primeira observação em relação à localização das escolas é o baixo número de atendimentos na área rural³³. Considerando que, em 2010, 14,66% da população do estado viviam na zona rural (IBGE, 2010), verifica-se que apenas 5,99% das matrículas correspondem a esta mesma área. Além disso, o número reduzido de alunos matriculados pode impactar sobre o repasse de recursos que ficam escassos, levando ao fechamento de escolas. Os fatores de ponderação da área rural, em 2014, são maiores que os da área urbana, com incremento de 4% no Ensino Médio, 9,1% no Ensino Fundamental séries finais e 15% nas séries iniciais, porém, não é o suficiente para estimular o aumento de oferta e muito menos para manter as escolas já existentes.

Os dados demonstram que a rede Municipal apresenta uma diminuição no número de escolas rurais, sendo que, no período, fecharam 427 escolas rurais, permanecendo, em 2014, apenas 990 (50 destas eram urbanas e passaram a ser rurais). Quanto às escolas urbanas fecharam, no período, 186 escolas, restando 4.059 (82 destas passaram de rural para urbana). O número reduzido de alunos parece ser o motivo do fechamento das escolas e percebe-se que a área rural é a que mais é penalizada neste aspecto.

A rede Privada Conveniada com o Poder Público, em 2007, dispunha de 1.465 escolas, destas 13 localizadas na área rural, 3 delas passaram a ser urbanas e das 10 restantes, em 2014, permaneceram ativas apenas 2 que prestam atendimento em Educação Especial. Na área urbana, do total de 1.452, restaram 719 escolas, em 2014.

A rede Privada não conveniada tem uma taxa de crescimento de 282% em escolas na área urbana e parece haver pouco interesse em investir na área rural, possuindo apenas 8 unidades em todo o Paraná.

À exceção da rede Municipal, as demais redes têm crescimento de unidades. A rede Federal ampliou o atendimento aos municípios no Paraná, atualmente 21 municípios possuem rede Federal, com 26 unidades de ensino, enquanto que em 2007 eram apenas 9, porém, há apenas uma unidade na área rural.

Na rede Estadual, apesar da diminuição de matrículas, há um pequeno aumento de escolas, porém, quando se analisa o número de turmas, percebe-se que há fechamento de muitas delas. De 2013 para 2014 houve fechamento de 1.379 turmas, sendo 1.337 urbanas e 42 rurais.

³³ Apesar da nomenclatura das escolas rurais terem sido alteradas, em 2014, para “do campo” optou-se por usar a denominação “área rural” em todo o texto, por questões de padronização.

Isto pode indicar a necessidade de maiores estudos em relação às escolas rurais e Políticas Públicas voltadas a esta população, além de identificação da demanda para aumento de oferta de matrículas nestas localidades.

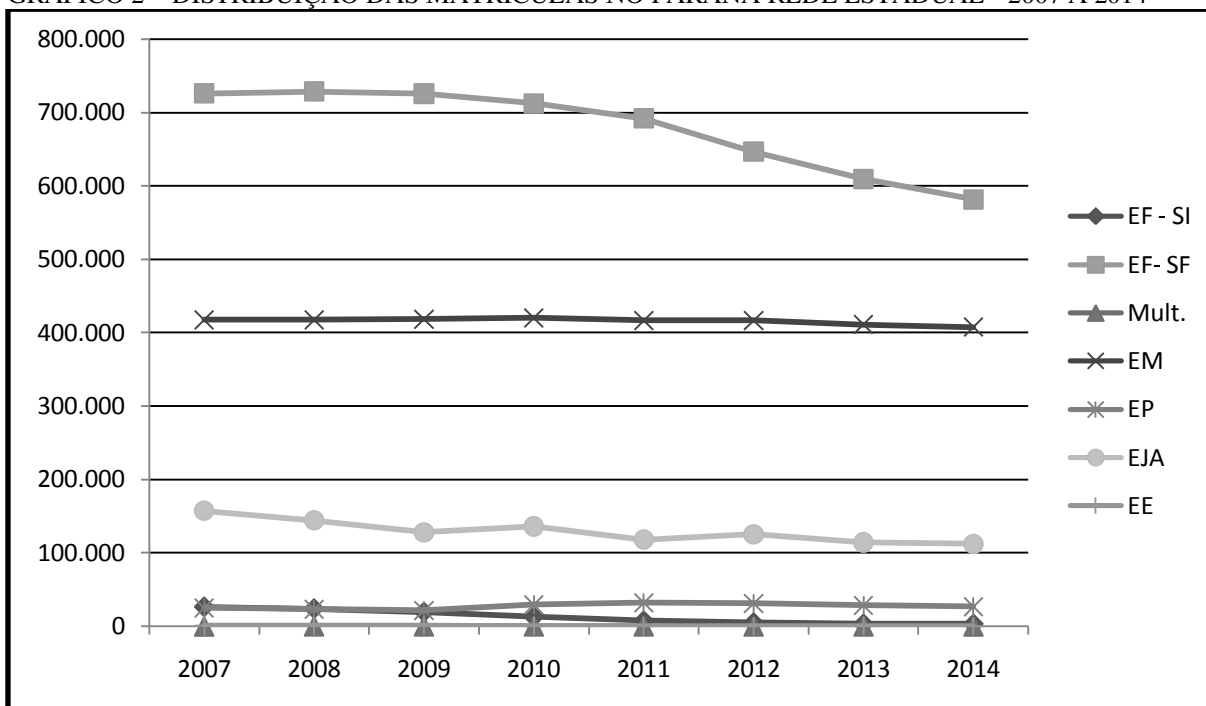
Outro enfoque importante é em relação ao movimento das matrículas nas etapas e modalidades das redes Estadual e Municipal, foco desta pesquisa.

3.1.2. Caracterização das matrículas etapas e modalidades na rede estadual e municipal

Para análise deste item serão utilizadas as matrículas da rede estadual e municipal, em destaque para as etapas e modalidades beneficiadas pelo FUNDEB.

Nos gráficos 2 e 3 pode-se acompanhar a distribuição das matrículas, por rede, entre os anos de 2007 a 2014.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ REDE ESTADUAL - 2007 A 2014



FONTE: INEP - Censo Educacional - Microdados - 2007 – 2014.

LEGENDA: EF- SI – Ensino Fundamental Séries Iniciais; EF-SF – Ensino Fundamental Séries Finais; Mult. – Multisseriada; EM – Ensino Médio; EP – Ensino Profissional; EJA – Educação de Jovens e Adultos; EE – Educação Especial.

As matrículas, em geral, apresentaram um decréscimo de 16,4%, sendo que o maior impacto foi no Ensino Fundamental séries finais (228.898 matrículas a menos) e no Ensino Médio (redução de 10.113 matrículas). No período a taxa de crescimento do Ensino Fundamental séries finais foi negativa em 19,9%, passando de 752.280 matrículas, em 2007, para 581.535 em 2014. No Ensino Médio a taxa de crescimento também foi negativa em 2,4%. Isto pode ser explicado em parte pela evasão escolar nestas etapas e pela taxa de

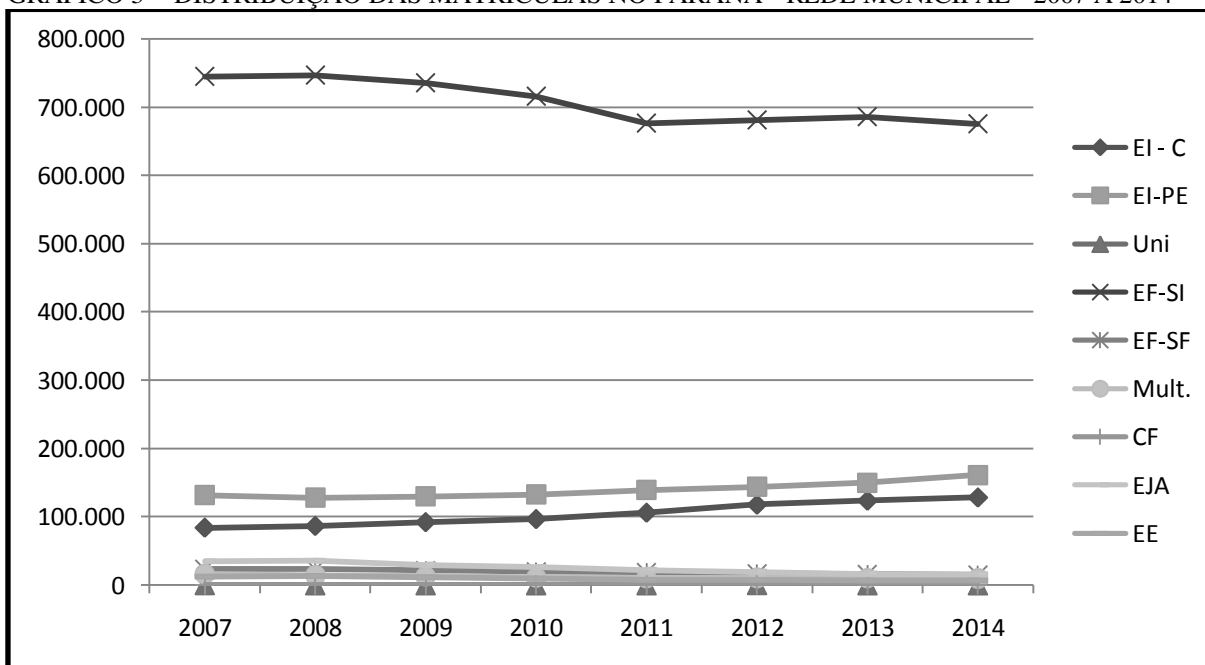
distorção idade série que é muito alta, sendo, em 2014, de 21% do 6º ao 9º ano e 23,7% no Ensino Médio (rede Estadual). As séries iniciais do Ensino Fundamental tiveram decréscimo de 88,3%, isto pode ter se dado pelo desenho característico do Paraná que prioriza o atendimento pelo município.

A EJA apresentou decréscimo de 28,5%, reduzindo 44.866 matrículas. Apesar da diminuição de matrículas a quantidade de municípios, que atendem a EJA pela rede estadual, passou de 121, em 2007, para 238, em 2014, porém, segundo Pierro (2015), existem várias forças operando para a diminuição de matrículas nesta modalidade, como: priorização de outras etapas e modalidades da educação básica em detrimento da EJA, problemas com inadequação da oferta em relação às necessidades dos usuários, baixa motivação do público potencial, dentre outras. Para ela o FUNDEB não gerou incentivos suficientes para que a EJA pudesse crescer nos últimos anos.

Já o Ensino Profissional teve um acréscimo de 6,3%, passando de 25.038 matrículas, em 2007, para 26.609, em 2014. A expansão da oferta também se deu, na rede estadual, em relação aos municípios que oferecem esta modalidade, passando de 102, em 2007, para 217 municípios em 2014.

A tabela seguinte apresenta as matrículas da rede Municipal.

GRÁFICO 3– DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ - REDE MUNICIPAL - 2007 A 2014



FONTE: INEP - Censo Educacional – Microdados - 2007 – 2014.

LEGENDA: EI -C – Educação Infantil – Creche; EI-PE – Educação Infantil – Pré Escola; Uni. – Unificada; EF- SI – Ensino Fundamental Séries Iniciais; EF-SF – Ensino Fundamental Séries Finais Mult. – Multisseriado; CF – Correção de Fluxo; EJA – Educação de Jovens e Adultos; EE – Educação Especial.

Na rede Municipal as matrículas, em geral, apresentaram um decréscimo de 3,49%, apesar disto, a Educação Infantil apresentou um aumento de 73.674 matrículas. Sendo que a creche teve uma taxa de crescimento de 53%, no período, e a Pré-Escola de 22%. Isto pode demonstrar certo esforço Municipal no atendimento da demanda reprimida e também como um reflexo da ampliação de cobertura do FUNDEB, além de outras políticas de apoio a esta etapa³⁴.

Outro aspecto observado na rede Municipal é o fato de que, dos 399 municípios paranaenses, em 2014, quatro deles não possuíam creche municipal (São Sebastião da Amoreira, Bela Vista do Paraíso, Altônia e Guairaçá) e oito não possuíam nenhum tipo de creche (Bom Sucesso do Sul, Campina do Simão, Cruzeiro do Iguaçu, Santa Lúcia, Sulina, Antônio Olinto, Nova Esperança do Sudoeste e Ivaí)

Em relação à pré-escola verificou-se que, em 2010, havia três municípios que ainda não ofereciam pré-escola (Rancho Alegre, Diamante do Sul e Doutor Ulysses), porém, este atendimento efetuiu-se em 2014, passando a haver pré-escola municipal nos 399 municípios paranaenses.

O Ensino Fundamental séries iniciais passou de 744.734 matrículas, em 2007 para 675.410, em 2014, com decréscimo de 9,3%.

A EJA apresentou queda nas matrículas, em 2007, eram 35.090 e em 2014, passaram a 15.387. As mesmas dificuldades encontradas na EJA da rede estadual podem ser encontradas na rede municipal.

A Educação Especial diminuiu em 46% e passou de 12.222, em 2007, para 6.601 matrículas, em 2014.

Para complementar a análise das matrículas do Paraná torna-se importante verificar como elas se comportam no cumprimento das metas do PNE trazendo dados de taxa de atendimento das etapas selecionadas.

3.1.3. Matrículas do Paraná e as metas do PNE

Para a análise das matrículas, em relação às metas do PNE (2014-2024), foram selecionadas seis metas, as quais teriam condições de serem analisadas que são: Educação Infantil (meta 1); Ensino Fundamental (meta 2); Ensino Médio (meta 3); Educação Integral (meta 6); Educação de Jovens e Adultos (meta 10); e, Educação Profissional (meta 11).

³⁴ Por exemplo, o PROINFÂNCIA.

Para a análise das metas do PNE é necessário a utilização de estimativas de população, porém, há uma ausência de dados de fontes confiáveis que forneçam estas informações. A ausência destes dados estimados dificulta em muito as ações dos gestores e a aplicação de análises em séries históricas utilizadas em pesquisas.

Diante da dificuldade em encontrar dados estimados da população por município e idade optou-se por projetar a população a partir de um banco de dados utilizado pelo Ministério da Saúde³⁵, que tem estimativas da população por município e faixa etária, até 2012 e utiliza a base de dados do Censo de 2010 (IBGE).

A tabela consultada apresentava apenas projeções da população por idade e por município para 2012³⁶, em relação a 2010 (ano do Censo), desta forma para poder utilizar os dados para análise de 2014 foi necessária uma nova projeção. Assim, foi considerada a mesma taxa de crescimento encontrada entre 2010-2012.

Para calcular a taxa de crescimento (2010-2012) utilizou-se a população por município de cada idade (de “Menos de 1 ano” até “17 anos”), e aplicou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de crescimento} = \frac{\text{PopMun 2012} - \text{PopMun 2010}}{\text{PopMun 2010}} \times 100$$

Sendo que,

PopMun 2010= População do município por idade no ano de 2010

PopMun 2012= População do município por idade no ano de 2012

Esta taxa encontrada em cada idade, por município, foi aplicada sobre o ano de 2012 e em seguida foram somadas as idades conforme as faixas a seguir: de “0 a 3 anos”, “4 a 5 anos”, “6 a 10 anos”, “11 a 14 anos” e “15 a 17 anos”, de acordo com as faixas etárias correspondentes a cada etapa da educação básica.

³⁵ IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poppr.def>>.

³⁶ Nota técnica da estimativa feita pelo Datasus- Foram utilizadas as estimativas populacionais do IBGE enviadas para o TCU, com data de referência de 1º de julho. A estas estimativas, o Ministério da Saúde/DATASUS aplicou, então, a distribuição por faixa etária e por sexo dos dados do Censo de 2010 para a população estimada para 2011 a 2012. Para as idades simples de 0 a 19 anos, foi feito ajuste sobre as proporções do Censo 2010, mas mantendo a estrutura por grupos quinquenais (0-4, 5-9, 10-14 e 15- 19 anos). Devido aos pequenos contingentes populacionais envolvidos, eventuais divergências com outras projeções e estimativas são possíveis, inclusive nas totalizações. Não há estimativas por situação (urbano/rural).

Sabendo do risco de uso de projeções, é importante ressaltar que as análises feitas a partir destes dados não podem ser consideradas como conclusivas, mas apontam uma possibilidade de interpretação dos resultados gerais, de forma estimada. As estimativas e projeções da população podem também apresentar distorções da realidade, pois alguns fatores podem interferir nos resultados, como: migração interna, aumento ou diminuição da taxa de natalidade/mortalidade dentre outras.

A tabela 7 apresenta a população por faixa etária e projeção para 2014.

TABELA 7 – POPULAÇÃO DO PARANÁ POR FAIXAS DE IDADE DE 0 A 17 ANOS

Idade	Censo 2010	Projeção 2012	Projeção 2014
De 0 a 3 anos	564.607	580.884	599.446
De 4 e 5 anos	301.099	287.982	276.122
De 6 a 10 anos	799.060	806.810	816.909
De 11 a 14 anos	726.734	746.410	767.965
De 15 a 17 anos	565.912	566.124	567.561
Total	2.957.412	2.988.210	3.028.003

FONTE: IBGE (2010) e Ministério da Saúde (2015). Autora (2016).

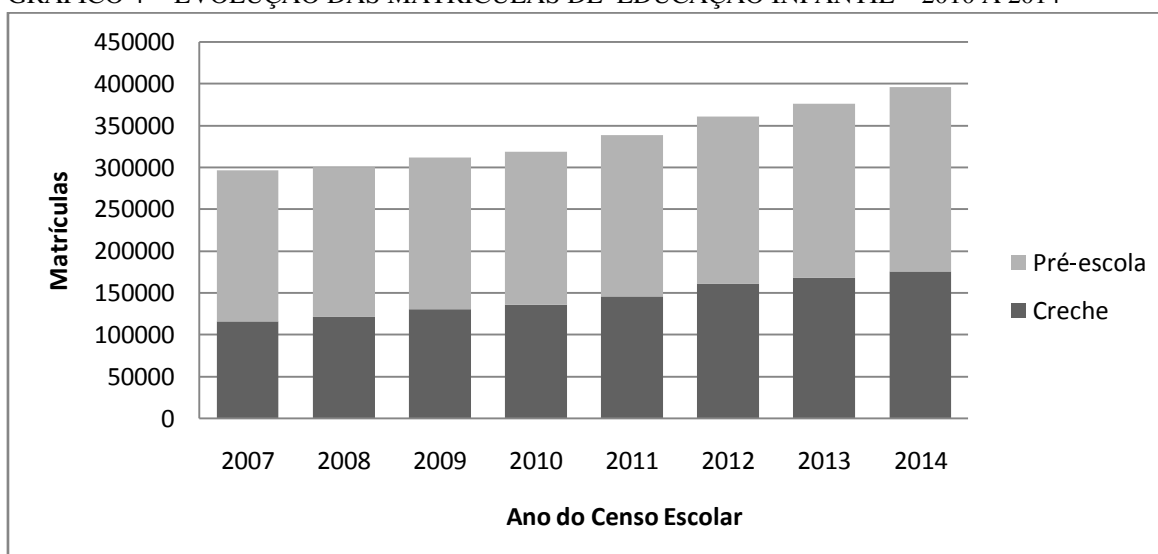
Observa-se que a população por faixa etária de 0 a 17 anos, no período de 2010 a 2012, apresenta uma Taxa de crescimento de 1,04%. Porém, as taxas de crescimento dos municípios são muito heterogêneas demonstrando grande diferença entre eles. Desta forma a projeção para 2014 calculada, por município, resultou em incremento de 1,33%.

A partir das projeções pode-se analisar, mesmo que de forma limitada, o desempenho das redes pela ótica das metas do PNE.

a. Educação Infantil

A Educação Infantil representava, em 2014, 15% do total das matrículas do Paraná (incluindo todas as redes). O Gráfico 4 apresenta a evolução das matrículas da Educação Infantil nos anos de 2007 a 2014.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 2010 A 2014



FONTE: INEP - Censo Escolar – Microdados Turmas - 2010 a 2014.

A creche apresentou 51,3% de aumento nas matrículas e a Pré-Escola 22,7%, no período. Verifica-se que os maiores índices de aumento da oferta na creche acontecem, principalmente, em 2009 (7,6%), 2011 (7,6%) e 2012 (10,1%) e o da pré-escola em 2011(5,1%) e 2014 (6,1%). Este aumento pode ser um reflexo de políticas públicas voltadas a esta etapa, como o PROINFÂNCIA³⁷ e o FUNDEB. Outro fator que pode ter afetado a pré-escola é a inclusão desta etapa como obrigatória na educação básica, ocorrido com a publicação da EC nº 59, de 11 de novembro de 2009 e pela implementação da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que alterou a LDB/96.

Para poder avaliar qual o esforço necessário para o cumprimento das metas do PNE na Educação Infantil deve-se analisar a meta 1:

Meta 1 - universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE. (MEC, 2014, p. 9).

Esta meta pode ser dividida em duas partes, na primeira a universalização da Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos que deve acontecer até 2016 e a segunda que prevê a ampliação de atendimento para crianças de 0 a 3 anos em creches, até 2024.

³⁷ Resolução Nº 6, de 24 de abril de 2007.

Para o cálculo dos percentuais foram somadas todas as matrículas desta etapa, incluindo a rede federal, estadual, municipal e privada, apesar desta etapa estar, na esfera pública, sob a responsabilidade do município.

A tabela a seguir mostra a taxa de atendimento das redes na Educação Infantil comparando os anos de 2010 e 2014 (anos do censo e projeção) ³⁸.

TABELA 8 – TAXA DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS ANOS DE 2010 E 2014

	População	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Conveniada	Total	%
Creche	0 a 3 anos							
2010	564.607	64	372	96.332	18.276	20.766	135.810	24,1
2014	597.630	97	48	128.205	30.772	15.836	174.958	29,3
Pré- Escola	4 e 5 anos							
2010	301.099	50	372	132.472	29.987	20.286	183.167	60,8
2014	288.395	12	565	160.857	45.825	13.768	221.027	76,6

FONTE: Censo Escolar (INEP), IBGE (2010) e DATASUS (2015). Autora (2016).

Em relação à creche a meta prescreve o atendimento de, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade até 2024. Após a projeção feita para a população de 2014, verificou-se que a taxa de atendimento nesta faixa etária se encontra em 29,3% e demandaria a inclusão de 123.857 novas matrículas para os próximos 10 anos.

Verificou-se que, em 2010, 12 municípios não possuíam atendimento em creche e que, em 2014, ainda permaneciam sem atendimento 8 municípios, sendo que Antônio Olinto possuía 14 matrículas, em 2010, na rede municipal e deixou de oferecer atendimento em 2014.

Apenas 52 municípios, em 2014, têm a taxa de atendimento superior a 50% e mais da metade deles são municípios de pequeno porte, com menos de 50.000 habitantes. Miraselva apresentou um percentual de 116% e isto pode ter ocorrido devido à proximidade entre municípios e a possibilidade de algumas crianças estudarem em municípios vizinhos, além de possibilidade de erro na estimativa da população.

Os municípios acima de 50.000 habitantes têm maiores dificuldades para atender à demanda por creche, sendo que dos 32, apenas o município de Pato Branco alcançou o percentual de 50% ou mais de atendimento.

Estes números demonstraram a insuficiência no atendimento à população de 0 a 3 anos, sendo que apenas 13% dos municípios têm taxa de atendimento adequado à meta do

³⁸ Não foram consideradas, para contagem e análise, as turmas multisseriadas sendo 184 matrículas, em 2010, e 308, em 2014.

PNE (acima de 50%), exigindo um grande esforço por parte dos municípios e Políticas Públicas de incentivo para o alcance desta meta nos próximos anos.

Para a parte da meta referente à pré-escola espera-se a universalização de atendimento até 2016, porém, em 2014 o atendimento em todas as redes totalizava 221.027 crianças equivalendo a 76,6% da meta, sendo ainda necessária a inclusão de 55.095 crianças, em dois anos.

Os piores resultados, em 2014, são encontrados em Altamira do Paraná, Guaraqueçaba e Laranjal com menos de 20% de taxa de atendimento.

Dos 399 municípios paranaenses, 257 possuem taxa de atendimento de “75% ou mais” equivalendo a 64% do total dos municípios, o restante (43 municípios) não atende a 50% da população nesta faixa etária, sendo um grande desafio na implementação de Políticas Públicas, principalmente voltadas à rede municipal, responsável por esta etapa de ensino.

b. Ensino fundamental

O Ensino Fundamental obteve incentivo de expansão quando da implementação do FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006, pois através dele os recursos eram direcionados a esta etapa, visando a universalização. Desta forma todos os municípios paranaenses têm escolas tanto da rede estadual que oferta, principalmente, as séries finais, como da rede municipal, que atende principalmente as séries iniciais. Porém, sua análise ainda pode demonstrar alguns problemas, como evasão e repetência. A meta do PNE relativa ao Ensino Fundamental é a seguinte:

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. (MEC, 2014, p. 9).

No Paraná esta população, conforme projeção para 2014 é de 1.564.863 crianças e adolescentes, destes 1.476.146 já estão incluídos nas redes, representando 93,1% da população. Uma das grandes dificuldades na análise do Ensino Fundamental é que ele pode ter seu resultado mascarado devido à possibilidade de ter alunos com idades acima da faixa etária esperada nesta etapa. A taxa de distorção de idade-série pode variar por município, ano/série e dependência administrativa, mas a média, do Paraná, em todas as redes para os alunos do 6º ao 9º ano (INEP, 2015b), é de 18,9%. Isto significa que a cada 100 alunos que frequentam as séries finais 19 não estão no ano adequado à sua idade, representando um problema e desafio a ser enfrentados pelos gestores e pesquisadores da área, pois esta taxa

deve diminuir para que a segunda parte da meta (95% dos alunos completem a etapa na idade recomendada) se efetive.

Mesmo assim, ainda podemos verificar que no Paraná 195 municípios possuem taxa de atendimento acima de 90%.

c. Ensino Médio

O Ensino Médio apresenta maiores complicadores para avaliação, pois nesta etapa se encontram as maiores taxas de distorção idade série, sendo que no total do Paraná esta taxa, em 2014, na rede estadual era de 23,7% (INEP, 2015b). Mesmo assim, é possível uma análise dos dados disponíveis, considerando a meta 3:

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). (MEC, 2014, p.9).

Em 2014, o Paraná apresentou 566.124 jovens, conforme projeção de população na faixa etária de 15 a 17 anos, e as matrículas referentes ao Ensino Médio correspondem a 476.110. Caso a relação pudesse ser direta, isto é, todos os jovens estivessem com idade correta no Ensino Médio, representaria atendimento de 84% desta faixa etária. Infelizmente, não é isto que acontece, pois muitos destes alunos ainda estão no Ensino Fundamental, demandando um grande esforço por parte dos gestores e políticas públicas voltadas ao Ensino Médio para que esta meta possa ser alcançada.

Se forem observadas as taxas de atendimento por município o cenário é mais pessimista ainda, pois três municípios paranaenses apresentam taxas abaixo de 50% (Itaperuçu, Tamarama e Mirador), e apenas 81 municípios estão com taxa de atendimento acima de 90%.

Segundo Brandão (2011), algumas medidas podem ser efetivadas para que o Ensino Médio venha a cumprir suas metas, como uma ampliação voltada a universalização e que venha “acompanhada de ações que conduzam, no curto, médio e longo prazos, à redução significativa dos níveis de abandono, repetência e de distorção na relação idade/série” (BRANDÃO, 2011, p.203), incluindo recursos financeiros voltados a esta etapa e uma reorganização didática, pedagógica e metodológica que fuja da dualidade do ensino médio propedêutico voltado aos jovens das classes sociais mais favorecidas e do ensino médio profissional destinado aos jovens das classes sociais menos favorecidas. Desta forma, estas mudanças devem fazer com que o Ensino Médio venha a ser

[...]uma escola que seja capaz de transmitir os conteúdos historicamente acumulados pela humanidade, em suas mais diversas manifestações, especialmente nas artes, nas ciências, nas línguas, na história, na tecnologia, no mundo do trabalho e na cultura, e que, ao mesmo tempo, seja capaz de compreender e interagir com os anseios e expectativas dos nossos jovens, seja ela dirigida à qualificação para o trabalho ou ao prosseguimento dos estudos. Enfim, que seja uma escola socialmente inclusiva. (BRANDÃO, 2011, p. 204).

d. Educação Integral

Esta pesquisa considera escolas de Educação Integral apenas aquelas que apresentam pelo menos uma turma em período integral, isto é, com carga horária acima de seis horas e cinquenta e nove minutos. É importante destacar que esta pesquisa trabalha com o arquivo de Turmas do Censo Escolar e como escopo foram eliminadas turmas de atendimento complementar³⁹. Desta forma, para contagem das matrículas em Educação Integral não serão incluídas estas turmas.

A meta do PNE, em relação à Educação Integral, é a seguinte:

Meta 6 - oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica. (MEC, 2014, p.10).

A tabela 9 apresenta as matrículas por tempo integral e parcial e o número de escolas que oferecem este regime de atendimento, na rede pública de ensino (Federal, Estadual e Municipal). Assim, segue a análise dos números apresentados considerando o escopo desta pesquisa.

³⁹ O INEP considera, para efeito de contagem, educação básica em tempo integral aquela com jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares, somando-se o tempo das atividades complementares com o da escolarização. Porém, esta pesquisa considera a educação integral sob a perspectiva de ações conjuntas e espaço apropriado para o atendimento integral à criança e adolescente.

TABELA 9 – MATRÍCULAS E ESCOLAS NA REDE PÚBLICA DO PARANÁ, POR REGIME DE ATENDIMENTO (PARCIAL E INTEGRAL) - 2007 A 2014

Ano Censo	Matrículas				Escolas			
	Integral	Parcial	Total	% Integral	Integral	Parcial	Total	% Integral
2007	139.637	2.264.320	2.403.957	5,81	1.440	6.243	7.683	18,74
2008	148.692	2.244.593	2.393.285	6,21	1.521	6.219	7.740	19,65
2009	151.928	2.218.311	2.370.239	6,41	1.543	6.181	7.724	19,97
2010	165.837	2.182.221	2.348.058	7,06	1.647	6.135	7.782	21,16
2011	176.750	2.095.058	2.271.808	7,78	1.724	6.080	7.804	22,09
2012	195.514	2.053.903	2.249.417	8,69	1.831	6.103	7.934	23,07
2013	200.492	2.005.277	2.205.769	9,09	1.909	6.093	8.002	23,85
2014	213.362	1.958.406	2.171.768	9,82	2.005	6.026	8.031	24,96

FONTE: INEP - Censo Escolar – Microdados - 2007 – 2014.

Verifica-se que as metas ainda estão longe de serem cumpridas tanto em número de matrículas como em quantidade de escolas, apesar da oferta de matrículas ter aumentado no período em 53% e em número de escolas em 39%.

As matrículas de educação integral correspondem, em 2014, a 9,82% do total de matrículas, sendo necessário um esforço anual de 10% de aumento das matrículas para atingir a meta. Em relação às escolas, as integrais correspondem a 24,96% e necessitariam de 7% de aumento anual, até 2024. Além disso, é importante destacar que o regime de atendimento integral não significa apenas o tempo ampliado da criança na escola, mas um conceito diferenciado que envolve propostas pedagógicas enriquecedoras e de qualidade, sendo outro desafio a ser conquistado.

Em relação às matrículas contabilizadas para repasse de recursos do FUNDEB, verifica-se que a contagem é maior do que a feita pelo critério de horas, porém, a proporção de matrículas integrais em relação ao total não ultrapassa 13% no período de 2007-2014.

e. Educação de Jovens e Adultos

A EJA tem um cenário crítico e nos últimos anos vêm apresentando diminuição nas matrículas. Em 2010, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, 7,86% da população do estado eram analfabetos (820.940 habitantes), porém o total de matrículas na EJA, neste mesmo ano, eram de 165.705 matrículas, oferecidas em 377 municípios do estado, em 2014, este número também reduziu 20,64%, passando a 131.501 matrículas, oferecidas em 342 municípios.

A meta 10 dá foco à educação profissional vinculada à EJA, conforme segue:

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (MEC, 2014, p.10).

O Paraná apresenta um número limitado de matrículas da EJA vinculados à Educação Profissional. Em 2010 eram 2.342 matrículas oferecidas em apenas 36 municípios, em 2014 este número reduziu-se a 669 matrículas, com oferta em apenas 13 municípios.

Para que a meta seja cumprida seria necessária a abertura de 32.806 novas matrículas até 2024. O desafio é grande, principalmente, pelo decréscimo na oferta que ocorreu nos últimos anos. Uma hipótese é que os fatores de ponderação utilizados para repasse dos recursos do FUNDEB possam ter desestimulado os municípios a investirem nesta modalidade, pois este fator é 20% menor que o do Ensino Fundamental – anos Iniciais - e 7,6% abaixo do fator de Ensino Médio e Educação Profissional, gerando mais retorno financeiro quando o investimento é feito nas modalidades regulares.

Uma das estratégias da meta (10.10) visa expandir a oferta da EJA, articulada à Educação Profissional, às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais. No Paraná este atendimento é pequeno, sendo que em 2010 apenas 24 matrículas eram deste tipo e, em 2014, são ofertadas apenas 2.669 matrículas que não estão vinculadas à Educação Profissional, representando um enorme esforço para cumprimento desta estratégia.

f. Educação Profissional

A Educação Profissional de nível médio se dá de forma concomitante, integrada e subsequente, desta forma ela pode estar vinculada ao Ensino Médio, à EJA ou independente.

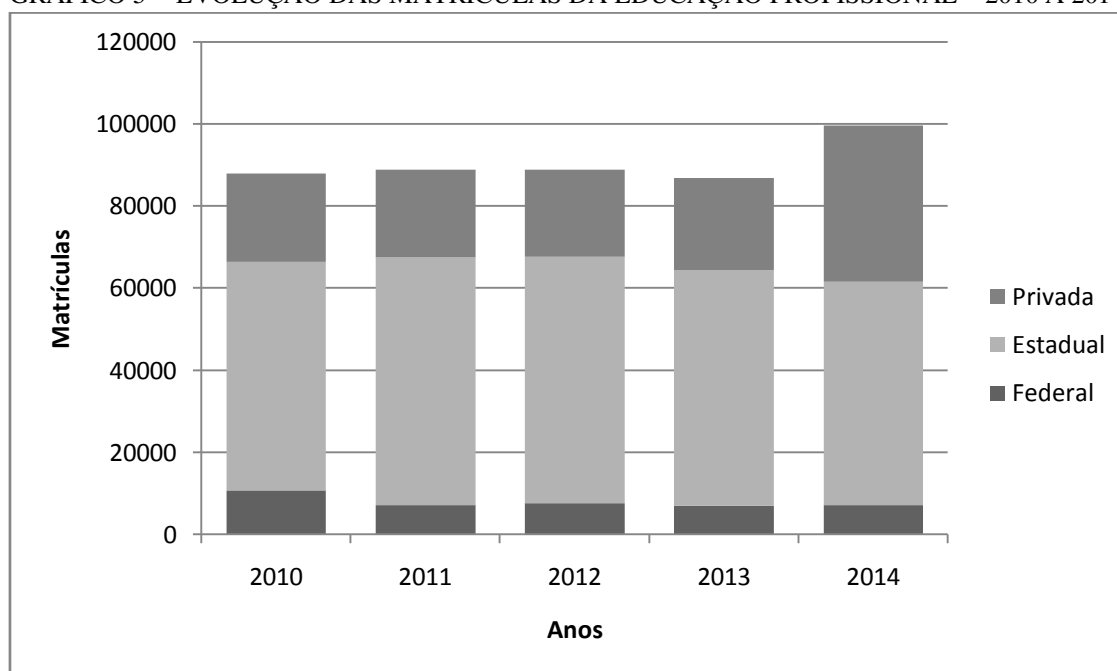
A meta para a Educação Profissional:

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. (MEC, 2014, p.10).

Destaca-se que esta meta é a única das 6 metas selecionadas que cita o segmento público, nas demais todas as contagens consideram as redes pública e privada.

No Paraná, o total destas matrículas é, em 2014, de 99.571. Para cumprir esta meta serão necessárias, até 2024, mais 192.142 matrículas e destas pelo menos 87.738 devem ser públicas. O Gráfico 3 apresenta a evolução das matrículas da Educação Profissional nos anos de 2010 a 2014.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – 2010 A 2014



FONTE: INEP - Censo Escolar – Microdados Turmas - 2010 a 2014.

Verifica-se que de 2013 para 2014 a rede privada aumentou em 68,5% suas matrículas, a rede federal apenas 2%, enquanto que a rede estadual diminuiu em 4,5%. No Paraná apenas 139 municípios possuem escolas de Educação Profissional e destes 21 são da rede federal, 133 da rede Estadual e 44 da rede privada de ensino, demandando um enorme desafio a ampliação da cobertura desta modalidade em mais municípios do Paraná.

Afonso e Gonzalez (2015) discutem sobre a possibilidade de interpretações diversas desta meta e questionam que tipo de Educação Profissional será contabilizada para o incremento de matrículas. Pois, corre-se o risco de que cursos, como os de formação inicial e continuada (FIC), com carga horária reduzida e disponibilizados em grande número no PRONATEC venham a garantir o número de matrículas, sem que com isso venha a trazer efetivamente cursos que atendam a demanda da sociedade.

4. RECURSOS DO FUNDEB NO PARANÁ

Os recursos do FUNDEB são redistribuídos aos governos municipais e estaduais, de forma automática, de acordo com o número de matrículas públicas e conveniadas⁴⁰ apuradas no Censo Escolar do ano anterior. Para isso, leva-se em consideração os critérios da escala de inserção de alunos e o cálculo da estimativa dos valores anuais do fundo de cada estado para o ano seguinte. (FNDE, 2008). Os estados que não alcançam o valor por aluno/ano nacional recebem uma complementação da União. O Paraná é um dos estados que não tem direito a esta complementação.

Os repasses são realizados com os valores efetivamente arrecadados e são depositados de acordo com a fonte de recurso, podendo ser semanal, mensal ou de acordo com cronogramas pré-definidos. Ao final de cada exercício os valores estimados e os efetivamente pagos são confrontados e ajustados, podendo gerar créditos ou débitos na conta dos governos.

A tabela 10 apresenta os valores efetivos de repasse do FUNDEB para o Paraná nos anos de 2007 a 2014, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 12/2014.

TABELA 10 – VALORES DE REPASSE EFETIVO DO FUNDEB – 2007 A 2014.

	Estadual	%	Municipal	%	Paraná
2007	2.026.892.409,08	54,37	1.700.944.142,77	45,63	3.727.836.551,85
2008	2.553.583.639,79	55,20	2.072.454.741,06	44,80	4.626.038.380,85
2009	2.902.311.679,82	56,86	2.201.645.703,03	43,14	5.103.957.382,86
2010	3.010.063.310,93	56,53	2.314.210.713,92	43,47	5.324.274.024,86
2011	3.287.447.350,33	56,36	2.546.008.908,85	43,64	5.833.456.259,18
2012	3.381.406.303,69	55,99	2.657.589.633,43	44,01	6.038.995.937,12
2013	3.569.835.643,68	54,88	2.934.626.543,10	45,12	6.504.462.186,77
2014	3.593.330.098,81	53,65	3.104.469.698,69	46,35	6.697.799.797,50

FONTE: FNDE – FUNDEB - Consultas - Repasse Consolidado.

Pode-se verificar que do montante total destinado ao estado do Paraná, a Rede Estadual recebeu, em 2014, 53,65% e a Rede Municipal 46,35%. A tabela também revela que apesar dos valores percentuais serem muito próximos entre os anos, o valor de repasse na rede Estadual aumentou, no período, 77,28% e na rede Municipal 82,51%. Se considerarmos

⁴⁰ Caso os governos estaduais e municipais mantenham convênios com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, na forma prevista no art. 8º, §§ 1º, 3º e 4º, da Lei nº 11.494/2007, os repasses de recursos do FUNDEB a essas instituições, à conta desses convênios, deverão originar-se da parcela de 40% do Fundo, restante dos 60% destinados ao pagamento dos profissionais do magistério. (FNDE, 2008)

que a implementação do FUNDEB se deu inteiramente a partir de 2009 o índice de acréscimo total fica em 31,23%, enquanto que o estado tem 23,8% de aumento e os municípios 41% de aumento. Isto demonstra que o FUNDEB apresentou um aumento real de 2,8% de recursos, visto que a arrecadação de impostos no Paraná apresentou um aumento de 21%, no período de 2009-2014⁴¹.

De acordo com o mecanismo do FUNDEB os valores arrecadados retornam aos municípios, ou não, de acordo com o número de matrículas e aplicação dos fatores de ponderação, desta forma municípios podem apresentar um resultado de transferência de recursos do FUNDEB positivo ou negativo. O próximo item irá analisar a situação dos municípios de acordo com este resultado.

4.1 ANALISANDO O RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (RL) NOS MUNICÍPIOS

Baseando-se no estudo de Peres et al.(2015) este item procura analisar o Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (RL) nos municípios do estado do Paraná.

Entende-se que RL é a diferença entre as transferências de recursos recebidas e as receitas destinadas ao FUNDEB, não incluindo o valor das aplicações financeiras efetuadas no período⁴². Para avaliar os resultados da RL dos municípios utiliza-se a RL% cuja fórmula segue:

$$RL\% = \left(\frac{\text{Receita Recebidas} - \text{Receitas Destinadas}}{\text{Receitas Destinadas}} \right) * 100$$

Desta forma, quanto maior a RL%, maior foi o ganho dos municípios. Para a análise foram definidas 8 faixas, sendo que as faixas de “-80% a -10%” representam os municípios que tiveram perdas no repasse de recursos do FUNDEB e a faixa de “10% a 100%” são os

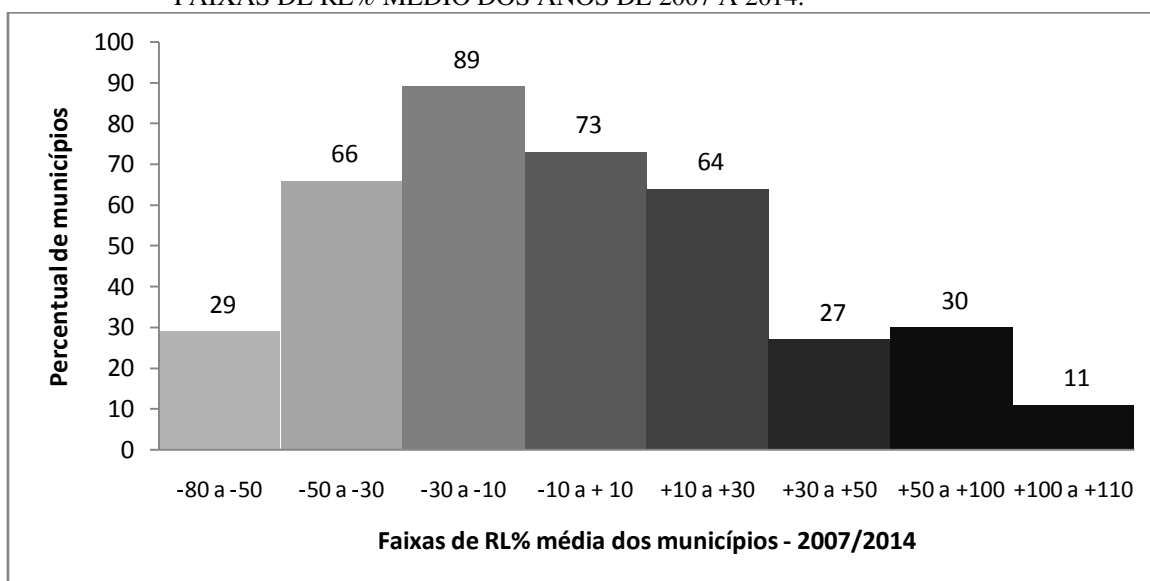
⁴¹ Fonte: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, dos anos de 2009 e 2014.

⁴² Para os valores das receitas destinadas e recebidas do FUNDEB foram utilizados os dados encontrados no arquivo do FINBRA de 2007 a 2013, os valores inexistentes ou inconsistentes foram corrigidos pelos valores encontrados nos arquivos disponibilizados pelo SIOPE. Todos os valores de 2014 foram utilizados da página do SIOPE. Verificou-se que há muitas discrepâncias nos dados entre os informados pelo FINBRA e SIOPE, principalmente entre 2010 e 2012. Os casos que chamaram mais a atenção ou que possuíam um Desvio padrão do período maior que 10 foram verificados e foram feitas as devidas correções.

que tiveram incremento de recursos. A faixa de “-10% a +10%” é considerada neutra, sem perdas ou ganhos significativos.

O gráfico a seguir apresenta o percentual de distribuição dos 399 municípios paranaenses de acordo com média do percentual de RL entre 2007 e 2014.⁴³

GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS DO PARANÁ EM RELAÇÃO ÀS FAIXAS DE RL% MÉDIO DOS ANOS DE 2007 A 2014.



FONTE: STN (FINBRA) e FNDE (SIOPE) – 2007 a 2014.

Calculando os percentuais do RL, para a média dos anos de 2007 a 2014, pode-se verificar no gráfico que 52,4% dos municípios (209), no Paraná, perdem recursos de repasse do FUNDEB, 18,5% (74) dos municípios não têm impacto sobre os repasses e 29,1% (116) recebem incremento nos repasses. É importante ressaltar que este movimento de redistribuição acontece para que todos os municípios da mesma unidade de federação (UF) possam receber pelo menos o valor mínimo do estado por aluno.

A hipótese desta pesquisa é de que o porte dos municípios pode apresentar relação com o RL. Desta forma os municípios podem ser analisados a partir deste corte populacional, que será analisado no próximo tópico

4.1.1 Classificando os municípios por porte

Buscando levantar informações dos municípios para melhor avaliar os recursos que chegam aos municípios advindos do repasse de recursos do FUNDEB, optou-se pela análise a

⁴³ Para acesso à tabela com valores anuais de 2007 a 2014, ver apêndice 3.

partir de faixas da população. Para isso, foram levadas em consideração as faixas de população dos municípios, conforme critério do IBGE.

Como parâmetro foi utilizado o ano de 2010 para o corte da população. Os municípios foram divididos em 7 faixas, sendo elas: até 5.000 habitantes; de 5.001 a 10.000; 10.001 a 20.000; de 20.001 a 50.000; 50.001 a 100.000; de 100.001 a 500.000; e, acima de 500.000.

TABELA 11 – MUNICÍPIOS DO PARANÁ POR FAIXAS DE POPULAÇÃO - 2010

Faixas de tamanho da população dos municípios (habitantes)	Nº municípios	% representação	População (habitantes)	% da população do Estado
até 5.000	98	24,56	349.093	3,34
de 5.001 a 10.000	105	26,32	716.323	6,86
de 10.001 a 20.000	109	27,32	1.501.913	14,38
de 20.001 a 50.000	55	13,78	1.677.587	16,06
de 50.001 a 100.000	14	3,51	1.048.277	10,04
de 100.001 a 500.000	16	4,01	2.892.725	27,70
acima de 500.000	2	0,50	2.258.608	21,62
Total	399	100,00	10.444.526	100,00

Fonte: IBGE (2010).

Pode-se observar que os municípios com mais de 100.000 mil habitantes representam 4,51% e correspondem a 49,32% da população paranaense. Os municípios de porte médio (acima de 20.000 e até 100.000) representam 26,10% e correspondem a 17,29% da população do estado e abaixo de 20.000 habitantes (pequeno porte) representam 78,2% dos municípios e equivalem a 10,20% da população.

No Brasil 54,7% da população vivem em 283 municípios com população maior que cem mil habitantes (104 milhões), 28,1% vivem em municípios considerados de porte médio (53,6 milhões) e 17,1% vivem em municípios com população abaixo de 20 mil (32 milhões). (IBGE, 2010).

Para melhor verificar a cada ano a quantidade de municípios que perderam recursos a tabela a seguir apresenta os dados, por faixas de população, com o número de municípios que têm RL% negativa, isto é nas faixas entre “-80% a -10%”, nos anos de 2007 a 2014.

TABELA 12 – QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE POPULAÇÃO COM RECEITA LÍQUIDA ENTRE -80% E -10%, NOS ANOS DE 2007 A 2014.

Faixas por população dos municípios (habitantes)	Total por faixa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
até 5.000	98	96	97	97	97	98	98	96	96
de 5.001 a 10.000	105	67	65	71	72	80	79	72	57
de 10.001 a 20.000	109	21	28	33	37	42	43	30	31
de 20.001 a 50.000	55	5	6	7	6	6	6	1	2
de 50.001 a 100.000	14	0	0	0	0	0	0	0	0
de 100.001 a 500.000	16	1	1	2	2	2	2	2	1
acima de 500.000	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	399	190	197	210	214	228	228	201	187

FONTE: STN (FINBRA) e FNDE (SIOPE). Autora (2016).

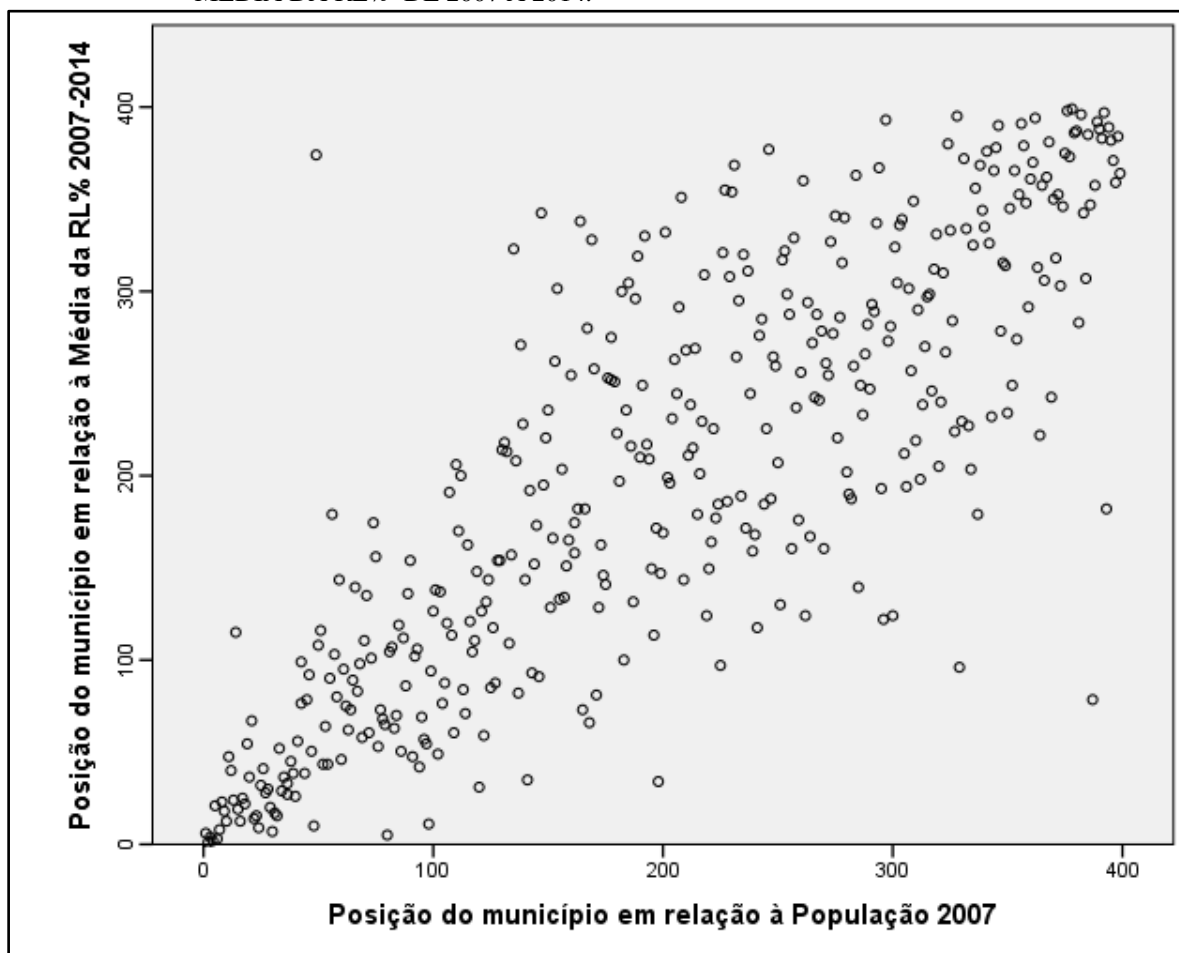
Observa-se que nos municípios com menos de 5.000 habitantes, 99%, perdem recursos do FUNDEB⁴⁴ e dos municípios entre 5.000 a 10.000 habitantes 68,6%, Na faixa de 10.001 a 20.000 habitantes 30,3%, diminuindo o percentual na faixa de 20.001 a 50.000 habitantes para 9,61%. Na faixa de 50.001 a 100.000 habitantes não há, dos 14 municípios, nenhum que tenha perdido recursos, na faixa de 100.001 e 500.000 habitantes, 12,5%. A última faixa, acima de 500.000 habitantes não possui municípios que perderam recursos.

Analisando a tabela pode-se afirmar que os municípios com menos de 20.000 habitantes são os que mais apresentam resultados percentuais de RL negativo.

Utilizando um gráfico de dispersão verifica-se que há forte incidência de que o porte do município esteja relacionado à RL.

⁴⁴ Um fato curioso foi encontrado no município de Santa Cecília do Pavão, por apresentar um desvio padrão muito alto foram revistos os valores de RL no SIOPE e constatou-se que desde 2012 não há registro de repasse dos 20% do FPM para o FUNDEB.

GRÁFICO 7 – DISPERSÃO DOS MUNICÍPIOS POR RANQUEAMENTO DE POPULAÇÃO DE 2007 E MÉDIA DA RL% DE 2007 A 2014.



Fonte: IBGE (2010), STN (FINBRA) e FNDE (SIOPE). Autora (2016).

Para melhor avaliar a correlação entre porte populacional e RL foi utilizada a abordagem não paramétrica do coeficiente de correlação de Spearman⁴⁵, pois, neste caso há uma distribuição assimétrica com valores discrepantes que podem mascarar a correlação. Assim, foi utilizado o ranqueamento dos dados. Desta forma, o resultado da correlação foi de 0,830 com significância de 0,01, que indica uma alta correlação entre porte do município e média de RL%, confirmando a hipótese de que o porte do município tem impacto sobre os recursos recebidos do FUNDEB.

Um estudo nos municípios de São Paulo, em relação à política de fundos e as desigualdades (LIMONTI; PERES; CALDAS, 2014), apresentou resultado semelhante, porém, no Paraná os percentuais de perdas são 12,2% maiores nos municípios de até 5.000 habitantes.

⁴⁵ O coeficiente ρ de Spearman mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais e varia entre -1 e 1. Usa, em vez do valor observado, apenas a ordem ou ranqueamento das observações.

Na análise dos dados financeiros dos municípios paulistas, conforme seu porte demográfico, verifica-se que a maioria (86,8%) dos entes com até 5 mil habitantes apresenta perdas de recursos; as taxas para os demais municípios apresentam redução proporcional ao tamanho dos municípios. Na faixa de municípios com população de 5 mil a 10 mil habitantes, 46,7% destes obtiveram perdas; na faixa entre 10 mil e 100 mil habitantes, as perdas variam em média de 23,8% a 20,4% dos municípios. Os municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes apresentam perdas em 15,6% dos casos, e nas administrações municipais com mais de 500 mil, apenas três municípios apresentam perdas, o que representa 33% dos municípios. (LIMONTI; PERES; CALDAS, 2014, p. 400)

Os autores entendem que a cota-parte do FPM destinada ao FUNDEB representa, para os municípios de pequeno porte, um montante significativamente maior para as finanças municipais, enquanto que tem pouca representação para os municípios com mais de 500.000 habitantes. Verificaram que os municípios com até 5.000 habitantes comprometem até 15,51% de sua receita corrente líquida na destinação de recursos ao FUNDEB, com os índices diminuindo de acordo com o porte, chegando aos municípios com mais de 500.000 habitantes que se comprometem com apenas com 6,5% de sua receita corrente líquida. “Os dados confirmam que os municípios com pequeno porte contribuem mais proporcionalmente do que os maiores, isto em grande parte devido ao modo de repartição dos recursos do FPM e pela estrutura rígida do Fundeb.” (LIMONTI; PERES; CALDAS, 2014, p.400).

Pinto (2007) já identificava este efeito no FUNDEF,

Contudo, o FUNDEF apresenta também um efeito “Robin Hood” às avessas e que atinge principalmente os pequenos municípios, em especial aqueles situados nas regiões mais pobres do país e cuja receita principal vem das transferências da União propiciadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). (PINTO 2007, p. 882)

O FPM é distribuído de acordo com o tamanho da população, sendo que os municípios menores recebem uma cota maior, porém, 20% destes recursos são destinados ao FUNDEB (para formação do fundo), elevando as receitas destinadas a ele, como estes municípios têm baixa capacidade de arrecadação de impostos municipais e, normalmente, uma rede pequena, os recursos não retornam na mesma medida em que são destinados, deixando a RL negativa.

A oferta da Educação Infantil é essencialmente municipal e como visto no Capítulo 3, apesar de apresentar um aumento de oferta, ainda está distante de cumprir as metas do PNE, desta forma, é importante verificar com se encontra a taxa de atendimento nos municípios com RL% negativa.

4.2 OFERTA E TAXA DE ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE ACORDO COM O RL%

A análise de oferta de matrículas é mais significativa, no âmbito municipal, na Educação Infantil, pois é ela que apresenta maior demanda. Desta forma, a análise será feita tanto para creche, como para pré-escola. A análise dos 209 municípios com o RL% entre “-100% e -11%”, assim como no item anterior, utiliza a média do RL% encontrada no período de 2007 a 2014. A tabela a seguir apresenta a análise do atendimento à creche, dos municípios com %RL negativo, dividido por faixas de população.

TABELA 13 – QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM RL% NEGATIVO, POR FAIXA DE POPULAÇÃO E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO EM CRECHE - TODAS AS REDES – 2014

Faixas da população dos municípios (habitantes)	SA	de 1% a 9%	de 10% a 24%	de 25 a 49%	de 50 a 75%	de 76 a 100%	acima de 100%	Total
até 5.000	5	0	11	49	29	2	1	97
de 5.001 a 10.000	2	2	27	31	10	0	0	72
de 10.001 a 20.000	0	2	14	16	1	0	0	33
de 20.001 a 50.000	0	0	0	5	0	0	0	5
de 50.001 a 100.000	0	0	0	0	0	0	0	0
de 100.001 a 500.000	0	0	2	0	0	0	0	2
acima de 500.000	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	7	4	54	101	40	2	1	209

FONTE: IBGE (2010) e FNDE (2015). Autora (2016)

Legenda: SA – Sem atendimento.

Anteriormente verificou-se que, em 2014, a taxa de atendimento em creche, no conjunto de municípios, era de 29,5%. Na tabela 18 podemos observar que 31,1% dos municípios, com RL negativa, possuíam taxa de atendimento abaixo de 25% na creche, em 2014. São 65 municípios que não atendiam, em 2014, a 25% da demanda de seu município e ainda assim, perderam recursos, representando 16,3% dos municípios paranaenses. Há 7 municípios (Bom Sucesso do Sul, Campina do Simão, Cruzeiro do Iguaçu, Santa Lúcia, Sulina, Nova Esperança do Sudoeste e Antônio Olinto) que não ofereciam atendimento em creche e se encontram entre os que perderam recursos do FUNDEB.

Para ampliar a análise, a tabela 19 apresenta os dados de atendimento à pré-escola.

TABELA 14– NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM RL% NEGATIVO, POR FAIXA DE POPULAÇÃO E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO EM PRÉ-ESCOLA - TODAS AS REDES – 2014

Faixas de população dos municípios (habitantes)	SA	de 1% a 9%	de 10% a 24%	de 25 a 49%	de 50 a 75%	de 76 a 100%	acima de 100%	Total
até 5.000	0	0	1	7	20	30	39	97
de 5.001 a 10.000	0	0	1	5	14	21	31	72
de 10.001 a 20.000	0	0	0	2	10	11	10	33
de 20.001 a 50.000	0	0	0	1	1	3	0	5
de 50.001 a 100.000	0	0	0	0	0	0	0	0
de 100.001 a 500.000	0	0	0	0	0	2	0	2
acima de 500.000	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	2	15	45	67	80	209

FONTE: IBGE (2010) e FNDE (2015). Autora (2016)

Legenda: SA – Sem atendimento.

Novamente pode-se verificar que os piores resultados, isto é, com taxa de atendimento em pré-escola abaixo de 50%, estão entre os municípios com menos de 20.000 habitantes. Chama a atenção o fato de que, de 17 municípios com percentual de atendimento baixo, somente 4 estão na lista anterior, isto é, não atendem pelo menos 25% na creche. Somando 78 municípios que apresentam problemas em relação à baixa taxa de atendimento na Educação Infantil, representando 19,54% do total dos municípios paranaenses.

Analisando os dados, relativo à perda de recursos, pode-se afirmar que o efeito do FUNDEB, sobre os municípios de pequeno porte, não apresenta equidade de condições dentro de um mesmo estado devido à forma como os recursos são destinados e redistribuídos, demandando mais estudos, incluindo estudo de caso, que possam contribuir para esta discussão.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi o de verificar quais os efeitos provocados pela implementação do FUNDEB no atendimento à educação básica, nos municípios do estado do Paraná, em relação à ampliação da oferta e redistribuição dos recursos, entre os anos de 2007 a 2014.

Partiu-se do pressuposto de que o FUNDEB, por ampliar o repasse às demais etapas e modalidades da educação básica e manter a condicionalidade do repasse de recursos de acordo com a oferta de matrículas, poderia ter estimulado os municípios a ampliarem a oferta na educação básica. Também pressupunha-se que os municípios de pequeno porte estariam sendo prejudicados na redistribuição dos repasses de recursos do FUNDEB, conforme constatado em estudos que analisaram outros estados brasileiros.

A análise conjunta dos dados apresentados nos capítulos 3 e 4 trazem alguns resultados e inquietações, pois verificou-se que apesar do Paraná ser a quinta economia do país, ainda mantém em seu interior contradições e desigualdades, possuindo 40,3% de seus municípios com IDHM abaixo da média nacional. Isto se reflete na oferta de matrículas na educação básica pública, e, através desta análise verificou-se que, na rede estadual, tanto o Ensino Médio como Ensino Fundamental séries finais e EJA tiveram decréscimo de oferta, enquanto que a Educação Profissional teve um pequeno acréscimo (6%).

As causas para a diminuição nestas matrículas foi motivo de estudo do IPEA (2015) que analisou as matrículas desta etapa por região, encontrando que o Sul e Sudeste é que tiveram reduções enquanto que as outras regiões tiveram aumento de oferta. Dentre diversos fatores, identificou-se que a taxa de frequência líquida da faixa de 15 a 17 aumentou, assim como a proporção de jovens de 18 a 29 anos que concluíram o Ensino Médio, porém, identificaram também baixos índices de conclusão do Ensino Fundamental, diminuindo, assim, as matrículas no Ensino Médio. Segundo o estudo é de extrema importância que o fluxo escolar do Ensino Fundamental viabilize o aumento de concluintes desta etapa, em idade adequada, para que possam ingressar no Ensino Médio.

No Paraná esta explicação fica nítida quando observamos as taxas de distorção idade-série do Ensino Médio que em 2007, na rede estadual, era de 31,6% e em 2014 era de 23,7% (INEP, 2015b e c), podendo, em alguma medida, considerar que o FUNDEB possa ter tido um impacto sobre esta etapa.

A rede municipal, nas matrículas prioritariamente sob sua responsabilidade, apresentou resultados diversos, com destaque para o aumento da oferta da Educação Infantil.

Porém, identificou-se que apesar do incremento na oferta de Creche ainda há municípios (12) no estado que ainda não ofereciam vagas públicas e destes oito não tinham nem mesmo creches da rede privada. A pré-escola tem apresentado incremento de oferta, mas ainda está longe de cumprir a meta de universalização do PNE, prevista para 2016. Avalia-se que este aumento tenha reflexo de políticas públicas voltadas a esta etapa, tendo o FUNDEB, em alguma medida, impactado sobre esta realidade. A rede estadual teve diminuição nas outras etapas.

Na rede pública, em todas as esferas, houve diminuição da EJA e da Educação Especial, sendo que chama à atenção o fato do aumento no convênio com o poder público da oferta de matrículas da Educação Especial, podendo ser reflexo da abertura de repasse de verbas públicas para estabelecimentos conveniados, estabelecido na implementação do FUNDEB. Apesar disto, verificou-se na análise das matrículas desta esfera de atuação que o atendimento na Educação Infantil vem diminuindo, conforme informações do Censo Escolar. Isto pode estar relacionado ao ajuste dos fatores de ponderação equiparando a rede conveniada à rede pública na pré-escola (1,3 integral e 1,0 parcial) e elevando estes percentuais na creche municipal (1,3 integral e 1,0 parcial), enquanto a creche conveniada manteve os mesmos fatores desde 2010 (1,1 integral e 0,8 parcial).

Verificou-se que relação à localização, a área rural apresentou um atendimento deficitário em todas as redes, com fechamento de escolas nos últimos anos reduzindo o atendimento, entre 2007 e 2014, em 20,8%. Apesar dos fatores de ponderação para o Ensino Fundamental séries iniciais rural são 15% maiores que o urbano, o das Séries finais 9,1% e o do Ensino Médio apenas 4%, verifica-se que o incremento dos fatores de ponderação é pequeno frente à pequena quantidade de matrículas e alunos por turma. Normalmente as turmas são pequenas (em média 67% menores que as urbanas nas redes, estadual, municipal e conveniada), sendo que sua manutenção fica insuficiente e muitas vezes inviável.

Em relação ao regime de atendimento foram consideradas escolas integrais aquelas que ofereciam atendimento ao aluno acima de 6h59, dessa forma a educação integral apresentou baixos índices de atendimento, sendo que, em 2014, sob este critério, poderiam ser consideradas integrais, 9,82%, das matrículas e 24,96% das escolas.

Quanto ao repasse de recursos do FUNDEB, em relação à esfera estadual e municipal, pode-se concluir que o estado fica com o maior percentual de recursos, 53,65% contra 46,35% para os municípios. Houve um aumento nos valores repassados de 41% para o estado e 31,23% para os municípios em relação aos repasses de 2009, quando ocorreu o pleno funcionamento do FUNDEB. Como curiosidade, foi feita uma projeção para verificar, no

repassa dos recursos, qual o efeito caso não fossem aplicados os fatores de ponderação. O resultado foi de que os municípios teriam o acréscimo de 1,14% de recursos, em 2014, demonstrando a proximidade dos fatores de ponderação, tendo pouco impacto sobre o conjunto de municípios.

Em relação ao Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB, verificou-se que 52,4% dos municípios paranaenses perdem recursos e destes, 80,37% encontram-se na faixa populacional abaixo de dez mil habitantes e 20,8% estão entre o IDHM “Baixo” e “Médio”. Observa-se que, em média, 99% dos municípios na faixa com menos de cinco mil habitantes perdem recursos do FUNDEB confirmando a hipótese de que o porte populacional interfere no repasse de recursos. Esta relação também foi constatada quando feita a correlação de Spearman com resultado de 0,830, indicando alta correlação entre o porte dos municípios e a média de RL%.

Em relação à taxa de atendimento na Educação Infantil nos municípios que apresentaram perda de recursos, verificou-se que destes, 31,1% não oferecem oferta adequada à creche, com taxa de atendimento menor que 25%. Na pré-escola 8,1% dos municípios apresentam a taxa de atendimento abaixo de 50%. Pelos dados apresentados, mesmo considerando as limitações, pode-se verificar que o FUNDEB não tem contribuído para a ampliação da oferta da Educação Infantil nos municípios de pequeno porte (abaixo de 20.000 habitantes). Além disso, o baixo atendimento à creche também pode ser reflexo da não obrigatoriedade nas legislações brasileiras e, muitas vezes, desconhecimento dos pais quanto ao direito à educação de seus filhos de 0 a 3 anos de idade, assim como a negação ao direito pelos meios legais daqueles que se utilizam deste mecanismo. (SILVEIRA, 2010).

Este estudo, em geral, conseguiu responder às perguntas propostas. Constatou que os pressupostos em relação à ampliação da oferta na educação básica se concretizaram na Educação Infantil, apesar de ainda representar um desafio para o cumprimento das metas do PNE e atendimento à demanda reprimida. Observou que as matrículas nas escolas conveniadas, com o poder público, diminuíram, em relação a 2007, e seria necessária investigação mais detalhada para levantar os possíveis motivos do Paraná apresentar o oposto do que acontece em outros estados, como apresentado em alguns estudos. Constatou que os municípios de pequeno porte, isto é, com menos de 20.000 habitantes, são prejudicados quando da redistribuição de repasses e que demandaria estudo de caso para avaliar efetivamente os prejuízos causados a estes municípios e as possíveis soluções para superar este problema.

Esta pesquisa não se propôs a esgotar o tema, mas buscou contribuir para uma melhor avaliação do FUNDEB, em nível municipal, e também a instigar novos pesquisadores a desenvolverem estudos a partir dos resultados encontrados e das lacunas verificadas.

6. REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, F. L. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. (orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília, DF: UNESCO, 2010. (p. 39-70).

ADRIÃO, T. As relações entre o público e o privado na oferta educacional no Brasil. IN: PINTO, J. M.; SOUZA, S. A. de. (Org). **Para onde vai o dinheiro?** Caminhos de descaminhos do financiamento da educação. São Paulo: Xamã, 2014. (p. 97-111)

ADRIÃO, T. e DOMICIANO, C. **Atendimento à educação infantil em São Paulo: Abordando o subsídio público ao setor privado**. In: I Congresso Ibero-Brasileiro e VI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2010, Elvas e Meida e Cáceres. Anais do I Congresso Ibero-Brasileiro e VI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2010. v. 01.

AMORIM, E. P. **O esquema de financiamento da educação básica no Brasil (1998 a 2007): atribuições e responsabilidades, fontes e distribuição dos recursos e sistema de incentivos na transição FUNDEF-FUNDEB**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ARAÚJO, L. Insuficiente, mas necessário! In: LIMA, M. J. R.; DIDONET, V. **FUNDEB – avanços na universalização da educação básica**. Brasília: MEC – INEP, 2006, p. 105-115.

ARAÚJO, R. L. S. **Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da educação básica**. 2014. 416 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ARELARO, L. R.; GIL, J. C. Política de fundos na educação: duas posições. In: LIMA, M. J. R.; DIDONET, V. **FUNDEB – avanços na universalização da educação básica**. Brasília: MEC – INEP, 2006, p. 71-88.

BORGES, V. O. **Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB: impactos financeiros junto aos governos estaduais e municipais, nos primeiros cinco anos da sua implantação**. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BRASIL. **Convênio Nacional de Ensino Primário anexo ao DL 13.440**, de 30 de junho de 1943. Disponível

em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1943/decreto.lei-13440-30.06.1943.html>>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. **Decreto nº 3.326, de 31 de dezembro de 1999**. Fixa o valor mínimo anual por aluno de que trata o art. 6o, § 1o, da Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3326.htm>. Acessado em: 20/05/2015.

_____. **Decreto nº 5.374, de 17 de fevereiro de 2005**. Fixa, para o exercício de 2005, o valor mínimo anual por aluno de que trata o art. 6o, § 1o, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro

de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5374.htm>. Acessado em: 04/05/2015.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. Constituição (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. **Decreto Nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm>. Acessado em: 22/11/2014.

_____. **Decreto-Lei nº 13.440, de 30 de junho de 1943.** Ratifica o Convênio Nacional de Ensino Primário. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1943/decreto.lei-13440-30.06.1943.html>>. Acessado em: 20/06/2015.

_____. **Decreto-Lei Nº 6.785, de 11 de agosto de 1944.** Cria os recursos para o Fundo Nacional do Ensino Primário, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6785-11-agosto-1944-382881-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 12/12/2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 24, de 1º de dezembro de 1983.** Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc24-83.htm>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996.** Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.** Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.** Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acessado em: 20/05/2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 24, de 1 de dezembro de 1983.** Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc24-83.htm>. Acessado em: 20/05/2015.

_____. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acessado em: 08/03/2015.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acessado em: 10/03/2015.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acessado em: 10/03/2015.

_____. **Lei nº 7.348 de 24 de julho de 1985.** Dispõe sobre a execução do § 4º do art. 176 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7348.htm>. Acessado em: 08/03/2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acessado em 10/03/2015.

_____. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm>. Acessado em 10/03/2015.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acessado em 10/03/2015.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acessado em: 23/01/2016.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). CONSELHO DELIBERATIVO. **Resolução nº6, de 24 de abril de 2007.** Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. de. **Metodologia para avaliação de políticas públicas:** uma experiência em educação profissional. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BREMAEKER, F. E. J. de. O impacto do FUNDEB nas finanças dos municípios brasileiros. (2ª edição). IBAM / ENSUR / CEIF / IBAMCO, 2007. 37 p. (Estudos especiais, 190b)

BUTARELO, F. S.. **A municipalização do ensino fundamental:** a política nacional de financiamento e a aplicação de recursos da educação pelos municípios do Estado de São Paulo após a Emenda Constitucional nº 14/96. 2007. 190 f. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2007.

CARREIRA, D. ;PINTO, J. M. de R. **Custo aluno qualidade inicial:** rumo à educação pública de qualidade. São Paulo: Global, 2007.

CARVALHO, M. P. **As políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2010):** incongruências do financiamento insuficiente. 2011. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CASTRO, J. A.. Financiamento da Educação pública no Brasil: evolução dos gastos. In OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. (orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil:** combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília, DF: UNESCO, 2010. (p. 169-190).

CERQUEIRA, A. G. C. et al. **A trajetória da LDB:** um olhar crítico frente à realidade brasileira. 2009. Universidade Estadual Santa Cruz. II Ciclos Históricos. Anais, 2009. (6

p..)Disponível em:
 <ahttp://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira>.
 Acessado em: 12/01/2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). Documento Final / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, 2014, 114 p.

CRUZ, R. E. da. **Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque.** 434 p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CUPELLO, N. C.. **O Impacto do FUNDEB sobre o ensino em creche.** 2011. Dissertação(Mestrado em Economia)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2011.

CURY, C. R. J.. Estado e políticas de financiamento em educação. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 (Especial), out. / 2007, p. 831-855.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). Fatores de Ponderação do FUNDEB 2007-2015. Disponível em:
 <http://www.cnm.org.br/portal/images/stories/Links/25072014_ponderaes_Fundeb_2007-2015.pdf>. Acessado em: 15/12/2015.

DI PIERRO, M. C.. O impacto da inclusão da educação de jovens e adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica: um estudo em municípios paulistas. **Em Aberto**, v. 28, p. 119-130, 2015.

DINIZ, J. A.. **Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios brasileiros.** 2012. 173f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DRAIBE, S. M. **Avaliação de implementação:** esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 14 - 42.

FARENZENA, N. **Diretrizes da política de financiamento da educação básica brasileira: continuidades e inflexões no ordenamento constitucional-legal: 1987-1996.** 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 10ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FIGUEIREDO, M.F. e FIGUEIREDO, A.M.C. **Avaliação política e avaliação de políticas:** Um quadro de referência teórica. *Análise & Conjuntura.* Belo Horizonte, 1 (3), set./dez. 1986, pp. 107-127.

FONTINELE, N. F..**Municípios cearenses:** uma análise da capacidade de utilização dos recursos oriundos dos repasses constitucionais. 2013. 31f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, 2013.

FREITAS, A. da S. **O Direito à Educação Básica e o Problema do seu Financiamento**. 2009. 183 f.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Manual de Orientação do FUNDEB**. 2008. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao/siope-legislacao/manuais?download=2585:manual-de-orientacao-do-fundeb> Acessado em: 23/08/2015.

_____. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do>. Acessado em: 15/02/2016.

GOUVEIA, A. B., et al.. **A implantação e os impactos do FUNDEF no Estado do Paraná**. Andréa Barbosa Gouveia, Ângelo Ricardo de Souza, Jussara Maria Tavares Puglielli Santos, Maria Aparecida Zanetti, Ana Lorena Bruel, Ana Lúcia Santos, Liliane de Moraes Vareschi, Josete Dubiaski de Oliveira, Isabelle Soares Alves. Curitiba: UFPR, 2003.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. de. A política de fundos em perspectiva histórica: mudanças de concepção da política na transição Fundef e Fundeb. In: PERES, A. J. de S & VIDAL, E. M. (orgs). **Em Aberto** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Brasília, v.28, n. 93, p.45-65, jan/jun 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em: 20/10/2014.

_____. **Indicadores Sociais Municipais 2010**. Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006475711142011571416899473.pdf>. Acessado em: 15/12/2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). [2015] Acesso a Microdados gerados pelo INEP. Microdados Censo Escolar. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar> >. Acessado em: 28/07/2015.

_____. [2015]b. Taxa de distorção idade série. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acessado em: 06/01/2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Avaliação do impacto da municipalização do ensino fundamental no estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 163p. 1996.

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2004. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_metropolitana_curitiba.pdf>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015. 77 p.

JESUS, W. F. de. **A política de fundos constitucionais no contexto da educação básica no Brasil: origens, contradições e perspectivas**. 264p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2011.

LIMA, M. L. C. S.. **A Passagem do FUNDEF para o FUNDEB em um município de Goiás**. 2010. 194 f. dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2010.

LIMA, E. de. **Efeitos do fundo de desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação - FUNDEB na educação infantil de Medianeira - Paraná**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências. São Paulo, Marília, 2015.

LIMONTI, R. M.; PERES, U. D.; CALDAS, E. de L. Política de fundos na educação e desigualdades municipais no estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 2, p. 389-409, Abril, 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 16/02/2016. .

LINS, F. G. S.. **Recursos do FPM e FUNDEB: Impacto no desempenho escolar nos Municípios Cearenses no triênio 2007, 2009 e 2011**. 2014. 55 f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal do Ceará, 2014.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2ª edição. São Paulo. EDUC, 2013. 116p.

MARTINS, P. S. Legislação do FUNDEB. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. p.319-340. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 17/03/2015.

_____, P. de S. **O financiamento da educação básica por meio de fundos contábeis: estratégia política para a equidade, a autonomia e o regime de colaboração entre os entes federados**. 2009. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação** MEC / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. 63 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estimativas populacionais enviadas para o Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade e sexo**. 2015. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/poppr.def>>. Acessado em: 15/01/2016.

NASCIMENTO, J. B. do. **O financiamento da Educação Básica e a política de fundos em Goiás (1998 a 2011): municipalização, redistribuição dos recursos e (des)valorização do magistério**. 2011. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

OLIVEIRA, R. P. **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasil: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, R. P. de; SOUZA, S. Z. O Federalismo e sua Relação com a Educação no Brasil In OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. (orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília, DF: UNESCO, 2010. (p. 13-33).

PEREIRA, M. A. N.. **Financiamento da educação básica no Estado da Paraíba**: análise dos primeiros resultados do FUNDEB nos municípios de João Pessoa e Cabedelo - PB. 2012. 200 f. Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas . Campinas, SP, 2012.

PERES, A. J. S.; SOUZA, M. L.; ALVES, F. A.; RODRIGUES, E. G. Efeito redistributivo intraestadual do Fundeb: uma análise a partir de variáveis financeiras, socioeconômicas e educacionais dos municípios. Brasília: INEP, 2015. (Série Documental. **Textos para Discussão**, n. 39, volume 28)

PERONI, V. M. V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013 ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org 234 Vera Maria Vidal Peroni Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Disponível em : <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf>>. Acessado em: ago/2105.

PARANÁ. SECRETARIA DA FAZENDA. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA RREO - ANEXO I (LRF. Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, dos anos de 2009 e 2014. Disponível em: http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/responsabilidadefiscal/publicacoes/2014/20146B/anexo_ia_Balanco_Receita.pdf e http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/responsabilidadefiscal/publicacoes/2009/pdf/20096B/anexo_ia%20-%20Balanco%20Receita.pdf Acesso em: jan/2016.

PINTO, J. M. de R.. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação e Sociedade** [online]. 2007, vol.28, n.100, pp. 877-897. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300012>>. Acessado em: 02/02/2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) - Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios. 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acessado em 23/09/2015.

RIBEIRO, M. de J. A.. **Impactos iniciais do FUNDEB na qualidade da educação infantil pública do município de Fortaleza**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SANTOS, W. J. L. dos.. **Financiamento e investimento da educação nos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu RJ**: Avaliação da eficácia, da efetividade e da transparência das políticas públicas. 2010. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, J. B. dos. **O FUNDEB e a Educação Infantil no município de Itabuna**. 2012. 171p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SÃO PAULO. **Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942**. Institue o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 08/03/2015.

SECHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. L Secchi – 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVA, C. M. D. da. **Eficiência na alocação de recursos públicos na Educação Básica em Minas Gerais**. 2013. 184 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios, Economia e Mercado)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

SILVEIRA, A. D. **O direito à educação de crianças e adolescentes: análise da atuação do Tribunal de Justiça de São Paulo (1991-2008)**. 2010. 303 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

SISTEMA DO TESOIRO NACIONAL (STN). Finanças do Brasil (FINBRA) Dados Contábeis dos Municípios. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/contas-anuais>. Acessado em: 25/07/2015.

SOUSA, A. de A.. **A política de fundo público para o financiamento da educação básica: impacto e impasses no município de Fortaleza**. 2009. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

VAINER, B. Z. Breve histórico acerca das constituições do Brasil e do controle de constitucionalidade brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 16 – jul./dez. 2010. P. 161-191. Disponível em: <<http://esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/233>>. Acessado em: 15/01/2016.

VERHINE, R. E. **Custo-aluno-qualidade em escolas de educação básica**. Brasília: INEP/MEC, 2006.

VIEIRA, S. L.; VIDAL, E.M. **Política de financiamento da educação no Brasil: uma (re)construção histórica**. Brasília: INEP, 2015. (Série Documental. Textos para Discussão, n. 39, volume 28).

ZAMPIRI, M. **A disformidade no desenho da oferta educacional e a fragilização do direito à educação: um panorama da oferta de matrículas do ensino fundamental no Brasil**. Paraná. 2014. 155 p. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

APÊNDICE 1 – QUADRO DE TESES E DISSERTAÇÕES

APÊNDICE 1 – TESES E DISSERTAÇÕES DE 2007 A 2015 POR ORDEM CRONOLÓGICA E DE AUTOR.

(continua)

AUTOR, ANO (Mestrado - M ou Doutorado - D)	INSTITUIÇÃO	ÁREA	TÍTULO
AMORIM, ERICA PEREIRA, 2007 (M)	PUC-RIO	Ciências Sociais	O ESQUEMA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL (1998 A 2007): ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES, FONTES E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E SISTEMA DE INCENTIVOS NA TRANSIÇÃO FUNDEF-FUNDEB
BORGES, VANDER OLIVEIRA, 2007 (M)	UNB	Educação	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB: IMPACTOS FINANCEIROS JUNTO AOS GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NOS PRIMEIROS CINCO ANOS DA SUA IMPLANTAÇÃO
BUTARELO, FERNANDA STEFANI, 2007 (D)	UNESP	Educação	A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL: A POLÍTICA NACIONAL DE FINANCIAMENTO E A APLICAÇÃO DE RECURSOS DA EDUCAÇÃO PELOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14/96
FREITAS, ALINE DA SILVA, 2009 (M)	IPM	Direito Político e Econômico	O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E O PROBLEMA DO SEU FINANCIAMENTO
SOUSA, ANTONIA DE ABREU, 2009 (D)	UFC	Educação	A POLÍTICA DE FUNDO PÚBLICO PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPACTO E IMPASSES NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.
LIMA, MARIA LUIZA COSTA SAMPAIO, 2010 (M)	UCB	Educação	A PASSAGEM DO FUNDEF PARA O FUNDEB EM UM MUNICÍPIO DE GOIÁS
SANTOS, WALDIR JORGE LADEIRA DOS, 2010 (D)	UERJ	Educação	FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE DUQUE DE CAXIAS E DE NOVA IGUAÇU RJ: AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA, DA EFETIVIDADE E DA TRANSPARÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

APÊNDICE 1 – TESES E DISSERTAÇÕES DE 2007 A 2015 POR ORDEM CRONOLÓGICA E DE AUTOR.

(continuação)

AUTOR, ANO (Mestrado - M ou Doutorado - D)	INSTITUIÇÃO	ÁREA	TÍTULO
CARVALHO, MARCELO PAGLIOSA, 2011 (D)	USP	Educação	AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS GOVERNOS LULA (2003-2010): INCONGRUÊNCIAS DO FINANCIAMENTO INSUFICIENTE
CUPELLO, NATALIA CINTIA, 2011 (M)	PUC-RIO	Economia	O IMPACTO DO FUNDEB SOBRE O ENSINO EM CRECHE
NASCIMENTO, JOAO BATISTA DO, 2011 (M)	UFG	Educação	O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A POLÍTICA DE FUNDOS EM GOIÁS (1998-2011): MUNICIPALIZAÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS E (DES)VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
RIBEIRO, MARIA DE JESUS ARAUJO, 2011 (M)	UFC	Educação	IMPACTOS INICIAIS DO FUNDEB NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
DINIZ, JOSEDILTON ALVES, 2012 (D)	USP	Ciências Contábeis	EFICIÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS PARA A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS
PEREIRA, MARIA APARECIDA NUNES, 2012 (D)	UNICAMP	Educação	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DA PARAÍBA: ANÁLISE DOS PRIMEIROS RESULTADOS DO FUNDEB NOS MUNICÍPIOS DE JOÃO PESSOA E CABEDELO - PB
SANTOS, JOEDSON BRITO DOS, 2012 (M)	UFBA	Educação	O FUNDEB E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ITABUNA
FONTINELE, NADIRLAN FERNANDES, 2013 (M)	UFC	Economia	MUNICÍPIOS CEARENSES: UMA ANÁLISE DA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS REPASSES CONSTITUCIONAIS

APÊNDICE 1 – TESES E DISSERTAÇÕES DE 2007 A 2015 POR ORDEM CRONOLÓGICA E DE AUTOR.

(conclusão)

AUTOR, ANO (Mestrado - M ou Doutorado - D)	INSTITUIÇÃO	ÁREA	TÍTULO
SILVA, CLEITON MARTINS DUARTE DA, 2013 (M)	UFLA	Administração	EFICIÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS
ARAÚJO, RAIMUNDO LUIZ SILVA, 2014 (D)	USP	Educação	LIMITES E POSSIBILIDADES DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES TERRITORIAIS POR MEIO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
LINS, FRANCISCO GENNISON SALES, 2014 (M)	UFC	Economia	RECURSOS DO FPM E FUNDEB: IMPACTO NO DESEMPENHO ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS CEARENSES NO TRIÊNIO 2007, 2009 E 2011
LIMA, EZEQUIEL DE, 2015 (M)	UNESP	Educação	EFEITOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE MEDIANEIRA - PARANÁ

FONTE: Redalyc, Banco de Teses da CAPES e BDTD. Autora (2016)

APÊNDICE 2 – MATRÍCULAS NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2007 A 2014

TABELA A – MATRÍCULAS NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2007 A 2014

Censo Escolar	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Conveniada	Total
2007	3.234	1.353.670	1.047.053	92.926	233.843	2.730.726
2008	7.266	1.339.349	1.046.670	238.762	96.079	2.728.126
2009	13.829	1.313.769	1.031.497	230.206	116.717	2.706.018
2010	11.909	1.311.308	1.011.069	240.436	112.684	2.687.406
2011	8.123	1.267.154	980.231	240.719	128.713	2.624.940
2012	8.572	1.225.034	996.561	271.849	126.841	2.628.857
2013	8.033	1.167.797	1.008.902	326.852	81.609	2.593.193
2014	8.199	1.132.220	1.010.547	362.039	73.572	2.586.577
Taxa de crescimento	153,53%	-16,36%	-3,49%	289,60%	-68,54%	-5,28%

FONTE: INEP - Censo Escolar – Microdados Turmas - 2007 a 2014.

TABELA B – DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ REDE ESTADUAL - 2007 A 2014

Ano Censo	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Prof.	EJA	EE	Total
	Séries Iniciais	Séries finais	Mult.					
2007	26.378	726.280	21	417.566	25.038	157.383	478	1.353.144
2008	23.991	728.495	231	417.591	23.214	144.620	497	1.338.639
2009	19.291	725.453	169	418.117	21.677	128.019	763	1.313.489
2010	12.657	712.318	172	420.049	29.135	136.172	433	1.310.936
2011	7.473	692.007	173	416.654	31.969	118.183	332	1.266.791
2012	4.903	646.614	137	416.299	30.839	125.636	139	1.224.567
2013	3.262	609.426	113	411.212	28.488	114.475	327	1.167.303
2014	3.097	581.535	94	407.453	26.609	112.507	312	1.131.607

FONTE: INEP - Censo Educacional - Microdados - 2007 – 2014.

LEGENDA: Mult. – Multisseriado ; Prof. – Profissional; EE – Educação Especial.

TABELA C – DISTRIBUIÇÃO DAS MATRÍCULAS NO PARANÁ - REDE MUNICIPAL - 2007 A 2014

Ano Censo	Educação Infantil			Ensino Fundamental				EJA	EE	Total
	Creche	Pré-Escola	Uni.	Séries Iniciais	Séries finais	Mult.	CF			
2007	83.725	131.663	222	744.734	23.184	16.213	-	35.090	12.222	1.047.053
2008	86.215	127.906	47	746.746	22.729	14.217	-	35.672	13.138	1.046.670
2009	91.779	130.004	78	735.416	20.838	12.819	-	29.638	10.925	1.031.497
2010	96.332	132.472	27	715.687	19.455	11.117	9	26.375	9.595	1.011.069
2011	105.761	139.000	53	676.714	18.126	10.695	13	22.091	7.778	980.231
2012	117.575	143.867	387	681.329	16.834	10.403	-	19.094	7.072	996.561
2013	123.434	149.982	53	685.754	16.076	10.163	-	16.442	6.998	1.008.902
2014	128.205	160.857	-	675.410	14.699	9.388	-	15.387	6.601	1.010.547

FONTE: INEP - Censo Educacional – Microdados - 2007 – 2014.

LEGENDA: Uni. – Unificada; Mult. – Multisseriado ; CF – Correção de Fluxo; EE – Educação Especial.

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

(continua)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410010	Abatiá	FX2	852.248	794.692	1.155.629	1.122.459	937.308	1.160.315	1.159.732	1.319.682
410020	Adrianópolis	FX2	951.660	1.109.138	1.178.424	1.580.300	1.183.580	1.805.507	1.547.024	1.947.134
410030	Agudos do Sul	FX2	1.205.695	941.563	1.509.750	1.234.643	1.519.042	1.311.976	1.561.570	1.442.835
410040	Almirante Tamandaré	FX6	12.428.371	5.194.190	15.934.893	6.383.126	16.376.795	6.990.008	17.892.648	7.431.000
410045	Altamira do Paraná	FX1	582.855	801.890	731.318	1.140.485	840.031	1.139.112	937.704	1.275.792
412862	Alto Paraíso	FX1	536.934	1.377.625	703.432	1.715.663	751.511	1.793.318	864.155	2.223.707
410060	Alto Paraná	FX3	1.483.384	1.140.915	1.943.414	1.649.439	2.091.935	1.735.389	2.515.324	2.089.143
410070	Alto Piquiri	FX3	1.241.281	1.046.009	1.559.859	1.646.752	1.573.686	1.790.444	1.729.569	2.034.898
410050	Altônia	FX4	1.867.759	1.843.820	2.953.911	2.862.324	3.407.554	3.105.494	3.948.054	3.647.158
410080	Alvorada do Sul	FX3	919.377	1.068.246	1.254.803	1.452.962	1.292.396	1.571.730	1.411.940	1.803.404
410090	Amaporã	FX2	666.406	906.597	959.420	1.153.851	1.021.112	1.210.539	1.217.218	1.378.813
410100	Ampére	FX3	2.066.421	1.957.637	2.887.587	2.549.755	2.885.663	2.746.371	3.382.172	3.127.061
410105	Anahy	FX1	394.224	848.069	531.855	1.029.893	578.202	1.140.530	591.164	1.275.154
410110	Andirá	FX4	2.543.038	2.075.099	3.496.961	2.632.498	3.890.724	3.015.877	4.074.379	3.710.943
410115	Ângulo	FX1	294.506	828.450	458.797	986.512	586.257	1.100.427	598.910	1.228.578
410120	Antonina	FX3	3.124.777	1.897.617	3.382.088	2.492.389	3.737.787	2.785.355	3.935.843	3.103.238
410130	Antônio Olinto	FX2	917.219	1.106.708	1.106.237	1.442.390	1.246.911	1.511.917	1.542.557	1.700.820
410140	Apucarana	FX6	13.751.884	6.825.649	17.315.321	8.714.198	19.571.246	10.568.708	21.230.458	11.413.073
410150	Arapongas	FX6	9.063.248	7.928.230	12.652.338	10.126.081	13.059.491	11.273.050	14.934.847	12.804.763
410160	Arapoti	FX4	3.190.459	4.009.721	4.303.509	5.025.786	4.489.991	5.292.308	5.036.941	5.732.452
410165	Arapuã	FX1	559.008	903.457	690.261	1.135.221	730.523	1.182.645	786.613	1.333.733
410170	Araruna	FX3	1.354.990	1.777.902	1.719.256	1.944.011	1.938.337	2.126.278	2.323.951	2.444.549

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410180 Araucária		FX6	23.906.717	40.307.734	29.963.626	52.631.932	32.567.250	57.781.270	37.485.288	66.188.737
410185 Ariranha do Ivaí		FX1	271.108	828.132	370.025	1.050.704	395.661	1.085.184	447.081	1.234.939
410190 Assaí		FX3	1.892.466	1.935.347	2.564.038	2.275.530	2.918.796	2.454.888	3.185.017	2.733.129
410200 Assis Chateaubriand		FX4	3.049.728	3.131.825	4.263.649	4.348.620	5.357.872	5.060.992	6.089.526	5.949.763
410210 Astorga		FX4	2.440.630	2.755.224	3.126.334	3.544.764	3.551.082	3.809.999	4.017.694	4.221.767
410220 Atalaia		FX1	461.695	854.076	575.450	1.089.806	701.294	1.124.331	772.843	1.286.364
410230 Balsa Nova		FX3	1.567.345	2.300.641	2.003.778	2.841.729	2.193.477	3.014.054	2.541.665	3.449.176
410240 Bandeirantes		FX4	3.564.238	2.336.061	4.920.906	3.389.496	5.511.918	3.729.261	5.995.442	4.132.547
410250 Barbosa Ferraz		FX3	1.445.349	1.371.067	2.000.630	1.876.389	2.014.816	1.947.570	2.231.901	2.279.571
410270 Barra do Jacaré		FX1	310.354	891.274	392.531	1.116.282	407.134	1.163.913	484.180	1.342.933
410260 Barracão		FX2	1.311.924	891.979	1.631.963	1.209.821	1.845.738	1.369.201	2.069.064	1.567.574
410275 Bela Vista da Caroba		FX1	562.992	846.688	754.966	1.093.131	778.287	1.125.431	887.770	1.268.165
410280 Bela Vista do Paraíso		FX3	1.390.497	1.395.084	1.806.138	1.938.695	1.955.572	2.281.723	2.101.031	2.505.181
410290 Bituruna		FX3	2.545.637	2.348.598	3.229.788	2.769.346	3.675.623	2.923.423	4.203.848	3.174.082
410300 Boa Esperança		FX1	552.386	997.474	771.815	1.284.917	809.057	1.511.140	830.238	1.767.981
410302 Boa Esperança do Iguaçu		FX1	376.523	943.174	528.845	1.193.496	596.926	1.236.228	675.310	1.390.388
410304 Boa Ventura de São Roque		FX2	1.053.001	1.133.437	1.270.777	1.410.266	1.424.129	1.523.452	1.528.869	1.770.840
410305 Boa Vista da Aparecida		FX2	1.071.142	998.931	1.335.715	1.399.875	1.453.662	1.454.332	1.589.533	1.671.552
410310 Bocaiúva do Sul		FX3	1.623.522	1.086.754	2.016.628	1.527.438	2.216.304	1.589.624	2.650.924	1.822.844
410315 Bom Jesus do Sul		FX1	570.060	838.516	795.513	1.033.305	1.008.788	1.142.908	979.377	1.251.772
410320 Bom Sucesso		FX2	838.133	846.827	1.033.083	1.258.271	1.198.915	1.413.037	1.374.023	1.524.361
410322 Bom Sucesso do Sul		FX1	360.377	1.005.895	464.458	1.238.803	475.400	1.332.182	532.372	1.539.661
410330 Borrazópolis		FX2	766.543	975.571	946.294	1.306.314	1.006.093	1.326.817	1.081.623	1.629.463

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410335	Braganey	FX2	754.555	959.718	1.030.933	1.277.911	1.183.467	1.379.462	1.389.023	1.582.875
410337	Brasilândia do Sul	FX1	412.653	936.230	481.117	1.147.899	509.810	1.262.374	572.408	1.487.101
410340	Cafeara	FX1	321.609	801.117	521.327	1.021.756	639.596	1.047.884	784.489	1.190.081
410345	Cafelândia	FX3	1.618.704	2.206.897	2.385.695	2.771.285	2.629.234	3.320.119	2.977.577	3.994.849
10347	Cafezal do Sul	FX1	498.118	869.839	668.266	1.124.118	753.681	1.152.503	784.412	1.340.669
410350	Califórnia	FX2	799.301	799.486	1.098.796	1.129.168	1.126.521	1.279.126	1.221.544	1.395.309
410360	Cambará	FX4	640.262	2.455.764	1.476.995	3.261.159	1.996.157	3.644.243	2.528.609	3.946.518
410370	Cambé	FX5	6.743.720	6.691.410	9.361.735	9.041.086	10.626.629	10.159.037	12.178.478	11.561.037
410380	Cambira	FX2	666.724	990.124	898.402	1.354.752	1.087.682	1.425.556	1.315.962	1.639.924
410390	Campina da Lagoa	FX3	2.087.573	1.668.236	2.648.833	2.191.212	2.873.023	2.374.701	3.074.615	2.794.910
410395	Campina do Simão	FX1	908.159	898.242	925.663	1.117.018	1.037.108	1.256.937	1.115.270	1.343.569
410400	Campina Grande do Sul	FX4	5.553.742	3.255.972	6.936.560	3.968.709	7.759.890	4.278.237	8.358.136	4.868.038
410405	Campo Bonito	FX1	679.207	1.085.328	842.923	1.292.531	780.580	1.441.643	958.901	1.707.348
410410	Campo do Tenente	FX2	1.042.423	1.007.836	1.316.370	1.334.551	1.346.634	1.402.598	1.473.258	1.570.185
410420	Campo Largo	FX6	13.004.664	8.034.027	17.566.588	10.402.604	19.170.175	11.423.900	22.455.618	12.130.105
410425	Campo Magro	FX4	3.126.716	2.850.288	4.210.489	3.397.603	4.731.347	3.403.819	5.289.633	3.857.209
410430	Campo Mourão	FX5	10.476.522	5.693.849	13.409.276	7.371.601	15.632.007	8.314.096	17.515.084	9.487.398
410440	Cândido de Abreu	FX3	3.104.886	1.634.109	3.696.528	2.525.693	3.133.091	2.559.136	3.637.724	3.057.510
410442	Candói	FX3	2.516.638	2.050.472	3.130.416	2.864.704	2.922.476	3.220.431	3.711.495	3.693.636
410445	Cantagalo	FX3	2.233.378	1.176.043	2.761.715	1.561.385	3.085.889	1.687.850	3.363.264	1.978.399
410450	Capanema	FX3	2.025.600	2.252.369	2.669.295	3.079.967	2.795.433	3.268.702	3.207.436	3.771.814
410460	Capitão Leônidas Marques	FX3	1.658.042	2.169.323	2.095.591	3.089.324	2.391.040	3.195.972	2.513.708	3.599.461
410490	Castro	FX5	9.556.618	6.503.064	13.148.662	8.481.629	13.726.310	9.482.135	15.214.627	11.097.257

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410465	Carambei	FX3	2.337.162	3.777.515	3.439.812	4.709.199	3.520.226	5.487.196	3.979.453	6.311.572
410470	Carlópolis	FX3	1.460.553	1.576.300	2.033.221	1.775.479	1.975.167	1.855.712	2.359.585	2.039.340
410480	Cascavel	FX6	26.912.379	13.830.455	38.048.261	19.687.042	39.312.232	23.289.498	44.360.590	26.526.850
410500	Catanduvas	FX3	1.310.758	1.355.204	1.645.871	1.619.721	1.897.164	1.696.090	2.072.981	2.030.257
410520	Cerro Azul	FX3	2.608.832	1.707.717	3.184.409	2.603.244	3.421.626	2.699.683	3.810.995	2.974.756
410530	Céu Azul	FX3	1.433.425	2.086.198	1.862.739	2.765.440	2.165.422	3.090.476	2.340.757	3.632.929
410540	Chopininho	FX3	2.481.643	2.481.294	3.188.769	3.372.427	3.431.242	3.751.724	3.961.022	4.242.460
410550	Cianorte	FX5	5.860.797	4.853.858	8.484.438	6.506.717	9.133.676	7.347.039	10.138.466	8.470.294
410560	Cidade Gaúcha	FX3	1.221.922	1.508.738	1.754.746	2.010.385	1.892.947	1.937.494	2.349.796	2.159.858
410570	Clevelândia	FX3	2.634.037	1.951.569	3.030.220	2.471.599	3.209.652	2.663.696	3.554.636	3.174.487
410580	Colombo	FX6	26.786.624	9.616.286	34.622.657	13.085.300	38.882.456	14.863.062	43.949.106	16.387.109
410590	Colorado	FX4	2.174.246	2.065.124	2.655.253	3.266.670	2.928.188	3.616.253	3.358.202	3.604.381
410600	Congonhinhas	FX2	888.613	818.266	1.442.332	1.444.539	1.410.767	1.474.278	1.696.262	1.687.712
410610	Conselheiro Mairinck	FX1	542.549	795.427	769.246	1.021.403	711.896	1.055.096	749.781	1.191.125
410620	Contenda	FX3	1.930.335	1.667.191	2.562.640	2.109.676	2.816.015	2.219.759	3.159.901	2.471.822
410630	Corbélia	FX3	1.842.744	1.816.609	2.600.307	2.472.732	2.988.191	2.712.409	3.334.479	3.302.113
410640	Cornélio Procopio	FX4	3.842.075	3.295.998	5.109.495	4.840.072	5.569.320	5.196.297	6.273.489	5.779.853
410645	Coronel Domingos Soares	FX2	1.431.567	1.187.753	1.649.644	1.445.781	1.686.388	1.622.934	1.970.316	1.713.197
410650	Coronel Vivida	FX4	2.389.633	2.022.560	3.057.837	2.800.439	3.311.765	3.062.262	3.438.371	3.547.861
410655	Corumbataí do Sul	FX1	546.775	867.997	648.026	1.108.755	692.479	1.131.297	752.611	1.263.370
410680	Cruz Machado	FX3	2.539.984	2.483.713	3.242.780	3.286.472	3.613.973	3.521.848	4.173.433	3.835.081
410690	Curitiba	FX7	146.225.642	92.354.824	198.098.867	134.404.126	220.100.765	164.447.407	248.957.835	177.392.857

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410657	Cruzeiro do Iguaçu	FX1	550.667	1.093.512	768.208	1.358.156	876.769	1.478.319	931.754	1.717.857
410660	Cruzeiro do Oeste	FX4	2.238.404	1.732.217	2.962.867	2.561.313	3.404.044	2.775.626	3.614.575	3.092.705
410670	Cruzeiro do Sul	FX1	545.123	999.086	713.931	1.286.805	791.476	1.393.068	802.105	1.483.190
410685	Cruzmalina	FX1	390.366	935.282	473.236	1.070.161	451.665	1.126.598	492.662	1.299.059
410700	Curiúva	FX3	2.046.884	1.568.579	2.561.505	1.989.883	2.666.708	2.043.491	2.847.778	2.174.124
410710	Diamante do Norte	FX2	615.482	1.136.009	764.543	1.557.894	822.163	1.598.419	1.118.061	1.764.713
410712	Diamante do Sul	FX1	651.239	820.879	768.666	1.061.560	792.741	1.092.705	822.654	1.216.870
410715	Diamante D'Oeste	FX2	640.548	910.094	784.327	1.235.588	808.022	1.286.763	903.169	1.465.931
410720	Dois Vizinhos	FX4	3.725.442	3.362.076	5.041.348	4.965.921	5.546.512	5.409.169	6.091.167	5.928.004
410725	Douradina	FX2	653.223	1.008.981	1.078.553	1.546.632	1.083.132	1.713.571	1.311.804	1.957.272
410730	Doutor Camargo	FX2	582.679	804.366	768.455	1.139.520	912.482	1.191.052	963.229	1.365.110
412863	Doutor Ulysses	FX2	1.089.183	979.751	1.154.523	1.321.323	1.259.393	1.340.708	1.409.410	1.412.987
410740	Enéas Marques	FX2	762.490	1.162.384	942.526	1.598.622	1.014.069	1.734.731	1.240.864	2.015.837
410750	Engenheiro Beltrão	FX3	1.732.328	1.583.689	2.413.575	2.230.175	2.441.342	2.442.627	2.738.178	2.969.064
410753	Entre Rios do Oeste	FX1	411.233	962.752	662.023	1.257.151	685.106	1.353.442	808.544	1.550.647
410752	Esperança Nova	FX1	221.998	791.344	282.383	1.011.694	372.355	1.036.464	392.665	1.175.848
410754	Espigão Alto do Iguaçu	FX1	739.845	1.082.203	900.085	1.367.667	858.408	1.425.699	1.068.489	1.614.278
410755	Farol	FX1	422.439	989.563	625.325	1.211.179	685.884	1.312.192	693.911	1.481.855
410760	Faxinal	FX3	1.918.518	1.470.833	2.348.517	2.037.312	2.487.187	2.235.277	2.722.363	2.735.883
410765	Fazenda Rio Grande	FX5	10.768.784	4.095.617	13.136.533	5.041.755	14.185.875	5.403.456	15.872.350	5.878.858
410770	Fênix	FX1	584.053	1.011.424	787.755	1.247.851	822.330	1.313.294	869.761	1.578.517
410773	Fernandes Pinheiro	FX2	997.050	1.265.436	1.218.341	1.628.517	1.392.110	1.751.882	1.517.370	1.979.161

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410775 Figueira		FX2	1.027.506	766.576	1.380.232	1.083.751	1.389.197	1.213.267	1.494.620	1.321.387
410785 Flor da Serra do Sul		FX1	681.900	1.162.669	792.543	1.455.690	789.316	1.618.723	885.518	1.778.286
410780 Floraí		FX2	487.358	945.141	585.425	1.183.760	677.648	1.275.516	761.660	1.467.176
410790 Floresta		FX2	559.185	937.525	802.506	1.183.421	1.052.289	1.271.627	1.220.190	1.471.656
410830 Foz do Iguaçu		FX6	26.449.727	20.735.043	36.290.691	26.893.381	41.183.494	29.241.507	46.464.718	30.480.022
410845 Foz do Jordão		FX2	880.116	934.648	1.193.883	1.209.599	1.306.283	1.361.114	1.403.787	1.610.148
410800 Florestópolis		FX3	1.351.847	1.109.068	1.869.179	1.537.935	1.710.501	1.666.752	1.741.527	1.828.784
410810 Flórida		FX1	309.562	779.749	429.932	952.477	545.409	1.065.704	614.726	1.169.784
410820 Formosa do Oeste		FX2	742.286	1.102.510	966.600	1.496.903	987.523	1.577.639	1.147.829	1.934.600
410832 Francisco Alves		FX2	805.518	921.019	1.012.522	1.262.291	1.127.090	1.338.793	1.309.360	1.619.430
410840 Francisco Beltrão		FX5	9.004.770	5.560.547	11.750.322	7.302.904	13.552.304	8.585.725	14.956.223	9.357.581
410850 General Carneiro		FX3	2.131.504	1.859.888	2.640.350	2.415.294	2.773.085	2.613.576	3.235.182	2.658.694
410855 Godoy Moreira		FX1	429.598	710.120	479.049	947.129	541.443	1.055.861	557.243	1.187.967
410860 Goioerê		FX4	3.067.679	2.219.467	4.095.948	3.107.192	4.607.602	3.504.512	4.978.322	3.991.185
410865 Goioxim		FX2	1.182.382	1.043.064	1.644.142	1.360.687	1.532.375	1.488.475	1.885.838	1.637.410
410870 Grandes Rios		FX2	986.505	814.631	1.341.563	1.126.514	1.257.576	1.195.300	1.290.532	1.337.153
410880 Guaíra		FX4	3.427.453	2.251.094	4.557.968	3.178.312	4.975.925	3.831.939	5.232.810	4.350.290
410890 Guairaçá		FX2	611.884	958.763	979.237	1.296.726	1.105.357	1.428.026	1.313.354	1.544.000
410895 Guamiranga		FX2	1.403.363	1.050.268	1.688.399	1.310.290	1.718.416	1.389.011	2.010.761	1.585.972
410900 Guapirama		FX1	518.701	829.538	687.696	1.067.576	757.774	1.099.444	762.561	1.274.519
410910 Guaporema		FX1	258.216	856.162	414.551	1.093.629	421.576	1.130.655	463.960	1.275.696
410920 Guaraci		FX2	665.372	902.755	881.387	1.161.813	981.609	1.260.376	1.079.337	1.470.655

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410930	Guaraniaçu	FX3	2.324.832	1.878.032	2.748.388	2.608.699	2.766.788	2.787.984	2.982.641	3.123.817
410940	Guarapuava	FX6	22.246.424	11.248.616	26.334.215	14.479.552	29.043.172	16.849.268	31.153.840	18.195.719
410950	Guaraqueçaba	FX2	1.438.281	1.355.797	1.531.484	1.882.634	1.492.420	2.064.588	1.659.819	2.312.320
410960	Guaratuba	FX4	4.571.623	2.419.816	5.733.258	3.159.615	6.145.761	3.341.994	6.857.639	3.728.516
410965	Honório Serpa	FX2	982.244	1.123.954	1.169.963	1.394.173	1.252.864	1.486.978	1.384.950	1.705.518
410970	Ibaiti	FX4	3.467.445	2.115.498	4.464.797	2.919.439	4.925.171	3.298.379	5.670.819	3.608.414
410975	Ibema	FX2	549.471	961.616	807.509	1.164.468	1.011.926	1.282.421	1.256.029	1.428.658
410980	Ibiporã	FX4	4.492.568	3.303.540	7.693.882	4.680.420	8.581.912	5.441.006	9.680.776	6.427.550
410990	Icaraíma	FX2	1.129.533	1.027.802	1.415.948	1.430.267	1.516.720	1.559.757	1.582.687	1.875.764
411000	Iguaraçu	FX1	459.511	904.155	624.851	1.158.758	746.068	1.227.288	893.833	1.420.107
411005	Iguatu	FX1	301.041	819.439	360.773	1.028.563	482.933	1.045.827	537.591	1.181.188
411007	Imbaú	FX3	1.426.335	914.965	1.993.199	1.453.412	2.129.748	1.513.149	2.413.324	1.733.716
411010	Imbituva	FX4	3.434.416	2.693.002	4.671.345	3.379.543	4.971.637	3.658.643	5.862.761	4.086.142
411020	Inácio Martins	FX3	2.057.785	1.393.828	2.500.264	2.150.376	2.532.120	2.060.477	2.759.953	2.177.394
411030	Inajá	FX1	520.485	796.348	495.324	1.001.039	560.726	1.076.015	592.125	1.195.670
411040	Indianópolis	FX1	434.170	865.711	627.836	1.262.489	760.423	1.343.840	862.362	1.529.121
411050	Ipiranga	FX3	1.968.509	1.822.108	2.489.226	2.373.155	2.510.141	2.582.977	3.020.295	2.925.578
411060	Iporã	FX3	1.389.375	1.527.628	1.903.486	2.117.112	1.831.766	2.217.799	2.123.532	2.600.507
411065	Iracema do Oeste	FX1	332.354	818.326	433.268	1.010.350	514.696	1.122.179	502.857	1.221.410
411070	Irati	FX5	6.150.871	4.171.845	7.424.008	5.439.565	8.274.842	5.863.236	8.868.494	6.542.092
411080	Iretama	FX3	1.646.682	980.407	2.320.794	1.596.164	2.391.518	1.769.142	2.553.737	1.871.416

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411090 Itaguaí		FX1	575.589	827.456	746.435	1.061.001	768.913	1.090.058	869.863	1.229.361
411095 Itaipulândia		FX2	1.231.861	1.068.414	2.010.110	1.422.112	1.962.323	1.571.976	2.214.614	1.857.336
411100 Itambaracá		FX2	964.860	995.117	1.369.174	1.226.416	1.552.864	1.280.473	1.738.096	1.464.066
411110 Itambé		FX2	644.407	916.185	879.895	1.269.943	1.017.194	1.318.356	1.143.021	1.505.781
411120 Itapejara d'Oeste		FX3	1.063.172	1.380.252	1.343.524	2.148.592	1.417.563	2.257.968	1.718.144	2.643.780
411125 Itaperuçu		FX4	3.289.343	1.915.817	3.861.495	2.217.046	4.465.971	2.376.083	5.042.424	2.817.321
411130 Itaúna do Sul		FX1	475.789	777.966	654.047	993.589	754.939	1.003.723	824.202	1.128.202
411140 Ivaí		FX3	1.731.759	1.231.568	2.198.844	1.762.789	2.305.842	1.899.522	2.628.749	2.191.097
411150 Ivaiporã		FX4	2.872.553	2.069.084	3.942.362	3.114.075	4.113.128	3.525.328	4.579.502	3.879.094
411155 Ivaté		FX2	796.211	1.128.278	1.392.159	1.550.432	1.418.081	1.621.537	1.308.722	1.852.269
411160 Ivatuba		FX1	274.128	838.739	374.222	1.051.612	395.122	1.088.373	472.602	1.237.121
411170 Jaboti		FX1	547.443	814.927	776.872	1.051.736	815.446	1.085.502	928.898	1.216.003
411180 Jacarezinho		FX4	4.935.615	2.991.734	6.388.959	4.439.952	6.521.818	4.650.793	7.386.663	5.139.407
411190 Jaguapitã		FX3	1.198.470	1.727.496	1.467.735	2.324.972	1.762.481	2.663.456	1.985.976	3.089.216
411200 Jaguariaíva		FX4	3.845.153	4.291.461	4.783.234	5.354.946	5.329.104	5.811.105	5.728.816	6.093.733
411210 Jandaia do Sul		FX4	1.616.326	1.816.737	2.221.270	2.730.980	2.457.794	2.931.678	2.707.277	3.085.025
411220 Janiópolis		FX2	864.557	967.144	1.063.739	1.266.164	1.160.334	1.321.998	1.256.444	1.553.760
411230 Japira		FX1	543.261	891.221	736.705	1.147.428	847.034	1.181.206	876.226	1.342.961
411240 Japurá		FX2	731.396	915.227	1.176.507	1.299.693	1.335.742	1.406.369	1.435.017	1.578.218
411250 Jardim Alegre		FX3	1.445.417	1.355.661	1.900.138	1.938.322	1.855.391	2.054.376	2.123.368	2.338.929
411260 Jardim Olinda		FX1	222.438	808.696	251.054	1.058.389	341.099	1.039.609	268.596	1.180.425
411270 Jataizinho		FX3	1.526.176	1.052.230	2.279.447	1.505.596	2.426.022	1.609.611	2.764.837	1.779.657

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411275	Jesuítas	FX2	777.549	1.083.578	1.053.981	1.437.258	1.179.035	1.611.519	1.272.099	1.873.232
411280	Joaquim Távara	FX3	1.130.248	1.054.146	1.439.091	1.779.778	1.653.504	1.903.788	1.902.641	2.254.076
411290	Jundiáí do Sul	FX1	401.043	780.020	616.415	1.044.914	557.977	1.074.048	571.921	1.216.248
411295	Juranda	FX2	869.205	1.200.146	1.038.325	1.434.125	1.286.473	1.580.577	1.384.299	1.874.463
411300	Jussara	FX2	667.368	1.134.026	1.043.700	1.423.428	1.132.329	1.531.120	1.237.119	1.698.777
411310	Kaloré	FX1	516.367	796.247	672.953	1.111.771	683.032	1.189.924	749.876	1.312.137
411320	Lapa	FX4	5.522.320	4.430.658	6.575.884	5.428.218	7.159.138	5.925.875	8.273.535	6.785.310
411325	Laranjal	FX2	1.225.425	891.059	1.607.805	1.145.190	1.592.366	1.166.380	1.882.745	1.319.764
411330	Laranjeiras do Sul	FX4	4.004.471	2.092.818	5.251.883	2.938.619	5.610.209	3.434.021	6.041.596	4.011.233
411340	Leópolis	FX1	485.897	966.153	701.905	1.124.579	853.093	1.270.487	871.334	1.419.442
411342	Lidianópolis	FX1	488.972	833.580	602.372	1.063.057	622.438	1.089.558	762.066	1.246.359
411345	Lindoeste	FX2	758.247	852.395	1.014.385	1.267.623	968.199	1.276.377	1.084.150	1.465.128
411350	Loanda	FX4	1.936.198	1.937.145	2.610.027	2.499.696	3.024.314	2.623.809	3.529.024	2.952.214
411360	Lobato	FX1	451.713	1.091.582	656.890	1.351.285	824.754	1.537.524	931.914	1.591.936
411370	Londrina	FX7	38.729.663	21.438.577	52.274.448	29.305.567	55.291.266	34.683.728	60.303.363	36.867.840
411373	Luiziana	FX2	918.611	1.373.870	1.121.587	1.717.407	1.198.309	1.966.393	1.377.445	2.497.094
411375	Lunardelli	FX2	644.847	941.789	830.439	1.308.020	817.273	1.346.264	964.365	1.495.953
411380	Lupionópolis	FX1	602.632	968.578	835.297	1.262.201	943.223	1.320.490	1.073.956	1.481.996
411390	Mallet	FX3	1.443.730	1.603.157	1.846.336	2.067.746	1.897.518	2.195.985	2.143.675	2.470.417
411400	Mamborê	FX3	1.627.565	1.940.658	2.247.606	2.601.012	2.417.349	2.885.487	2.662.184	3.372.601
411410	Mandaguaçu	FX3	1.835.762	1.888.628	2.464.211	2.466.525	2.995.800	2.718.719	3.478.960	3.078.927

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411420	Mandaguari	FX4	3.266.944	2.806.905	4.622.494	3.729.436	5.265.195	4.039.269	5.846.464	4.608.202
411430	Mandirituba	FX4	2.942.566	2.066.797	3.831.132	2.987.346	4.011.017	3.319.462	4.279.042	3.782.509
411435	Manfrinópolis	FX1	393.764	861.290	580.007	1.093.752	670.958	1.200.252	695.615	1.319.879
411440	Mangueirinha	FX3	2.778.044	3.145.920	3.203.696	4.365.804	2.957.402	4.788.021	3.425.468	5.323.760
411450	Manoel Ribas	FX3	1.604.525	2.038.218	2.377.497	2.375.168	1.838.993	2.587.969	2.009.381	2.923.407
411460	Marechal Cândido Rondon	FX4	4.288.414	4.111.430	5.488.842	5.903.748	5.863.404	6.866.628	7.075.566	7.838.261
411470	Maria Helena	FX2	754.198	808.376	961.126	1.173.157	986.125	1.232.346	1.057.316	1.413.014
411480	Marialva	FX4	2.932.863	2.854.283	3.618.386	3.554.209	4.013.890	4.272.120	4.573.022	4.894.164
411490	Marilândia do Sul	FX2	1.044.916	1.208.812	1.573.225	1.504.419	1.461.017	1.873.416	1.772.801	2.166.194
411500	Marilena	FX2	760.801	892.046	1.048.085	1.166.988	1.229.688	1.207.018	1.660.622	1.344.688
411510	Mariluz	FX3	1.528.960	956.671	1.853.760	1.589.475	1.944.178	1.695.185	2.097.445	1.915.272
411520	Maringá	FX6	23.745.260	16.921.766	32.259.889	24.469.291	38.057.844	29.368.633	44.578.794	31.816.805
411530	Mariópolis	FX2	718.223	1.264.566	868.876	1.590.733	1.008.101	1.707.299	1.197.486	2.002.958
411535	Maripá	FX2	584.282	1.333.326	762.042	1.697.515	859.069	1.897.850	1.125.238	2.280.167
411540	Marmeleiro	FX3	1.559.173	1.570.522	1.934.927	2.195.607	2.120.198	2.385.048	2.407.942	2.768.684
411545	Marquinho	FX1	812.847	898.034	1.100.751	1.152.036	1.152.919	1.178.451	1.349.885	1.317.036
411550	Marumbi	FX1	521.162	862.814	717.049	1.036.696	800.322	1.181.844	858.938	1.270.921
411560	Matelândia	FX3	1.881.520	1.962.970	2.459.348	2.988.159	2.623.299	3.199.762	3.091.809	3.831.679
411570	Matinhos	FX4	3.694.359	2.119.621	5.036.208	2.109.430	5.473.395	2.673.272	5.987.776	2.892.023
411573	Mato Rico	FX1	606.060	858.602	746.497	1.087.005	786.781	1.108.917	898.728	1.265.061
411575	Mauá da Serra	FX2	1.267.846	1.177.169	1.585.234	1.586.252	1.687.263	1.601.378	1.983.771	1.756.912
411580	Medianeira	FX4	4.205.267	3.008.106	5.443.712	4.348.264	6.691.204	4.782.657	7.240.226	5.434.330

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411585 Mercedes		FX2	560.830	983.555	819.050	1.273.627	914.315	1.376.012	1.081.375	1.587.180
411590 Mirador		FX1	259.258	828.168	316.367	1.066.075	412.537	1.137.415	432.976	1.351.243
411600 Miraselva		FX1	230.182	762.454	379.902	976.245	413.949	1.000.544	379.326	1.119.822
411605 Missal		FX3	1.164.533	1.310.779	1.504.882	1.863.014	1.694.197	2.051.510	1.898.892	2.344.583
411610 Moreira Sales		FX3	1.562.053	1.293.432	2.082.646	1.933.741	2.188.901	2.034.518	2.451.567	2.221.872
411620 Morretes		FX3	2.913.779	1.671.747	3.495.327	2.158.729	3.678.138	2.323.337	4.118.643	2.965.873
411630 Munhoz de Melo		FX1	450.157	855.735	620.759	1.086.428	743.334	1.119.627	812.310	1.276.852
411640 Nossa Senhora das Graças		FX1	479.393	811.047	613.521	1.073.910	638.228	1.120.057	734.100	1.239.477
411650 Nova Aliança do Ivaí		FX1	264.062	784.133	282.368	942.826	380.796	1.007.915	353.716	1.155.080
411660 Nova América da Colina		FX1	406.198	901.302	561.519	1.208.146	571.429	1.284.254	694.906	1.401.737
411670 Nova Aurora		FX3	1.306.445	1.795.456	1.845.449	2.428.793	2.150.474	2.559.580	2.352.905	2.958.942
411680 Nova Cantu		FX2	1.205.992	978.971	1.603.403	1.306.190	1.558.194	1.413.974	1.651.994	1.582.593
411690 Nova Esperança		FX4	3.004.894	2.214.357	3.673.237	2.896.785	3.954.475	3.292.775	4.380.306	3.867.910
411695 Nova Esperança do Sudoeste		FX2	629.100	1.021.828	849.951	1.304.385	828.566	1.428.009	943.249	1.602.205
411700 Nova Fátima		FX2	971.613	935.327	1.219.214	1.205.079	1.304.451	1.358.019	1.576.560	1.550.232
411705 Nova Laranjeiras		FX3	1.747.656	1.512.770	1.939.859	2.003.843	1.506.987	2.133.277	1.771.686	2.297.990
411710 Nova Londrina		FX3	1.440.620	1.212.783	1.932.882	1.757.253	1.812.567	1.917.742	2.312.612	2.176.179
411720 Nova Olímpia		FX2	632.706	855.413	1.008.163	1.124.714	1.140.977	1.191.122	1.189.502	1.357.744
411725 Nova Prata do Iguaçu		FX3	1.243.166	1.290.540	1.722.568	1.964.810	1.834.584	2.079.675	2.056.998	2.366.628
411721 Nova Santa Bárbara		FX1	590.114	779.596	770.069	982.390	794.315	1.015.484	897.587	1.153.980
411722 Nova Santa Rosa		FX2	776.929	1.306.775	1.087.749	1.671.503	1.154.021	1.895.469	1.366.925	2.249.955
411727 Nova Tebas		FX2	1.314.222	979.926	1.520.929	1.244.069	1.556.575	1.241.077	1.657.130	1.415.655

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411729	Novo Itacolomi	FX1	295.105	845.701	424.192	1.080.255	443.336	1.119.721	504.547	1.288.565
411730	Ortigueira	FX4	3.481.037	2.083.243	3.917.119	3.214.561	4.278.040	3.531.800	4.837.330	3.955.901
411740	Ourizona	FX1	314.310	885.620	465.571	1.104.850	536.292	1.158.533	616.900	1.331.748
411745	Ouro Verde do Oeste	FX2	691.410	948.784	844.533	1.272.782	1.016.315	1.440.311	1.097.425	1.668.389
411750	Paçandu	FX4	3.935.728	2.296.021	5.283.635	2.868.645	6.011.806	3.009.902	6.697.740	3.376.060
411760	Palmas	FX4	6.797.636	3.595.216	8.852.768	4.308.270	9.584.263	4.855.666	10.737.288	5.199.116
411770	Palmeira	FX4	4.150.059	3.570.292	5.595.001	4.532.849	5.251.535	4.761.086	5.939.500	5.504.857
411780	Palmital	FX3	2.191.855	1.388.013	2.909.360	1.971.357	3.115.453	2.041.783	3.570.459	2.339.263
411790	Palotina	FX4	2.801.522	3.227.978	3.744.732	4.405.781	3.986.253	5.040.003	4.599.965	6.146.459
411800	Paraíso do Norte	FX3	1.066.810	1.263.456	1.685.752	1.660.937	2.131.865	1.828.675	2.483.119	2.069.973
411810	Paranacity	FX3	1.127.263	1.124.087	1.711.562	1.422.095	2.017.411	1.560.822	2.175.989	1.681.548
411820	Paranaguá	FX6	17.703.656	11.957.117	20.439.512	12.286.032	22.319.961	12.788.549	27.245.522	14.867.318
411830	Paranapoema	FX1	305.255	776.054	424.575	999.329	398.071	1.046.815	438.683	1.188.088
411840	Paranavaí	FX5	7.510.393	4.573.458	10.147.407	6.765.621	11.722.323	7.809.716	12.996.753	8.656.526
411845	Pato Bragado	FX1	527.965	916.017	793.774	1.139.480	1.015.244	1.309.813	1.014.682	1.738.772
411850	Pato Branco	FX5	6.881.846	5.259.467	9.692.431	7.072.087	11.348.529	8.264.207	12.488.603	9.689.673
411860	Paula Freitas	FX2	620.503	1.014.535	785.429	1.306.187	864.454	1.375.975	1.064.005	1.538.620
411870	Paulo Frontin	FX2	781.152	1.061.133	1.041.687	1.349.857	1.059.587	1.443.559	1.294.110	1.617.444
411880	Peabiru	FX3	1.634.003	1.310.710	2.203.193	1.731.283	2.343.049	1.856.132	2.414.557	2.177.547
411885	Perobal	FX2	629.944	981.256	831.022	1.259.414	974.852	1.386.332	1.237.845	1.602.432
411890	Pérola	FX3	973.829	848.496	1.348.253	1.290.409	1.354.788	1.348.814	1.620.675	1.490.040
411900	Pérola d'Oeste	FX2	839.713	905.408	1.147.093	1.197.064	1.305.919	1.341.501	1.335.785	1.486.695

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411910 Piên		FX3	1.483.562	2.077.158	1.989.363	2.774.653	2.237.846	3.078.957	2.609.748	3.317.617
411915 Pinhais		FX6	12.462.883	8.773.135	17.330.553	12.518.213	19.136.740	14.708.946	22.179.615	16.090.975
411925 Pinhal de São Bento		FX1	399.408	796.991	630.767	968.178	872.303	1.062.141	913.652	1.150.921
411920 Pinhalão		FX2	668.404	898.303	1.021.940	1.135.400	989.215	1.173.890	1.191.126	1.326.570
411930 Pinhão		FX4	5.535.910	2.773.687	7.054.747	3.911.229	7.207.844	4.340.595	8.131.853	4.896.900
411940 Piraí do Sul		FX4	2.923.630	2.904.229	3.903.475	4.117.863	3.957.175	4.707.137	4.630.863	5.527.677
411950 Piraquara		FX5	10.558.595	6.544.530	14.118.182	8.049.099	15.811.557	8.997.168	18.336.009	10.135.448
411960 Pitanga		FX4	4.456.645	2.849.356	5.928.756	3.875.600	5.855.864	4.183.628	6.991.002	4.983.729
411965 Pitangueiras		FX1	328.310	868.661	626.618	1.037.441	840.808	1.172.394	847.607	1.327.927
411970 Planaltina do Paraná		FX1	499.915	895.103	732.641	1.094.066	820.519	1.200.804	930.528	1.322.914
411980 Planalto		FX3	1.357.361	1.500.229	1.806.753	2.310.300	1.971.229	2.427.940	2.127.207	2.747.824
411990 Ponta Grossa		FX6	29.905.052	19.122.729	38.451.627	25.049.815	39.755.472	27.774.307	50.941.979	31.131.587
411995 Pontal do Paraná		FX4	2.472.979	1.536.679	3.356.798	1.899.213	3.735.033	2.265.604	4.471.941	2.308.018
412000 Porecatu		FX3	1.636.865	1.405.270	2.267.313	2.041.560	2.400.355	2.195.824	2.574.044	2.417.421
412010 Porto Amazonas		FX1	681.316	890.594	931.628	1.130.392	834.555	1.163.474	1.018.425	1.281.557
412015 Porto Barreiro		FX1	558.167	907.949	627.319	1.131.349	645.046	1.182.197	673.600	1.338.176
412020 Porto Rico		FX1	342.346	895.276	433.414	1.102.028	557.829	1.206.384	552.678	1.348.154
412030 Porto Vitória		FX1	551.939	889.876	689.098	1.145.351	758.535	1.186.068	840.429	1.323.053
412033 Prado Ferreira		FX1	401.036	902.050	536.663	1.162.119	613.828	1.169.628	688.764	1.313.442
412035 Pranchita		FX2	709.294	910.989	916.896	1.212.341	999.237	1.385.696	1.049.253	1.565.984
412040 Presidente Castelo Branco		FX1	616.850	840.954	787.674	1.086.820	896.675	1.176.026	1.023.859	1.273.518

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412050	Primeiro de Maio	FX3	935.018	1.044.683	1.453.803	1.800.110	1.615.249	1.900.328	1.860.893	2.268.230
412060	Prudentópolis	FX4	5.770.912	3.414.354	6.751.737	4.891.831	7.004.027	5.264.014	8.870.070	6.344.641
412065	Quarto Centenário	FX1	618.631	1.042.307	737.828	1.323.407	920.812	1.434.958	1.026.393	1.651.216
412070	Quatiguá	FX2	620.969	923.007	790.435	1.210.581	1.082.395	1.294.584	1.195.125	1.475.566
412080	Quatro Barras	FX3	2.213.449	2.767.080	2.812.291	3.605.846	3.179.792	3.918.741	3.741.353	4.477.178
412085	Quatro Pontes	FX1	378.529	1.011.354	463.338	1.295.331	510.132	1.391.068	557.731	1.620.797
412090	Quedas do Iguaçu	FX4	3.404.768	2.855.255	5.633.461	3.924.847	5.716.339	3.876.436	6.310.267	4.311.252
412100	Querência do Norte	FX3	1.662.761	1.547.915	2.179.448	1.945.187	2.449.935	2.048.836	2.510.286	2.340.997
412110	Quinta do Sol	FX2	740.865	1.030.692	939.036	1.314.035	986.243	1.379.782	1.051.372	1.594.087
412120	Quitandinha	FX3	2.021.386	1.662.110	2.451.433	2.166.249	2.539.655	2.318.240	2.925.633	2.641.609
412125	Ramilândia	FX1	691.961	915.242	866.288	1.161.369	888.004	1.216.386	1.052.347	1.397.535
412130	Rancho Alegre	FX1	533.135	885.397	545.000	939.245	744.445	1.189.004	834.499	1.290.457
412135	Rancho Alegre D'Oeste	FX1	365.386	948.992	445.365	1.200.026	600.000	1.440.000	630.217	1.454.539
412140	Realeza	FX3	1.628.489	1.573.564	2.172.138	2.172.319	2.609.291	2.492.237	2.826.569	2.762.734
412150	Rebouças	FX3	1.926.952	1.743.286	2.350.171	2.217.525	2.484.915	2.300.430	2.777.074	2.586.434
412160	Renascença	FX2	884.379	1.113.414	1.088.725	1.522.161	1.220.180	1.641.357	1.305.614	1.932.570
412170	Reserva	FX4	3.853.661	2.295.155	5.047.907	3.089.801	5.449.518	3.442.289	6.105.920	3.886.628
412175	Reserva do Iguaçu	FX2	1.437.922	1.094.938	2.316.671	1.337.540	1.984.949	1.558.518	2.179.309	1.758.562
412180	Ribeirão Claro	FX3	1.299.054	1.275.508	1.780.245	1.860.583	1.952.426	1.975.660	2.044.202	2.171.096
412190	Ribeirão do Pinhal	FX3	1.797.421	1.141.076	2.352.286	1.492.347	2.402.615	1.824.847	2.633.239	1.962.747
412200	Rio Azul	FX3	1.927.933	1.603.206	2.409.123	2.054.114	2.357.022	2.609.484	2.676.778	2.895.357
412210	Rio Bom	FX1	393.917	807.698	603.491	1.028.844	686.977	1.062.038	761.416	1.206.198
412215	Rio Bonito do Iguaçu	FX3	2.995.196	2.005.222	3.267.755	2.289.251	3.288.340	2.719.010	3.652.890	2.984.224
412217	Rio Branco do Ivaí	FX1	592.218	869.343	673.791	1.103.378	664.764	1.145.481	801.439	1.304.015

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412220	Rio Branco do Sul	FX4	5.438.758	4.280.093	6.171.211	5.617.660	6.687.220	5.928.803	7.579.340	6.480.975
412230	Rio Negro	FX4	3.531.347	2.886.527	4.577.790	3.698.226	5.135.175	4.442.401	5.675.725	4.990.763
412240	Rolândia	FX5	5.015.053	5.228.342	6.687.900	6.788.015	7.128.833	7.576.602	8.444.295	8.477.137
412250	Roncador	FX3	1.468.086	1.334.742	1.863.400	1.839.012	2.004.271	1.950.635	2.272.255	2.304.997
412260	Rondon	FX2	1.001.623	1.222.337	1.441.437	1.741.302	1.571.638	1.934.980	1.781.067	3.028.694
412265	Rosário do Ivaí	FX2	791.847	800.029	1.061.069	1.109.676	1.066.276	1.124.701	1.168.566	1.281.314
412270	Sabáudia	FX2	732.153	1.077.464	925.521	1.342.754	1.032.330	1.526.394	1.137.849	1.733.347
412280	Salgado Filho	FX1	690.459	854.242	926.933	1.197.066	1.003.305	1.226.360	1.051.129	1.387.872
412290	Salto do Itararé	FX2	570.891	791.521	723.546	1.139.389	798.073	1.147.707	852.836	1.228.464
412300	Salto do Lontra	FX3	1.640.549	1.437.334	2.188.124	1.895.461	2.307.867	2.024.214	2.474.098	2.393.925
412310	Santa Amélia	FX1	649.848	816.423	842.671	1.025.862	885.868	1.043.593	830.344	1.182.276
412320	Santa Cecília do Pavão	FX1	467.125	749.709	670.000	1.060.200	750.000	1.056.833	800.000	1.265.891
412330	Santa Cruz de Monte Castelo	FX2	756.767	908.272	974.324	1.298.592	1.202.756	1.388.065	1.374.429	1.597.705
412340	Santa Fé	FX3	1.055.991	918.099	1.545.708	1.316.133	1.709.788	1.690.606	2.033.672	1.946.204
412350	Santa Helena	FX4	2.876.788	2.284.613	3.759.613	3.247.054	4.244.337	3.988.827	4.776.010	4.587.844
412360	Santa Inês	FX1	252.508	795.337	301.140	989.376	256.800	1.046.556	287.573	1.139.183
412370	Santa Isabel do Ivaí	FX2	797.243	891.946	996.450	1.239.298	1.156.777	1.298.750	1.352.086	1.522.387
412380	Santa Izabel do Oeste	FX3	1.262.677	1.342.531	1.682.516	1.833.074	1.801.750	1.983.769	2.011.173	3.174.323
412382	Santa Lúcia	FX1	494.970	902.253	690.146	1.143.579	621.408	1.180.073	714.775	1.345.459
412385	Santa Maria do Oeste	FX3	1.830.938	1.575.984	2.240.702	1.738.649	2.176.050	1.714.117	2.463.961	1.978.917
412390	Santa Mariana	FX3	1.287.628	1.384.991	1.745.875	1.815.002	1.889.111	1.985.776	1.990.548	2.222.386
412395	Santa Mônica	FX1	428.931	968.772	589.430	1.231.875	697.434	1.293.453	874.833	1.479.525
412402	Santa Tereza do Oeste	FX3	1.336.283	1.513.530	1.715.406	1.471.149	1.812.696	1.517.281	2.129.401	1.842.967

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412405	Santa Terezinha de Itaipu	FX4	2.550.128	2.238.451	3.371.268	2.883.739	3.681.125	3.167.505	4.379.966	3.904.607
412400	Santana do Itararé	FX2	683.185	773.067	817.885	1.111.887	872.540	1.153.501	906.804	1.309.462
412410	Santo Antônio da Platina	FX4	4.800.050	2.511.507	6.062.172	3.904.668	6.392.289	4.249.803	7.149.239	4.816.800
412420	Santo Antônio do Caiuá	FX1	338.276	777.274	534.255	995.400	558.306	1.026.508	585.945	1.146.297
412430	Santo Antônio do Paraíso	FX1	274.947	915.822	371.887	1.103.628	494.819	1.225.371	508.808	1.367.855
412440	Santo Antônio do Sudoeste	FX3	2.480.098	1.749.678	3.235.659	2.438.766	3.448.177	2.589.343	4.040.471	2.930.981
412450	Santo Inácio	FX2	607.185	940.547	745.481	1.216.029	848.362	1.332.464	948.890	1.749.291
412460	São Carlos do Ivaí	FX2	624.945	1.120.885	865.875	1.545.771	1.138.985	1.688.609	1.170.486	1.845.295
412470	São Jerônimo da Serra	FX3	1.931.935	1.232.896	2.404.253	1.671.929	2.080.810	1.855.238	2.354.082	2.029.440
412480	São João	FX3	1.165.262	1.301.136	1.586.851	1.942.748	1.667.007	1.968.437	1.904.190	2.268.282
412490	São João do Caiuá	FX2	917.437	845.352	1.298.756	1.091.888	1.352.506	1.140.583	1.362.288	1.299.750
412500	São João do Ivaí	FX3	1.421.300	1.216.010	1.942.656	1.653.514	2.104.723	1.735.816	2.290.938	1.985.969
412510	São João do Triunfo	FX3	2.102.023	1.544.825	2.641.490	2.190.922	2.558.080	2.317.105	2.915.525	2.585.756
412530	São Jorge do Ivaí	FX2	541.397	1.040.113	751.604	1.394.230	922.855	1.528.188	1.067.595	1.739.861
412535	São Jorge do Patrocínio	FX2	687.135	1.400.474	957.756	1.893.150	1.117.215	2.021.449	1.201.487	2.426.165
412520	São Jorge d'Oeste	FX2	928.754	1.480.127	1.215.511	1.965.353	1.405.619	2.209.981	1.404.932	3.289.956
412540	São José da Boa Vista	FX2	759.565	879.624	1.194.416	1.239.935	1.312.369	1.308.813	1.377.043	1.493.807
412545	São José das Palmeiras	FX1	479.569	751.658	620.623	1.082.644	753.590	1.114.874	808.075	1.248.310
412550	São José dos Pinhais	FX6	28.840.709	27.650.960	36.981.861	40.731.274	40.851.330	52.161.538	46.332.529	59.621.694
412555	São Manoel do Paraná	FX1	261.191	1.043.569	385.555	1.331.803	410.109	1.402.033	478.799	1.588.971
412560	São Mateus do Sul	FX4	4.721.114	4.041.589	6.019.308	5.323.920	6.482.971	5.857.405	7.233.169	6.503.606
412570	São Miguel do Iguaçu	FX4	3.195.530	2.793.466	3.837.696	3.713.743	4.080.408	4.342.354	4.560.584	5.149.994
412575	São Pedro do Iguaçu	FX2	883.433	1.097.573	1.210.759	1.349.736	1.256.724	1.440.278	1.380.139	1.695.641
412580	São Pedro do Ivaí	FX3	1.074.612	1.131.744	1.422.486	1.703.465	1.576.270	2.006.542	1.684.283	2.336.958

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412590	São Pedro do Paraná	FX1	327.960	915.291	427.804	1.164.105	501.984	1.195.240	501.977	1.335.867
412600	São Sebastião da Amoreira	FX2	1.175.808	1.156.647	1.283.295	1.366.013	1.266.278	1.453.855	1.651.766	1.650.296
412610	São Tomé	FX2	593.599	1.101.804	826.198	1.502.607	981.155	1.638.907	1.086.515	1.811.028
412620	Sapopema	FX2	1.022.652	807.807	1.267.811	1.145.765	1.343.057	1.195.817	1.652.652	1.348.403
412625	Sarandi	FX5	9.119.048	3.945.023	12.491.919	4.896.093	13.343.118	5.552.993	14.772.366	6.410.077
412627	Saudade do Iguaçu	FX2	667.398	2.181.059	837.721	2.143.026	931.159	2.301.401	1.019.245	2.650.391
412630	Sengés	FX3	2.975.843	2.672.358	3.683.754	3.523.406	3.650.867	3.522.641	3.716.507	3.738.250
412635	Serranópolis do Iguaçu	FX1	430.463	1.481.071	550.334	1.861.004	638.853	2.007.661	728.637	2.340.372
412640	Sertaneja	FX2	763.466	1.217.774	1.029.658	1.437.457	1.170.188	1.570.371	1.298.517	1.893.606
412650	Sertanópolis	FX3	1.442.865	2.034.538	1.942.093	2.462.596	2.094.620	2.651.099	2.287.190	3.110.349
412660	Siqueira Campos	FX3	2.361.360	1.899.717	2.738.801	2.248.863	2.793.603	2.679.017	3.212.360	3.073.717
412665	Sulina	FX1	410.667	879.953	514.265	1.248.892	541.175	1.207.528	618.640	1.385.507
412667	Tamarana	FX3	1.352.362	1.438.571	1.628.182	1.776.328	1.695.396	2.000.188	1.947.813	2.278.749
412670	Tamboara	FX1	428.178	871.883	573.506	1.129.954	669.996	1.184.222	700.100	1.353.312
412680	Tapejara	FX3	1.697.408	1.723.047	2.344.305	2.214.026	2.594.138	2.545.584	2.726.443	3.177.224
412690	Tapira	FX2	682.571	861.617	970.025	1.224.527	1.046.230	1.265.028	1.166.341	1.456.510
412700	Teixeira Soares	FX3	1.370.436	1.262.284	1.701.543	1.691.040	1.914.028	2.078.600	2.100.459	2.385.466
412710	Telêmaco Borba	FX5	7.760.025	6.985.743	10.459.566	9.972.322	11.434.356	10.060.371	12.535.980	10.451.299
412720	Terra Boa	FX3	1.506.131	1.405.754	2.313.570	2.061.820	2.753.814	2.307.736	3.122.145	2.542.005
412730	Terra Rica	FX3	1.633.983	1.352.487	2.213.799	1.954.504	2.282.979	2.141.389	2.597.114	2.524.696
412740	Terra Roxa	FX3	1.654.854	1.906.995	2.309.954	2.594.854	2.627.992	3.051.598	2.819.722	3.475.378
412750	Tibagi	FX3	3.052.094	2.840.660	3.957.358	3.873.226	4.036.267	4.410.996	4.586.028	5.278.798
412760	Tijucas do Sul	FX3	1.993.236	1.663.712	2.552.555	1.995.995	2.940.492	2.549.051	3.147.991	2.761.053

APÊNDICE 3A – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2007 a 2010 – EM REAIS (1,00)

Código	Município	Faixa Pop.	2007		2008		2009		(continuação) 2010	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412770 Toledo		FX6	11.911.267	9.504.551	15.998.124	12.625.870	19.239.090	14.642.264	21.437.160	16.970.326
412780 Tomazina		FX2	762.287	950.890	997.614	1.334.496	1.029.999	1.416.853	1.208.066	1.613.160
412785 Três Barras do Paraná		FX3	1.553.389	1.582.679	1.810.663	2.276.356	1.937.413	2.502.231	2.078.853	2.778.247
412788 Tunas do Paraná		FX2	1.284.124	1.174.102	1.600.424	1.528.722	1.792.213	1.533.051	1.978.558	1.593.727
412790 Tuneiras do Oeste		FX2	960.834	998.624	1.303.323	1.349.632	1.395.035	1.544.408	1.579.256	1.719.605
412795 Tupãssi		FX2	796.243	1.258.891	1.355.470	1.630.470	1.539.948	1.895.691	1.756.522	2.212.920
412796 Turvo		FX3	2.405.827	1.772.247	2.980.603	2.481.796	3.048.599	2.669.779	3.357.118	3.000.413
412800 Ubatã		FX4	2.075.431	2.080.975	2.713.013	2.829.223	3.200.224	3.248.374	3.682.563	3.637.844
412810 Umuarama		FX6	6.112.744	4.995.950	8.936.089	7.385.551	10.761.941	8.584.281	12.776.219	9.572.188
412820 União da Vitória		FX5	7.153.899	4.115.820	8.154.815	5.412.144	9.040.453	5.758.946	10.329.092	6.209.785
412830 Uniflor		FX1	306.592	767.587	482.320	975.678	574.021	1.003.297	647.913	1.131.165
412840 Uraí		FX3	1.200.916	1.074.018	1.656.219	1.551.768	1.923.275	1.651.630	2.109.230	1.869.116
412853 Ventania		FX2	1.573.010	1.331.039	2.008.261	1.990.757	2.160.881	2.182.662	2.231.908	2.375.363
412855 Vera Cruz do Oeste		FX2	1.128.313	1.059.660	1.423.165	1.456.751	1.365.584	1.582.739	1.429.066	1.816.235
412860 Verê		FX2	852.183	1.181.035	1.033.797	1.547.615	1.108.820	1.750.960	1.246.049	2.015.125
412865 Virmond		FX1	521.570	876.643	673.752	1.143.749	711.696	1.190.629	859.366	1.344.292
412870 Vitorino		FX2	649.755	1.105.588	896.796	1.445.254	950.197	1.583.844	1.094.758	1.852.004
412850 Wenceslau Braz		FX3	2.146.388	1.553.203	2.913.010	2.308.682	2.728.202	2.451.187	2.952.551	2.815.940
412880 Xambrê		FX2	664.507	823.396	800.744	1.196.787	985.509	1.237.259	1.012.561	1.369.276

Fonte: SIOPE e FINBRA – 2007 A 2010. Autora (2016)

Legenda: s/v – sem valor informado no sistema.

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continua)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410010	Abatiá	FX2	1.398.447	1.598.335	1.485.420	1.664.686	1.773.598	1.835.034	s/v	s/v
410020	Adrianópolis	FX2	1.614.178	2.310.323	1.620.648	2.449.452	1.915.724	2.823.470	s/v	s/v
410030	Agudos do Sul	FX2	1.935.416	1.744.509	2.018.875	1.909.025	2.462.244	2.092.682	2.697.545	2.241.687
410040	Almirante Tamandaré	FX6	25.250.148	9.287.995	22.574.035	10.248.496	25.387.943	11.378.797	28.854.069	9.204.020
410045	Altamira do Paraná	FX1	1.011.380	1.513.878	1.020.990	1.697.018	1.199.887	1.823.868	1.267.916	1.980.213
412862	Alto Paraíso	FX1	871.019	2.729.730	992.478	2.561.694	1.160.251	2.984.020	1.335.699	3.348.501
410060	Alto Paraná	FX3	3.207.418	2.915.808	3.498.309	3.055.647	4.036.581	3.160.325	4.647.130	3.519.246
410070	Alto Piquiri	FX3	2.166.360	2.024.717	2.253.459	2.413.768	2.585.844	2.435.571	3.291.412	3.186.352
410050	Altônia	FX4	4.346.496	4.567.916	4.097.169	4.577.679	4.742.342	4.833.136	5.014.270	5.037.783
410080	Alvorada do Sul	FX3	1.842.883	2.527.473	1.747.147	2.687.811	2.068.619	3.061.452	2.543.352	3.375.612
410090	Amaporã	FX2	1.410.630	1.673.323	1.518.272	1.777.549	1.757.821	1.984.708	2.003.889	2.167.881
410100	Ampére	FX3	3.978.962	3.746.308	4.240.209	3.954.165	5.025.928	4.376.278	5.759.185	4.818.867
410105	Anahy	FX1	639.466	1.540.160	643.964	1.591.873	767.537	1.801.183	884.432	1.980.561
410110	Andirá	FX4	4.778.020	4.365.686	4.896.349	4.520.565	5.936.627	5.110.677	6.420.994	5.919.105
410115	Ângulo	FX1	724.219	1.495.629	785.941	1.623.618	910.416	1.790.869	1.026.561	1.964.587
410120	Antonina	FX3	4.265.731	3.853.003	4.337.628	4.183.897	4.737.464	4.620.941	5.295.988	5.071.071
410130	Antônio Olinto	FX2	1.667.193	2.054.113	1.757.155	2.225.497	2.159.742	2.436.610	2.389.806	2.657.219
410140	Apucarana	FX6	24.615.603	13.549.872	27.444.400	14.554.989	32.458.093	16.236.560	35.882.658	17.362.163
410150	Arapongas	FX6	17.046.648	15.105.962	18.825.919	16.764.665	22.004.805	18.567.917	23.910.762	20.644.110
410160	Arapoti	FX4	5.510.712	6.500.589	6.065.130	6.522.034	6.693.450	7.042.011	7.191.279	7.904.211
410165	Arapuã	FX1	875.550	1.616.222	885.863	1.745.794	1.057.517	1.856.788	1.188.741	2.051.513
410170	Araruna	FX3	2.737.703	2.937.556	2.988.100	3.241.684	3.230.687	3.687.521	3.737.483	4.512.516
410180	Araucária	FX6	44.692.577	71.303.670	49.907.123	114.431.164	57.071.438	79.469.698	64.150.963	84.394.429

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410185	Ariranha do Ivaí	FX1	517.130	1.504.683	577.748	1.593.312	709.007	1.774.795	912.716	1.914.237
410190	Assaí	FX3	3.455.101	3.231.374	3.750.680	3.421.179	4.579.852	3.974.282	5.592.804	4.365.014
410200	Assis Chateaubriand	FX4	7.151.776	6.782.026	7.417.970	7.278.831	8.381.580	8.505.966	9.631.487	9.082.095
410210	Astorga	FX4	4.558.493	4.959.815	5.442.888	5.289.447	6.166.580	5.840.272	7.130.405	6.424.580
410220	Atalaia	FX1	855.603	1.546.431	994.553	1.611.514	1.172.145	1.782.191	1.382.032	1.947.044
410230	Balsa Nova	FX3	2.958.214	4.205.224	3.494.763	4.470.036	4.375.458	4.857.480	5.130.337	5.497.542
410240	Bandeirantes	FX4	6.838.894	4.897.117	7.140.670	5.160.751	8.818.081	5.686.895	10.138.105	6.076.006
410250	Barbosa Ferraz	FX3	2.627.549	2.335.566	2.676.234	2.748.143	3.138.654	2.614.632	3.406.422	2.868.650
410270	Barra do Jacaré	FX1	528.451	1.629.416	614.843	1.703.546	708.985	1.908.977	784.977	2.135.582
410260	Barracão	FX2	2.267.013	1.950.762	2.358.369	2.161.840	2.781.220	2.395.621	3.096.574	2.680.139
410275	Bela Vista da Caroba	FX1	971.741	1.531.408	909.467	1.588.739	1.037.944	1.725.084	1.332.511	1.873.032
410280	Bela Vista do Paraíso	FX3	2.384.840	2.922.140	2.320.437	3.061.277	3.074.128	3.400.898	3.405.085	3.798.665
410290	Bituruna	FX3	4.735.191	3.657.371	4.707.862	3.759.892	5.686.775	4.136.881	6.419.529	4.420.552
410300	Boa Esperança	FX1	987.680	2.091.827	1.085.353	2.153.356	1.152.562	2.322.984	1.287.229	2.542.720
410302	Boa Esperança do Iguaçu	FX1	717.788	1.645.115	739.686	1.715.945	886.485	1.879.879	930.667	2.041.568
410304	Boa Ventura de São Roque	FX2	1.821.295	2.129.699	1.990.029	2.260.707	1.959.072	2.482.262	2.361.140	2.741.919
410305	Boa Vista da Aparecida	FX2	1.773.813	1.941.932	2.051.858	2.163.220	2.414.609	2.217.378	3.015.821	2.404.324
410310	Bocaiúva do Sul	FX3	3.049.467	2.299.848	3.153.251	2.450.201	3.711.558	2.714.481	4.630.323	2.944.837
410315	Bom Jesus do Sul	FX1	1.171.490	1.514.201	1.188.054	1.575.418	1.246.547	1.764.015	1.456.336	1.921.340
410320	Bom Sucesso	FX2	1.597.388	1.942.024	1.729.744	1.912.649	2.172.870	2.110.892	2.497.295	2.307.684
410322	Bom Sucesso do Sul	FX1	580.821	1.873.713	585.701	2.014.332	781.165	2.186.319	955.530	2.428.836
410330	Borrazópolis	FX2	1.203.833	1.915.125	1.364.146	2.018.545	1.619.996	2.105.886	1.837.024	2.316.572
410335	Braganey	FX2	1.494.022	1.895.062	1.723.839	1.982.191	1.882.966	2.159.318	2.277.128	2.389.450
410337	Brasilândia do Sul	FX1	875.086	1.825.087	877.233	1.975.201	964.822	2.097.790	1.190.662	2.253.834

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410340	Cafeara	FX1	948.525	1.449.760	928.730	1.534.498	1.076.805	1.690.172	1.217.494	1.837.684
410345	Cafelândia	FX3	3.458.618	4.750.881	4.033.948	4.978.910	5.029.717	5.999.068	5.617.914	6.817.006
410347	Cafezal do Sul	FX1	898.162	1.690.443	932.920	1.776.376	1.056.708	1.874.375	1.361.645	2.026.303
410350	Califórnia	FX2	1.753.242	1.690.171	1.935.142	1.808.218	2.334.402	1.979.078	2.826.185	2.152.168
410360	Cambará	FX4	3.186.331	4.638.333	4.064.942	4.795.560	4.769.344	5.296.708	5.027.627	5.825.666
410370	Cambé	FX5	15.095.623	13.727.189	17.021.202	14.685.460	20.223.869	16.302.846	23.327.112	19.026.482
410380	Cambira	FX2	1.456.464	1.997.712	1.650.311	2.175.475	2.009.100	2.342.283	2.347.881	2.532.977
410390	Campina da Lagoa	FX3	3.411.714	3.358.041	3.499.670	3.650.203	4.420.347	3.899.501	5.370.597	4.369.793
410395	Campina do Simão	FX1	1.209.893	1.612.832	1.277.069	1.687.654	1.445.481	1.858.844	1.713.196	2.073.789
410400	Campina Grande do Sul	FX4	9.416.397	5.973.821	10.324.290	6.431.498	11.616.845	7.496.736	14.997.974	8.220.358
410405	Campo Bonito	FX1	986.400	1.999.566	1.111.660	2.117.101	1.314.696	2.229.591	1.633.552	2.469.780
410410	Campo do Tenente	FX2	1.623.175	1.865.297	1.865.121	1.966.692	2.191.890	2.121.862	2.629.421	2.361.492
410420	Campo Largo	FX6	25.938.994	14.137.267	28.504.523	15.411.769	32.273.676	17.493.682	37.540.904	19.914.747
410425	Campo Magro	FX4	5.969.905	5.045.577	6.732.354	5.475.161	7.841.813	6.054.221	8.570.124	6.661.028
410430	Campo Mourão	FX5	20.486.873	11.284.454	21.831.186	14.000.257	25.738.237	13.735.960	27.291.638	15.438.247
410440	Cândido de Abreu	FX3	3.919.584	3.289.385	3.598.435	3.390.814	4.510.562	3.828.114	5.199.376	4.264.844
410442	Candói	FX3	3.912.012	4.353.271	3.911.451	4.637.592	4.679.854	5.085.560	5.199.800	5.612.123
410445	Cantagalo	FX3	3.685.750	2.387.197	3.880.292	2.543.679	4.152.864	2.791.094	4.838.660	3.011.645
410450	Capanema	FX3	3.695.570	4.431.355	3.985.146	4.619.458	5.085.947	5.032.934	5.465.586	5.608.505
410460	Capitão Leônidas Marques	FX3	2.781.102	4.242.002	2.927.215	4.361.894	3.345.219	4.688.945	3.952.721	5.205.649
410465	Carambeí	FX3	5.057.856	7.433.382	6.370.034	8.174.933	7.091.495	8.974.194	7.664.096	9.485.663
410470	Carlópolis	FX3	2.639.950	2.905.844	2.940.997	3.127.730	3.691.922	3.527.446	4.369.091	3.917.952
410480	Cascavel	FX6	51.793.068	31.040.722	59.133.583	33.808.316	71.815.918	37.704.783	80.250.048	41.433.898
410490	Castro	FX5	18.059.956	13.300.002	19.457.251	14.693.676	21.184.304	15.436.466	23.258.315	17.405.921

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410500	Catanduvas	FX3	2.273.381	2.706.078	2.381.400	2.543.394	3.198.417	2.684.580	3.260.421	3.448.897
410510	Centenário do Sul	FX3	2.170.422	2.226.292	2.143.914	2.524.240	2.429.910	2.643.948	3.060.411	3.059.116
410520	Cerro Azul	FX3	4.285.730	3.174.162	4.664.088	3.826.343	5.083.471	4.231.324	5.511.253	4.944.649
410530	Céu Azul	FX3	2.731.249	4.326.139	2.870.581	6.638.080	3.448.529	4.795.736	3.980.610	5.215.729
410540	Chopinzinho	FX3	4.555.240	5.050.709	5.215.239	5.356.424	6.607.607	6.204.255	7.367.194	6.022.227
410550	Cianorte	FX5	11.824.104	10.277.488	13.137.909	11.430.056	15.427.153	13.434.738	18.352.544	15.004.256
410560	Cidade Gaúcha	FX3	2.769.542	2.704.303	2.776.869	2.940.912	3.556.520	3.556.512	3.904.481	3.711.892
410570	Clevelândia	FX3	3.756.988	3.621.350	4.001.342	3.829.665	4.567.499	4.067.736	5.256.739	4.457.828
410580	Colombo	FX6	51.068.447	19.298.408	55.364.434	21.457.648	66.629.880	23.487.354	s/v	s/v
410590	Colorado	FX4	3.776.104	4.358.706	4.283.912	5.102.037	4.872.283	5.695.901	5.249.563	6.112.416
410600	Congonhinhas	FX2	1.916.182	2.072.837	2.129.272	2.107.508	2.435.855	2.334.263	2.901.408	2.571.778
410610	Conselheiro Mairinck	FX1	783.183	1.453.124	960.210	1.517.980	1.155.754	1.624.416	1.218.110	1.830.103
410620	Contenda	FX3	3.843.959	2.966.041	4.141.197	3.141.976	5.337.550	3.464.769	5.763.699	4.210.134
410630	Corbélia	FX3	4.328.076	3.778.998	4.275.378	4.982.470	4.875.648	4.509.581	5.386.007	5.030.574
410640	Cornélio Procopio	FX4	6.979.497	6.878.740	7.544.870	7.308.412	8.339.685	4.574.901	9.339.212	8.905.082
410645	Coronel Domingos Soares	FX2	2.093.199	2.046.919	2.198.820	2.183.425	2.605.291	2.446.817	3.085.759	2.670.764
410650	Coronel Vivida	FX4	4.127.106	4.233.539	4.677.588	4.728.023	5.115.356	4.941.228	6.113.267	5.353.361
410655	Corumbataí do Sul	FX1	862.615	1.523.303	957.082	1.586.746	1.000.269	1.844.086	1.239.782	1.988.905
410680	Cruz Machado	FX3	4.742.020	4.469.823	4.931.054	4.665.261	5.372.381	5.101.615	5.687.006	5.552.167
410657	Cruzeiro do Iguaçu	FX1	1.134.797	2.034.375	1.223.503	2.153.613	1.456.142	2.328.835	1.516.669	2.454.208
410660	Cruzeiro do Oeste	FX4	4.065.257	3.735.968	4.557.249	4.004.449	5.479.391	4.533.017	5.958.142	5.068.653
410670	Cruzeiro do Sul	FX1	927.669	1.887.213	1.078.304	1.850.913	1.397.452	1.783.375	1.507.262	2.094.052
410685	Cruzmaltina	FX1	639.617	1.604.721	644.177	1.724.791	638.380	1.836.828	806.415	2.032.268
410690	Curitiba	FX7	297.999.298	200.493.294	336.924.868	224.598.474	381.708.968	253.140.675	430.263.911	270.429.873

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410700	Curiúva	FX3	3.184.840	2.797.997	3.486.084	2.938.044	3.939.417	3.243.123	4.136.489	3.498.802
410710	Diamante do Norte	FX2	1.245.842	2.154.406	1.363.016	2.323.748	1.481.752	2.517.844	1.672.671	2.747.289
410712	Diamante do Sul	FX1	892.717	1.462.968	944.957	1.539.625	1.046.977	1.747.370	1.265.033	1.805.015
410715	Diamante D'Oeste	FX2	1.001.010	1.760.410	1.113.949	1.839.448	1.359.179	2.043.330	1.598.918	2.226.603
410720	Dois Vizinhos	FX4	7.289.162	7.046.240	8.087.939	7.603.040	9.735.707	8.312.985	11.744.054	9.513.059
410725	Douradina	FX2	1.527.151	2.366.799	1.650.455	2.425.659	2.083.330	2.581.735	2.548.168	2.723.719
410730	Doutor Camargo	FX2	1.135.949	1.642.826	1.244.812	2.156.337	1.437.895	1.857.902	1.605.663	2.025.585
412863	Doutor Ulysses	FX2	1.578.113	1.686.670	1.679.137	1.762.701	1.874.043	1.909.026	s/v	s/v
410740	Enéas Marques	FX2	1.369.785	2.379.230	1.457.303	2.483.575	1.670.769	2.700.216	1.893.473	2.902.866
410750	Engenheiro Beltrão	FX3	3.108.313	3.272.966	3.232.073	3.401.972	3.866.593	3.933.040	4.527.494	4.418.087
410753	Entre Rios do Oeste	FX1	945.107	1.882.940	1.102.460	2.043.866	1.202.835	2.188.725	1.476.609	2.407.408
410752	Esperança Nova	FX1	443.285	1.428.134	503.297	1.558.268	494.131	1.637.534	570.085	1.785.868
410754	Espigão Alto do Iguaçu	FX1	1.159.363	1.940.293	1.208.357	2.158.652	1.304.561	2.235.138	1.532.176	2.427.645
410755	Farol	FX1	939.294	1.760.224	923.768	1.833.270	1.140.424	2.049.223	1.226.865	2.266.393
410760	Faxinal	FX3	3.167.024	3.363.808	3.171.356	3.504.626	3.375.078	3.714.230	3.840.091	4.630.342
410765	Fazenda Rio Grande	FX5	19.751.886	7.335.182	23.242.926	7.984.736	29.224.838	9.108.764	34.642.741	9.902.427
410770	Fênix	FX1	1.041.662	1.822.734	1.129.219	2.679.214	1.440.897	2.324.669	1.347.886	2.604.611
410773	Fernandes Pinheiro	FX2	1.641.530	2.348.392	1.839.833	2.544.800	1.957.470	2.905.588	1.999.594	3.292.686
410775	Figueira	FX2	1.722.672	1.580.671	1.882.159	1.655.474	2.207.004	1.800.459	2.581.806	1.942.192
410785	Flor da Serra do Sul	FX1	1.056.584	2.114.682	1.042.561	2.292.676	1.423.499	2.480.994	1.524.879	2.731.671
410780	Floraí	FX2	830.315	1.734.993	936.515	1.826.565	1.218.280	2.032.919	1.487.707	2.264.878
410790	Floresta	FX2	1.452.246	1.707.581	1.581.111	1.807.424	1.772.093	2.011.394	2.037.020	2.183.017
410800	Florestópolis	FX3	1.957.719	2.157.106	2.026.198	2.408.498	2.384.039	2.595.362	2.747.047	2.856.503
410810	Flórida	FX1	707.503	1.408.387	842.978	1.445.663	864.278	1.564.184	955.599	1.687.164

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410820	Formosa do Oeste	FX2	1.212.695	2.343.392	1.274.910	2.548.206	1.502.281	2.633.378	1.764.289	2.933.027
410830	Foz do Iguaçu	FX6	53.349.222	34.263.575	60.818.227	35.999.557	66.253.148	36.780.450	74.179.861	39.647.023
410845	Foz do Jordão	FX2	1.544.669	1.908.745	1.548.786	2.000.727	1.814.202	2.054.498	2.082.158	2.197.526
410832	Francisco Alves	FX2	1.545.297	1.983.430	1.836.084	2.165.715	2.164.789	2.283.462	2.452.496	2.509.076
410840	Francisco Beltrão	FX5	17.289.980	11.056.865	19.036.042	12.122.239	23.066.361	13.566.701	25.243.100	15.363.576
410850	General Carneiro	FX3	3.609.506	3.051.273	3.723.966	3.201.968	4.561.705	3.446.079	4.959.994	3.634.724
410855	Godoy Moreira	FX1	657.315	1.413.829	691.537	1.496.220	900.037	1.609.356	880.741	1.798.519
410860	Goioerê	FX4	5.744.607	4.748.511	6.211.506	5.103.424	6.773.406	5.480.814	7.683.778	6.126.798
410865	Goioxim	FX2	2.235.968	1.890.651	2.262.174	1.999.585	2.671.003	2.214.504	2.930.435	2.414.061
410870	Grandes Rios	FX2	1.411.229	1.610.026	1.419.912	1.634.404	1.754.424	1.855.501	2.184.530	2.019.474
410880	Guaíra	FX4	6.245.320	5.338.866	6.796.710	5.491.094	8.526.472	6.159.519	9.597.514	6.627.861
410890	Guairaçá	FX2	1.515.560	1.846.890	1.542.105	1.950.116	1.554.860	2.181.846	1.866.354	2.436.745
410895	Guamiranga	FX2	2.221.651	1.946.128	2.422.977	2.094.698	2.811.158	2.267.540	3.139.617	2.426.672
410900	Guapirama	FX1	882.381	1.585.926	1.009.562	1.757.369	1.149.393	1.773.396	1.522.674	1.963.025
410910	Guaporema	FX1	545.925	1.553.218	585.258	1.660.092	636.828	1.806.495	660.278	1.964.135
410920	Guaraci	FX2	1.213.432	1.785.403	1.443.860	1.983.143	1.447.991	2.248.494	1.596.347	2.472.874
410930	Guaraniaçu	FX3	3.363.192	3.716.580	3.713.955	3.878.157	4.219.341	4.214.228	4.697.529	4.541.262
410940	Guarapuava	FX6	35.849.032	21.415.923	40.194.813	23.119.821	43.968.592	25.688.180	50.058.142	29.231.480
410950	Guaraqueçaba	FX2	2.098.833	2.790.254	1.963.669	2.691.956	2.383.618	3.038.071	2.515.585	3.180.693
410960	Guaratuba	FX4	8.383.230	4.595.865	9.537.790	4.802.036	10.885.940	5.323.787	12.735.266	5.799.873
410965	Honório Serpa	FX2	1.452.121	2.031.418	1.509.045	2.122.501	945.664	1.406.227	1.824.775	2.475.941
410970	Ibaiti	FX4	6.489.384	4.311.262	6.799.170	4.680.960	7.826.352	5.071.353	9.051.601	5.468.025
410975	Ibema	FX2	1.466.702	1.685.447	1.713.623	1.771.485	2.127.696	1.907.822	2.432.730	2.050.349
410980	Ibiporã	FX4	11.523.016	8.385.616	10.943.518	9.060.407	13.731.216	9.527.205	15.578.564	11.343.938

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
410990	Icaraíma	FX2	1.822.171	2.207.204	1.783.056	2.402.757	1.896.507	2.582.919	1.896.507	2.794.650
411000	Iguaraçu	FX1	1.002.526	1.733.679	1.096.058	1.833.687	1.270.122	1.998.965	s/v	s/v
411005	Iguatu	FX1	535.123	1.426.308	628.468	1.472.546	659.390	1.610.785	819.379	1.751.957
411007	Imbaú	FX3	2.694.508	2.106.293	3.257.669	2.290.885	3.618.314	2.619.404	3.978.466	2.695.442
411010	Imbituva	FX4	6.924.705	4.840.139	7.609.976	5.215.264	8.619.119	5.771.031	9.422.974	6.349.466
411020	Inácio Martins	FX3	3.183.856	2.554.793	3.278.892	2.671.868	3.635.795	3.381.569	3.808.605	3.712.715
411030	Inajá	FX1	693.066	1.369.497	807.639	1.427.308	578.153	1.632.406	s/v	s/v
411040	Indianópolis	FX1	1.018.476	1.850.488	1.151.081	1.992.955	1.402.402	2.204.968	1.559.503	2.453.084
411050	Ipiranga	FX3	3.418.160	3.538.616	3.907.527	3.870.378	4.234.467	4.105.885	3.917.621	4.591.243
411060	Iporã	FX3	2.559.954	3.190.398	2.874.130	3.408.934	3.301.994	3.854.283	3.577.277	4.254.902
411065	Iracema do Oeste	FX1	601.042	1.460.346	659.377	1.527.572	757.887	1.703.598	746.886	1.806.523
411070	Irati	FX5	10.317.396	8.103.781	11.630.801	8.626.465	13.159.991	9.350.664	14.790.114	10.404.951
411080	Iretama	FX3	2.822.733	2.225.843	3.087.574	2.338.766	3.788.113	2.628.746	4.036.886	2.933.560
411090	Itaguajé	FX1	888.884	1.521.249	909.026	1.647.860	1.397.452	1.783.375	1.637.254	1.932.196
411095	Itaipulândia	FX2	2.639.419	2.359.401	2.983.385	2.357.545	3.714.621	2.709.988	s/v	s/v
411100	Itambaracá	FX2	1.802.470	1.768.455	1.646.848	1.880.540	1.915.448	2.066.674	2.093.607	2.202.335
411110	Itambé	FX2	1.437.111	1.746.013	1.449.551	1.851.860	1.660.310	2.074.891	2.088.253	2.256.619
411120	Itapejara d'Oeste	FX3	2.002.828	3.154.977	2.319.293	3.378.074	2.854.350	3.519.266	3.347.670	3.796.314
411125	Itaperuçu	FX4	5.833.178	4.042.643	6.578.297	4.197.377	7.423.738	4.577.011	9.292.856	4.823.560
411130	Itaúna do Sul	FX1	897.227	1.376.378	955.791	1.438.964	1.102.369	1.592.019	1.298.865	1.702.177
411140	Ivaí	FX3	2.939.056	2.617.367	3.149.771	2.775.347	3.441.703	3.052.747	3.808.054	3.361.884
411150	Ivaiporã	FX4	5.146.356	4.705.153	5.746.009	5.201.688	6.476.116	5.744.349	7.288.069	5.962.847
411155	Ivaté	FX2	1.469.003	2.062.352	1.647.160	2.373.301	1.998.233	2.793.672	2.268.837	2.971.161
411160	Ivatuba	FX1	515.525	1.611.219	553.832	1.539.739	797.996	1.687.238	857.118	1.852.130

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411170	Jaboti	FX1	1.036.364	1.476.527	1.125.366	1.555.198	1.342.732	1.693.871	1.545.806	1.862.187
411180	Jacarezinho	FX4	8.742.008	6.332.101	9.597.860	7.386.064	11.394.470	8.243.612	14.068.967	8.625.716
411190	Jaguapitã	FX3	2.402.277	3.482.539	2.820.736	4.003.074	3.328.099	4.487.203	3.438.379	4.392.104
411200	Jaguariaíva	FX4	6.597.875	6.783.202	6.739.431	7.242.580	8.466.249	7.883.374	9.320.154	7.444.931
411210	Jandaia do Sul	FX4	2.915.239	3.649.119	3.428.673	3.971.901	4.284.505	4.544.563	4.315.314	4.766.981
411220	Janiópolis	FX2	1.432.118	1.863.486	1.495.552	1.961.433	1.739.671	2.221.157	2.072.030	2.369.350
411230	Japira	FX1	985.512	1.650.966	1.083.854	1.739.968	1.342.013	1.904.549	1.672.006	2.082.375
411240	Japurá	FX2	1.709.051	1.862.543	1.693.815	1.950.379	2.022.831	2.180.458	2.388.705	2.414.490
411250	Jardim Alegre	FX3	2.562.139	2.466.746	2.627.580	2.477.385	3.172.724	2.762.873	3.494.557	3.033.123
411260	Jardim Olinda	FX1	283.238	1.442.699	220.016	1.560.116	609.385	1.655.074	719.640	1.740.157
411270	Jataizinho	FX3	3.491.979	2.160.966	3.382.352	2.311.586	4.047.098	2.532.133	4.655.407	2.757.225
411275	Jesuítas	FX2	1.358.396	2.262.454	1.509.566	2.361.679	1.806.957	2.576.520	1.947.478	2.855.044
411280	Joaquim Távora	FX3	2.261.058	2.718.983	2.455.604	2.939.432	3.202.431	3.258.716	3.625.461	3.688.014
411290	Jundiá do Sul	FX1	856.844	1.475.060	905.528	1.536.553	904.638	1.690.315	1.042.009	1.872.479
411295	Juranda	FX2	1.534.400	2.177.154	1.514.712	2.258.806	1.691.960	2.597.053	1.978.189	2.893.564
411300	Jussara	FX2	1.331.019	2.123.620	1.378.870	2.343.017	1.696.457	2.898.866	1.988.569	3.652.635
411310	Kaloré	FX1	849.692	1.569.633	1.075.026	1.577.514	1.222.709	1.767.417	1.260.610	1.964.492
411320	Lapa	FX4	9.315.952	8.415.916	10.106.844	8.993.044	11.957.762	10.025.242	13.145.971	11.061.972
411325	Laranjal	FX2	2.046.800	1.606.265	2.193.649	1.704.342	2.308.112	1.888.097	2.596.537	2.064.560
411330	Laranjeiras do Sul	FX4	7.324.012	4.701.373	7.533.094	4.987.135	9.223.849	5.497.547	11.160.443	5.943.462
411340	Leópolis	FX1	951.877	1.712.775	1.127.091	1.831.919	1.275.463	2.039.638	1.343.450	2.252.062
411342	Lidianópolis	FX1	863.396	1.511.175	895.871	1.573.465	1.206.369	1.689.624	1.261.420	1.811.205
411345	Lindoeste	FX2	1.259.511	1.765.836	1.422.079	1.842.019	1.620.072	2.030.492	2.006.283	2.215.855
411350	Loanda	FX4	3.904.336	3.605.270	4.367.480	3.862.120	5.878.721	4.296.407	5.640.125	4.676.348

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411360	Lobato	FX1	1.043.206	1.897.645	1.156.708	1.959.847	1.342.687	2.082.478	1.517.278	2.295.831
411370	Londrina	FX7	71.149.831	41.455.635	84.434.327	45.601.611	92.958.076	51.175.765	112.605.469	57.035.086
411373	Luiziana	FX2	1.628.174	2.957.569	1.685.752	3.084.608	2.111.225	3.352.809	2.264.748	3.776.615
411375	Lunardelli	FX2	1.065.311	1.782.654	1.048.300	1.885.846	1.298.745	2.249.335	1.294.080	2.480.202
411380	Lupionópolis	FX1	1.262.357	1.809.651	1.372.875	1.836.195	1.423.534	1.991.652	1.160.522	2.147.608
411390	Mallet	FX3	2.408.799	3.018.105	2.592.584	3.327.639	3.107.752	3.700.107	3.336.774	4.038.199
411400	Mamborê	FX3	2.899.639	4.071.117	3.216.209	4.321.945	3.676.843	4.740.203	4.021.626	5.196.776
411410	Mandaguaçu	FX3	3.998.002	3.629.163	4.685.227	3.875.331	6.007.112	4.339.645	6.638.739	4.827.018
411420	Mandaguari	FX4	7.261.704	5.529.569	7.969.196	5.737.693	9.771.148	6.403.959	10.894.809	7.156.141
411430	Mandirituba	FX4	5.259.207	4.477.465	6.157.805	4.890.617	7.259.240	5.489.587	7.717.936	6.234.764
411435	Manfrinópolis	FX1	717.986	1.579.048	638.809	1.627.611	877.611	1.794.884	906.692	1.944.811
411440	Mangueirinha	FX3	4.150.379	6.179.628	4.515.009	6.374.874	4.926.921	6.845.561	5.551.707	7.797.687
411450	Manoel Ribas	FX3	2.201.717	3.473.398	2.332.914	3.694.546	2.706.169	4.030.127	2.924.436	4.873.913
411460	Marechal Cândido Rondon	FX4	8.190.442	9.135.890	8.929.600	9.891.597	10.391.910	11.281.091	12.065.889	12.191.392
411470	Maria Helena	FX2	1.192.733	1.694.829	1.164.266	1.775.033	1.422.094	1.926.110	1.501.730	2.127.996
411480	Marialva	FX4	5.460.365	5.796.602	5.945.018	6.085.119	6.830.731	6.929.385	7.836.459	7.978.856
411490	Marilândia do Sul	FX2	2.132.211	2.622.727	1.829.935	2.682.266	2.402.873	3.008.115	2.359.123	3.384.157
411500	Marilena	FX2	1.799.019	1.654.296	1.691.516	1.736.064	2.144.073	1.912.972	2.468.430	2.077.295
411510	Mariluz	FX3	2.401.085	2.231.739	2.524.382	2.375.246	2.749.766	2.617.309	3.221.974	2.811.123
411520	Maringá	FX6	54.247.101	37.476.760	61.864.385	42.165.189	75.251.912	47.678.947	85.264.851	53.528.239
411530	Mariópolis	FX2	1.426.205	2.347.490	1.634.439	2.446.000	1.878.538	2.720.856	2.007.883	2.988.421
411535	Maripá	FX2	1.231.024	2.684.547	1.271.992	2.922.539	1.506.756	3.328.247	1.706.793	3.611.850

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411540	Marmeleiro	FX3	2.652.441	3.649.199	2.842.926	3.982.278	3.197.807	4.190.072	3.701.859	4.582.323
411545	Marquinho	FX1	1.326.407	1.569.088	1.337.881	1.682.510	1.366.532	1.855.862	1.683.539	2.081.638
411550	Marumbi	FX1	975.720	1.507.532	1.092.686	1.682.168	1.284.233	1.736.785	1.460.538	1.883.576
411560	Matelândia	FX3	3.677.663	4.373.906	3.992.327	5.359.444	4.797.058	5.302.872	5.475.160	6.299.862
411570	Matinhos	FX4	6.958.293	3.534.582	7.853.076	3.712.410	9.603.131	4.169.093	10.909.228	4.917.559
411573	Mato Rico	FX1	1.053.264	1.538.242	1.034.672	1.597.257	1.128.860	1.765.517	1.260.896	2.313.158
411575	Mauá da Serra	FX2	2.219.628	2.078.912	2.368.210	2.182.010	2.679.371	2.501.947	3.394.041	2.810.601
411580	Medianeira	FX4	8.550.789	6.519.894	9.452.737	7.159.960	11.732.862	8.204.616	13.236.174	9.631.550
411585	Mercedes	FX2	1.258.560	1.907.676	1.408.334	2.035.842	1.666.479	2.274.334	1.936.779	2.498.399
411590	Mirador	FX1	669.808	1.650.334	779.144	1.727.720	919.612	1.848.335	1.020.276	1.936.638
411600	Miraselva	FX1	543.992	1.368.491	612.479	1.430.894	763.519	1.559.446	836.786	1.698.733
411605	Missal	FX3	2.280.439	2.756.033	2.451.528	3.155.635	2.854.072	3.435.158	3.538.589	3.796.031
411610	Moreira Sales	FX3	2.918.084	2.615.824	3.318.750	2.702.052	3.701.937	3.029.087	3.907.268	3.263.663
411620	Morretes	FX3	4.638.151	3.128.392	5.036.146	3.187.924	5.722.543	3.766.751	6.587.514	5.302.954
411630	Munhoz de Melo	FX1	895.891	1.585.647	1.034.223	1.697.476	1.187.318	1.881.853	1.287.911	2.079.396
411640	Nossa Senhora das Graças	FX1	899.852	1.489.022	968.718	1.552.354	1.115.292	1.669.566	1.169.315	1.967.165
411650	Nova Aliança do Ivaí	FX1	425.971	1.389.621	466.596	1.176.516	567.783	1.555.518	655.146	1.674.255
411660	Nova América da Colina	FX1	791.124	1.710.594	940.957	1.812.153	1.083.784	1.996.721	1.397.959	2.168.327
411670	Nova Aurora	FX3	2.795.956	3.444.321	2.812.968	3.613.122	3.264.776	4.162.775	3.776.943	4.682.449
411680	Nova Cantu	FX2	1.892.127	1.869.707	1.782.619	1.993.934	1.904.762	2.187.013	2.218.582	2.620.514
411690	Nova Esperança	FX4	5.252.026	4.419.247	5.403.163	4.580.895	6.414.540	5.052.593	6.790.537	5.475.176
411695	Nova Esperança do Sudoeste	FX2	1.034.184	1.924.270	1.043.121	2.010.221	1.177.767	2.222.472	1.326.487	2.397.258
411700	Nova Fátima	FX2	1.754.141	1.839.346	1.774.933	1.926.968	2.180.542	2.157.915	2.327.058	2.396.516
411705	Nova Laranjeiras	FX3	1.919.400	2.707.000	2.078.578	2.987.145	2.354.658	3.255.551	2.674.094	3.493.765
411710	Nova Londrina	FX3	2.367.602	2.667.886	2.728.570	2.814.930	3.123.311	3.009.912	3.639.931	3.182.753

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411720	Nova Olímpia	FX2	1.329.413	1.664.971	1.528.117	1.748.079	1.708.333	1.876.738	1.814.782	2.008.828
411725	Nova Prata do Iguaçu	FX3	2.189.765	2.761.402	2.498.707	3.051.747	2.692.479	3.194.256	3.250.078	3.503.189
411721	Nova Santa Bárbara	FX1	1.035.591	1.394.382	1.144.111	1.445.134	1.723.070	1.562.110	1.635.901	1.707.006
411722	Nova Santa Rosa	FX2	1.557.481	2.671.534	1.698.392	2.849.471	2.006.353	3.215.045	2.144.570	3.555.224
411727	Nova Tebas	FX2	1.773.745	1.718.831	1.942.697	1.826.155	2.172.821	2.029.716	2.396.181	2.384.966
411729	Novo Itacolomi	FX1	581.475	1.590.943	640.989	1.694.348	731.140	1.826.768	835.038	1.948.094
411730	Ortigueira	FX4	5.514.815	4.291.044	5.454.905	4.667.259	5.958.419	5.201.378	6.854.854	5.519.427
411740	Ourizona	FX1	753.300	1.579.860	780.078	1.658.038	870.855	1.853.101	1.049.273	2.025.030
411745	Ouro Verde do Oeste	FX2	1.271.156	2.012.888	1.420.830	2.112.998	1.632.197	2.356.173	1.830.745	2.584.615
411750	Paçandu	FX4	7.954.097	4.072.612	8.327.424	4.307.464	9.844.433	4.794.885	11.477.694	5.822.806
411760	Palmas	FX4	12.508.133	6.112.654	14.136.862	6.497.028	15.598.586	7.155.934	17.529.399	7.969.879
411770	Palmeira	FX4	6.896.897	6.738.714	7.075.446	7.216.425	8.188.099	7.829.460	9.907.263	8.866.272
411780	Palmital	FX3	3.955.377	2.826.596	4.176.104	2.991.145	4.728.062	3.274.305	5.093.165	3.717.233
411790	Palotina	FX4	5.489.259	6.840.275	6.162.454	8.343.516	7.779.711	8.567.703	9.214.757	9.284.907
411800	Paraíso do Norte	FX3	2.925.931	2.471.266	3.337.282	2.590.756	3.575.130	2.824.864	4.270.116	3.100.471
411810	Paranacity	FX3	2.623.917	2.361.360	3.003.962	2.675.806	3.250.610	3.345.010	3.842.238	3.514.354
411820	Paranaguá	FX6	32.971.948	17.097.277	36.722.497	17.183.662	42.271.520	21.002.511	44.864.505	26.820.684
411830	Paranapoema	FX1	493.089	1.417.313	469.794	1.491.514	832.429	1.596.572	910.804	1.798.344
411840	Paranavaí	FX5	15.563.433	10.212.686	16.907.999	10.875.870	20.954.757	12.172.712	22.433.577	13.382.491
411845	Pato Bragado	FX1	1.286.847	1.891.919	1.286.890	2.109.772	1.679.222	2.207.067	1.885.438	2.354.744
411850	Pato Branco	FX5	14.403.053	11.723.353	16.342.330	12.679.929	19.628.350	14.134.306	22.779.936	15.184.374
411860	Paula Freitas	FX2	1.223.779	1.841.134	1.376.467	2.037.798	1.633.622	2.133.127	1.821.069	2.357.864
411870	Paulo Frontin	FX2	1.479.734	1.952.327	1.583.390	2.087.462	1.994.559	2.281.252	2.158.480	2.495.997
411880	Peabiru	FX3	2.792.180	2.915.324	3.127.840	3.083.157	3.685.761	3.447.147	3.914.296	3.860.542
411885	Perobal	FX2	1.508.785	1.941.513	1.630.470	2.213.133	1.945.476	2.429.657	2.252.764	2.657.904

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
411890	Pérola	FX3	1.935.440	2.420.228	2.226.014	2.789.561	2.841.175	3.208.481	3.435.880	3.321.303
411900	Pérola d'Oeste	FX2	1.372.767	1.780.507	1.349.298	1.860.322	1.507.385	2.039.595	1.583.344	2.204.458
411910	Piên	FX3	3.119.099	3.662.060	3.268.862	3.685.114	3.824.753	3.914.719	4.559.344	4.167.646
411915	Pinhais	FX6	26.291.210	18.887.789	29.012.596	20.271.568	34.847.313	22.211.364	38.454.170	23.988.434
411925	Pinhal de São Bento	FX1	1.047.950	1.396.993	907.245	1.451.745	1.082.574	1.579.240	1.147.400	1.697.604
411920	Pinhalão	FX2	1.452.805	1.621.806	1.499.247	1.738.931	1.684.011	1.931.076	2.406.687	2.101.212
411930	Pinhão	FX4	8.891.276	5.767.824	9.190.187	6.102.311	10.086.730	6.700.022	11.161.458	7.848.282
411940	Piraí do Sul	FX4	5.330.888	5.917.038	5.915.288	5.950.670	6.732.627	6.543.994	7.448.049	7.770.955
411950	Piraquara	FX5	21.901.240	12.139.917	24.200.112	13.366.216	27.726.448	15.039.562	31.655.774	16.785.485
411960	Pitanga	FX4	7.867.466	5.985.858	8.107.746	6.310.315	8.948.415	6.585.671	10.190.566	7.381.647
411965	Pitangueiras	FX1	987.687	1.607.717	775.155	1.821.881	985.576	1.854.272	1.169.760	2.014.880
411970	Planaltina do Paraná	FX1	1.177.626	1.633.766	1.147.661	1.738.426	1.305.843	1.859.240	1.399.803	2.015.402
411980	Planalto	FX3	2.468.650	3.288.495	2.546.778	3.461.908	3.105.223	3.587.188	3.357.312	4.201.983
411990	Ponta Grossa	FX6	60.068.543	36.084.792	72.350.653	38.642.659	84.041.959	42.344.897	95.736.194	45.322.905
411995	Pontal do Paraná	FX4	5.247.881	2.818.171	6.134.329	2.991.141	7.730.403	3.281.431	9.269.424	3.559.980
412000	Porecatu	FX3	2.873.952	3.067.659	2.969.408	3.309.899	3.475.564	3.293.671	3.695.396	3.558.539
412010	Porto Amazonas	FX1	1.179.676	1.603.609	1.324.007	1.736.236	1.454.176	1.878.418	1.714.712	2.005.780
412015	Porto Barreiro	FX1	785.245	1.413.383	792.761	1.372.731	838.513	2.233.755	825.239	1.958.240
412020	Porto Rico	FX1	621.589	1.638.466	651.996	1.737.034	867.023	1.854.841	983.330	2.015.466
412030	Porto Vitória	FX1	915.855	1.571.895	939.694	1.638.349	1.168.868	1.773.586	1.359.703	1.911.113
412033	Prado Ferreira	FX1	778.980	1.594.825	854.769	1.683.448	1.126.528	1.862.452	1.305.424	2.123.922
412035	Pranchita	FX2	1.167.716	1.857.179	1.185.271	2.071.885	1.377.927	2.083.082	1.817.295	2.378.813
412040	Presidente Castelo Branco	FX1	1.090.367	1.528.968	1.326.212	1.586.856	1.413.145	1.740.924	1.597.190	1.907.326
412050	Primeiro de Maio	FX3	2.124.035	2.663.265	2.052.139	2.996.501	2.425.765	3.172.152	2.595.140	3.399.178

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412060	Prudentópolis	FX4	10.502.194	7.320.405	11.480.510	7.821.954	12.808.460	8.563.667	14.648.471	9.811.594
412065	Quarto Centenário	FX1	1.110.384	1.958.150	1.297.642	2.268.938	1.531.624	2.433.963	1.613.222	2.711.736
412070	Quatiguá	FX2	1.350.005	1.799.547	1.458.191	1.890.225	1.934.458	2.080.023	2.239.536	2.300.906
412080	Quatro Barras	FX3	4.450.262	5.671.806	5.055.401	6.156.696	6.565.824	6.826.423	7.878.839	7.314.081
412085	Quatro Pontes	FX1	640.593	1.983.532	732.170	2.128.951	874.331	2.313.520	1.057.898	2.522.715
412090	Quedas do Iguaçu	FX4	7.358.321	5.079.157	8.425.247	5.345.952	9.693.117	5.906.589	10.838.905	6.479.751
412100	Querência do Norte	FX3	2.948.527	2.919.676	3.086.741	3.163.214	3.663.915	3.206.073	3.920.111	3.555.714
412110	Quinta do Sol	FX2	1.116.981	1.846.047	1.335.077	2.169.198	1.577.203	2.195.052	1.809.949	2.454.306
412120	Quitandinha	FX3	3.446.151	3.600.162	3.678.773	3.866.657	4.923.399	4.299.961	5.606.463	4.575.885
412125	Ramilândia	FX1	1.154.986	1.703.445	1.293.028	1.749.153	1.486.334	1.992.354	1.534.019	2.168.078
412130	Rancho Alegre	FX1	938.659	1.551.806	976.717	1.622.415	998.614	1.791.931	1.169.655	1.984.678
412135	Rancho Alegre D'Oeste	FX1	718.340	1.732.600	683.657	1.803.488	804.786	1.970.319	s/v	s/v
412140	Realeza	FX3	3.305.591	3.322.749	3.654.927	3.661.598	4.461.891	3.903.311	5.155.073	4.363.309
412150	Rebouças	FX3	3.401.723	3.170.570	3.698.516	3.582.934	4.107.005	3.658.844	4.666.658	3.906.078
412160	Renascença	FX2	1.454.180	2.233.323	1.591.928	2.367.464	2.078.764	2.678.419	2.326.507	2.880.758
412170	Reserva	FX4	6.969.393	4.632.369	7.703.768	4.852.460	8.354.947	5.511.059	9.507.051	6.261.912
412175	Reserva do Iguaçu	FX2	2.404.347	2.073.516	2.501.511	2.190.468	2.728.138	2.275.143	3.155.312	2.474.440
412180	Ribeirão Claro	FX3	2.351.754	2.713.553	2.580.771	3.024.577	3.382.974	3.350.850	3.707.873	3.612.060
412190	Ribeirão do Pinhal	FX3	2.821.434	2.085.003	3.168.529	2.182.401	3.793.585	2.420.390	4.274.676	3.133.713
412200	Rio Azul	FX3	3.020.309	3.407.939	3.237.940	3.601.645	3.698.870	3.990.858	4.117.011	4.208.567
412210	Rio Bom	FX1	791.930	1.467.196	756.780	1.545.131	823.957	1.672.545	956.511	1.800.516
412215	Rio Bonito do Iguaçu	FX3	4.152.653	3.503.706	4.185.218	3.719.570	4.957.208	3.703.983	5.539.996	3.625.635
412217	Rio Branco do Ivaí	FX1	896.548	1.572.146	934.947	1.661.144	1.083.236	1.809.625	1.256.433	2.025.583
412220	Rio Branco do Sul	FX4	8.574.769	7.402.165	9.312.123	8.101.666	11.017.859	8.651.173	11.957.596	9.359.218

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412230	Rio Negro	FX4	6.594.754	5.855.530	7.356.346	6.302.427	9.505.255	6.970.323	10.779.224	7.491.626
412240	Rolândia	FX5	10.455.662	10.081.789	10.821.706	11.258.821	12.587.446	12.202.920	15.035.598	13.685.242
412250	Roncador	FX3	2.432.090	2.797.801	2.557.865	3.031.889	3.087.787	3.411.994	3.534.303	3.845.260
412260	Rondon	FX2	2.071.273	2.558.992	2.253.176	2.863.632	2.613.187	3.026.049	3.204.838	3.341.112
412265	Rosário do Ivaí	FX2	1.302.679	1.544.041	1.214.631	1.650.727	1.607.504	1.825.691	1.899.347	1.828.356
412270	Sabáudia	FX2	1.401.478	2.117.081	1.569.585	2.287.088	2.039.633	2.622.043	2.474.949	2.964.353
412280	Salgado Filho	FX1	1.273.465	1.665.770	1.183.195	1.780.527	1.250.047	1.931.924	1.375.489	2.082.544
412290	Salto do Itararé	FX2	984.006	1.497.946	1.106.458	1.567.442	1.312.983	1.713.450	1.452.423	1.868.638
412300	Salto do Lontra	FX3	3.019.660	3.245.055	3.184.381	3.470.230	3.843.003	3.749.946	4.371.997	4.086.703
412310	Santa Amélia	FX1	978.176	1.428.021	1.123.243	1.477.697	1.327.107	1.620.563	1.677.979	2.663.405
412320	Santa Cecília do Pavão	FX1	800.000	1.477.463	920.000	333.442	1.081.401	335.010	1.200.000	335.791
412330	Santa Cruz de Monte Castelo	FX2	1.604.840	1.938.386	1.771.100	2.220.209	2.215.235	2.263.677	2.459.934	2.449.162
412340	Santa Fé	FX3	2.343.787	2.471.897	2.632.918	2.654.259	2.962.686	2.800.279	3.446.377	3.147.414
412350	Santa Helena	FX4	5.318.783	5.005.991	6.123.395	5.360.051	7.086.525	6.591.339	7.869.265	7.248.394
412360	Santa Inês	FX1	295.975	1.387.876	473.018	1.464.955	592.534	1.613.075	684.535	1.733.304
412370	Santa Isabel do Ivaí	FX2	1.467.500	1.855.395	1.659.085	2.000.079	2.019.076	2.111.935	2.482.873	2.285.055
412380	Santa Izabel do Oeste	FX3	2.253.309	2.909.664	2.525.457	2.938.066	3.083.684	3.302.065	3.388.438	4.164.969
412382	Santa Lúcia	FX1	767.589	1.636.406	873.018	1.786.791	898.183	1.928.018	1.096.205	2.112.176
412385	Santa Maria do Oeste	FX3	2.743.743	2.400.686	2.814.328	2.627.381	3.308.516	2.713.338	3.934.850	3.079.473
412390	Santa Mariana	FX3	1.959.717	2.638.564	2.139.972	2.759.910	2.198.526	3.143.382	2.732.247	3.501.273
412395	Santa Mônica	FX1	1.007.080	1.769.945	1.045.156	1.815.488	1.297.366	1.972.469	1.388.467	2.137.712
412402	Santa Tereza do Oeste	FX3	2.425.421	2.635.652	2.810.165	2.845.679	3.260.890	3.170.340	3.767.643	3.521.950
412405	Santa Terezinha de Itaipu	FX4	4.796.352	4.615.497	5.204.056	4.864.718	5.857.384	4.943.134	7.253.237	5.413.479
412400	Santana do Itararé	FX2	1.046.617	1.583.756	1.136.267	1.674.073	1.463.482	1.838.356	1.909.307	2.022.127
412410	Santo Antônio da Platina	FX4	8.095.314	5.836.386	8.750.262	6.257.484	11.564.336	7.028.247	12.514.394	8.201.084

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412420	Santo Antônio do Caiuá	FX1	686.594	1.410.456	712.732	1.512.191	798.579	1.632.195	974.441	1.772.728
412430	Santo Antônio do Paraíso	FX1	608.270	1.644.967	689.872	1.719.696	714.569	1.871.360	874.257	2.060.144
412440	Santo Antônio do Sudoeste	FX3	4.501.304	3.492.861	4.714.917	3.941.308	5.434.389	4.031.544	6.988.602	4.502.732
412450	Santo Inácio	FX2	1.140.559	2.188.994	1.199.801	2.624.270	1.504.285	3.122.515	1.910.081	3.224.705
412460	São Carlos do Ivaí	FX2	1.494.029	2.217.470	1.440.255	2.411.803	1.769.835	2.780.149	1.970.828	3.072.213
412470	São Jerônimo da Serra	FX3	2.478.707	2.424.729	2.558.424	2.765.003	2.836.604	2.844.004	3.204.256	2.660.044
412480	São João	FX3	2.298.113	2.732.442	2.422.287	2.993.826	2.711.260	3.326.547	3.294.381	3.786.195
412490	São João do Caiuá	FX2	1.715.103	1.545.073	1.779.482	1.606.011	1.900.377	1.763.972	2.078.743	2.627.351
412500	São João do Ivaí	FX3	2.449.901	2.484.769	2.674.540	2.765.548	3.263.822	2.781.923	3.313.294	3.079.669
412510	São João do Triunfo	FX3	3.211.280	3.152.413	3.626.364	3.391.268	4.110.641	3.683.043	4.487.861	4.032.503
412530	São Jorge do Ivaí	FX2	1.282.687	2.006.347	1.378.486	2.179.181	1.545.814	2.520.106	1.759.758	2.796.937
412535	São Jorge do Patrocínio	FX2	1.331.955	2.826.163	1.457.914	3.023.258	1.766.591	3.515.371	1.939.882	3.747.082
412520	São Jorge d'Oeste	FX2	1.729.466	5.747.935	1.865.817	4.677.149	2.428.043	5.302.907	2.559.900	5.513.667
412540	São José da Boa Vista	FX2	1.464.864	1.837.140	1.225.203	1.938.280	1.456.867	2.120.786	1.586.636	2.334.471
412545	São José das Palmeiras	FX1	956.693	1.506.048	972.328	1.608.493	1.258.184	1.776.653	1.328.568	1.914.758
412550	São José dos Pinhais	FX6	56.346.487	70.742.534	63.622.431	82.295.972	75.656.830	95.512.220	s/v	s/v
412555	São Manoel do Paraná	FX1	581.275	1.903.484	630.123	1.805.962	688.894	2.044.174	779.431	2.248.904
412560	São Mateus do Sul	FX4	8.409.790	7.554.987	8.897.461	8.214.128	10.252.192	8.877.586	11.477.230	9.434.368
412570	São Miguel do Guaçu	FX4	5.347.012	6.109.434	5.879.449	7.271.442	6.894.416	7.015.542	7.805.771	7.616.989
412575	São Pedro do Iguaçu	FX2	1.550.656	2.009.243	1.480.984	2.250.281	1.738.682	2.295.145	2.067.186	2.495.999
412580	São Pedro do Ivaí	FX3	1.961.307	2.803.799	2.095.664	3.144.699	2.596.207	3.675.235	2.927.633	3.946.745
412590	São Pedro do Paraná	FX1	590.025	1.614.290	659.767	1.668.436	871.416	1.823.838	880.823	2.048.273
412600	São Sebastião da Amoreira	FX2	1.622.007	1.973.770	1.755.627	2.059.135	1.874.911	2.315.825	2.011.763	2.577.055
412610	São Tomé	FX2	1.220.367	2.081.801	1.365.057	2.203.290	1.660.995	2.389.171	1.884.734	2.623.208
412620	Sapopema	FX2	1.779.254	1.608.905	1.844.369	1.716.761	2.254.888	1.909.657	2.472.539	2.078.530

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412625	Sarandi	FX5	17.252.948	7.640.816	18.470.843	7.883.387	22.614.226	3.603.176	26.028.857	9.378.858
412627	Saudade do Iguaçu	FX2	1.297.315	4.330.605	1.420.082	3.386.642	1.866.648	4.743.689	2.110.631	5.754.880
412630	Sengés	FX3	4.292.249	4.165.835	4.573.033	4.279.009	5.575.767	4.778.702	5.863.573	5.218.217
412635	Serranópolis do Iguaçu	FX1	833.722	2.742.944	956.980	3.688.465	1.234.789	3.288.550	1.401.511	3.623.963
412640	Sertaneja	FX2	1.387.480	2.192.435	1.536.726	2.388.513	1.889.121	2.701.324	2.066.321	2.966.306
412650	Sertanópolis	FX3	2.603.438	3.889.849	2.798.225	4.157.905	3.714.474	4.380.907	4.173.824	4.894.837
412660	Siqueira Campos	FX3	3.635.579	3.792.144	4.117.057	4.184.297	4.897.865	4.679.820	5.521.415	5.048.593
412665	Sulina	FX1	660.394	1.647.202	693.997	1.715.884	791.047	1.889.325	905.786	2.091.630
412667	Tamarana	FX3	2.140.791	2.818.932	2.293.262	3.174.365	2.545.938	3.361.512	3.129.108	3.618.835
412670	Tamboara	FX1	777.084	1.556.081	696.860	1.666.327	1.210.501	1.788.533	1.320.575	1.960.140
412680	Tapejara	FX3	3.114.579	3.409.753	3.205.252	4.074.056	3.805.129	4.373.464	4.500.602	4.962.539
412690	Tapira	FX2	1.348.188	1.769.398	1.379.038	1.912.741	1.586.690	2.095.044	1.742.973	2.247.434
412700	Teixeira Soares	FX3	2.294.864	2.923.445	2.482.781	3.073.203	2.838.652	3.387.292	3.180.093	3.884.491
412710	Telêmaco Borba	FX5	14.728.010	12.396.203	15.410.542	13.463.001	19.835.954	15.875.864	21.757.199	18.072.720
412720	Terra Boa	FX3	3.358.152	3.239.841	3.670.345	3.509.666	4.361.584	3.992.000	4.910.387	4.359.376
412740	Terra Roxa	FX3	3.299.023	3.955.420	3.665.666	4.312.078	4.434.306	5.106.802	5.029.802	6.063.425
412750	Tibagi	FX3	5.067.214	6.171.402	5.875.386	6.354.669	6.317.177	7.071.652	6.868.713	7.985.147
412760	Tijucas do Sul	FX3	4.024.400	3.286.405	4.139.081	3.474.246	5.215.159	3.790.703	5.863.008	4.135.230
412770	Toledo	FX6	24.917.441	20.220.466	31.443.845	21.461.161	35.722.810	23.515.844	37.250.052	25.968.777
412780	Tomazina	FX2	1.357.231	1.948.895	1.603.196	2.077.172	1.948.269	2.304.185	2.150.540	2.585.921
412785	Três Barras do Paraná	FX3	2.377.250	3.374.194	2.797.638	3.592.536	3.177.279	3.991.992	3.733.932	4.351.740
412788	Tunas do Paraná	FX2	2.288.165	1.859.986	2.569.148	1.966.518	2.865.752	2.147.513	3.150.065	2.356.467
412790	Tuneiras do Oeste	FX2	1.818.845	2.075.303	1.940.274	2.222.539	2.130.286	2.452.430	s/v	s/v

APÊNDICE 3B – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS RECEBIDAS E DESTINADAS AO FUNDEB POR MUNICÍPIOS - 2011 a 2014 – EM REAIS (1,00)

(continuação)

Código	Município	Faixa Pop.	2011		2012		2013		2014	
			Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas	Receitas Recebidas	Receitas destinadas
412795	Tupãssi	FX2	2.135.206	2.601.459	2.004.882	2.819.402	2.297.876	3.074.677	2.638.743	3.386.464
412796	Turvo	FX3	3.646.057	3.503.389	3.414.712	3.710.123	4.358.756	4.154.917	5.093.081	4.557.273
412800	Ubiratã	FX4	4.499.835	4.260.258	4.512.517	4.663.957	5.272.223	5.459.264	6.498.318	6.305.170
412810	Umuarama	FX6	15.943.100	11.666.751	17.033.892	12.740.472	20.283.714	14.470.997	24.145.337	16.175.282
412820	União da Vitória	FX5	11.818.667	7.308.968	13.014.428	7.704.270	16.490.887	8.483.840	18.188.736	9.036.017
412830	Uniflor	FX1	757.682	1.373.235	707.444	1.423.711	877.642	1.554.482	932.245	1.694.739
412840	Uraí	FX3	2.442.610	2.419.840	2.591.538	2.321.443	3.212.111	2.498.169	3.425.025	2.737.753
412853	Ventania	FX2	2.580.804	2.216.762	2.791.115	2.366.721	3.265.553	3.119.758	3.399.813	3.380.629
412855	Vera Cruz do Oeste	FX2	1.602.446	2.159.597	1.869.522	2.243.447	1.961.817	2.519.655	2.454.199	2.754.084
412860	Verê	FX2	1.452.842	2.371.265	1.494.536	2.429.039	1.907.231	2.701.276	2.208.931	2.970.370
412865	Virmond	FX1	946.646	1.615.683	1.064.969	1.684.495	1.252.055	1.842.664	1.375.971	1.966.451
412870	Vitorino	FX2	1.231.014	2.238.330	1.484.614	2.361.272	1.864.929	2.587.637	2.133.496	2.837.673
412850	Wenceslau Braz	FX3	3.541.933	3.437.211	3.602.187	3.604.516	4.416.915	3.968.413	5.043.116	4.456.360
412880	Xambrê	FX2	1.280.480	1.744.543	1.458.185	1.878.044	1.627.714	1.970.525	1.875.131	2.145.922

Fonte: SIOPE e FINBRA – 2011 A 2014. Autora (2016)

Legenda: s/v – sem valor informado no sistema.